COLETÂNEA

CONEXÃO DO CONHECIMENTO

Volume 4
2022

uniatual
EDITORA

COLETÂNEA

CONEXÃO DO CONHECIMENTO

Volume 4
2022

uniatual
EDITORA

© 2022 – Uniatual Editora

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Coletânea Conexão do Conhecimento - Volume 4

C694 / Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2022. 119 p.: il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86013-25-2
DOI: 10.5281/zenodo.7295452

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Saberes. 4. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniatual.com.br
universidadeatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: https://editoras.grupomultiatual.com.br/

Acesse a obra originalmente publicada em:
https://www.uniatual.com.br/2022/11/coletanea-conexao-do-conhecimento.html

AUTORES

ADENILTON MOISES DA SILVA
ANA RITA CESAR LUSTOSA
CEZAR CARDOSO DE SOUZA NETO
MARIA NAZARÉ RIBON SILVA
RITA MYCHELLY DOS SANTOS SALLES
RONDINELE FELIPE
SÉRGIO RODRIGUES DE SOUZA
VINÍCIUS DA SILVA SANTOS

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea Conexão do Conhecimento - Volume 4” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 **A ARTE COMO EXPRESSÃO CATÁRTICA DO EU COMPREENDIDO COMO OBJETO EXISTENCIAL** ***Ana Rita César Lustosa; Rita Mychelly dos Santos Salles; Sérgio Rodrigues de Souza***	***8***
Capítulo 2 **TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO A LUZ DA TEORIA MIMÉTICA** ***Rondinele Felipe***	***28***
Capítulo 3 **ELEMENTOS DO VATICANO II A PARTIR DOS DOCUMENTOS DE SANTARÉM E MANAUS** ***Adenilton Moises da Silva***	***41***
Capítulo 4 **ENTRE A TERRA E O CÉU: A PRESENÇA RELIGIOSA NA CONSTRUÇÃO CULTURAL E JURÍDICA DO BRASIL** ***Cezar Cardoso de Souza Neto***	***52***
Capítulo 5 **O QUE REPRESENTA, EFETIVAMENTE, O ATO DE LER?** ***Sérgio Rodrigues de Souza; Vinícius da Silva Santos***	***68***
Capítulo 6 **POR UM VIÉS INTERARTÍSTICO: A PLASTICIDADE NA OBRA COLETIVA CONSTELAÇÕES** ***Rita Mychelly dos Santos Salles; Ana Rita Cesar Lustosa; Sérgio Rodrigues de Souza***	***84***
Capítulo 7 **O BLOG COMO METODOLOGIA ATIVA ESTRATÉGICA APLICADA À LEITURA E À PRODUÇÃO TEXTUAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)** ***Maria Nazaré Ribon Silva***	***96***
AUTORES	***117***

Capítulo 1

A ARTE COMO EXPRESSÃO CATÁRTICA DO EU COMPREENDIDO COMO OBJETO EXISTENCIAL

Ana Rita César Lustosa
Rita Mychelly dos Santos Salles
Sérgio Rodrigues de Souza

A ARTE COMO EXPRESSÃO CATÁRTICA DO EU COMPREENDIDO COMO OBJETO EXISTENCIAL

Ana Rita César Lustosa

Licenciada em Artes Visuais. Mestranda em Arte pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: lustosaanarita@gmail.com.

Rita Mychelly dos Santos Salles

Licenciada em Artes Plásticas. Mestranda em Arte pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ritamychelly@yahoo.com.br.

Sérgio Rodrigues de Souza

Filósofo. Psicanalista. Doutor em Ciências Pedagógicas. Pós-Doutor em Psicologia Social. E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

RESUMO

O artigo apresenta uma ideia do que seja arte a partir da expressão catártica do indivíduo, em que sua exploração do eu encontra o que expressa refletido nas imagens que produz, interpretadas por aqueles que se dispõem a admirá-la. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender como a arte veio a tornar-se elemento essencial à existência humana, compondo parte elementar de sua saúde psíquica. Para se alcançar tal entendimento, recorreu-se a autores sobre arte e suas manifestações ao longo dos tempos, em uma pesquisa de caráter bibliográfico. Como resultado, apresenta-se o texto em questão, onde mostra toda a força catártica que ela permite expor. O desenvolver da mente humana e dos processos civilizatórios tornam a vida mais mascarada sob os efeitos alucinógenos da evolução e dos princípios de poder e das relações sociogênicas. A arte e sua expressão simbólica não é uma técnica que se desenvolve apenas com o tempo ou com a prática; muito mais que isto, ela necessita ser elaborada e re-desenhada, de maneira constante, partindo da leitura da realidade que compõe a sociedade e os desafios postos pela existência. A abstração artística trata-se de uma construção intelectual complexa, onde elementos visuais e não-visuais, com caracteres objetivos e subjetivos fazem-se presentes, amarrando todo um brilhante drama psicológico que envolve vários momentos do artista, onde seus respectivos mundos são representados como criaturas expressas em imagens, expressando os mesmos sentimentos que aquelas que habitam o mundo tal e qual o conhecemos, com a diferença de que a condição literal do mundo foi subjetivada pela percepção surreal do artista. Conclui-se, por fim, que a arte é uma expressão catexial profunda daquilo que o homem sente como ser reprimido por sua existência limitada no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Arte, Artes Plásticas, Catarse.

ABSTRACT
The article presents an idea of what art is based on the individual´s cathartic expression, in which his exploration of the self finds what it expresses reflected in the images it produces, interpreted by those who are willing to admire it. In this sense, the objective of this work is to understand how art came to become an essential element for human existence, composing an elementary part of his psychic health. To achieve this understanding, authors on art and its manifestations over time have been used in a bibliographic research. As a result, the text in question is presented, showing all the cathartic force that it allows to expose. The development of the human mind and civilizing processes make life more masked under the hallucinogenic effects of evolution and the principles of power and sociogenic relationships. Art and its symbolic expression is not a technique that develops only with time or practice; much more than that, it needs to be constantly elaborated and re-designed, starting from the reading of the reality that makes up society and the challenges posed by existence. Artistic abstraction is a complex intellectual construction, where visual and non-visual elements, with objective and subjective characters are present, tying together a brilliant psychological drama that involves various moments of the artist, where their respective worlds are represented as creatures expressed in images, expressing the same feelings as those that inhabit the world as we know it, with the difference that the literal condition of the world was subjectivated by the artist's surreal perception. Finally, it is concluded that art is a profound cathexial expression of what man feels as being repressed by his limited existence in time and space.
Keywords: Art, Plastic Arts, Catharsis.

INTRODUÇÃO

A Arte é muito provavelmente a mais antiga manifestação *espontânea* da mente humana a ser, regularmente, transformada em prática com finalidades úteis pela Humanidade. A constatação é verificada quer nos seus cânticos ou inclusive nas peculiares pinturas feitas pelos povos ancestrais desde era muito primitivas. Ela apresenta em linguagem simbólica e criativa, a descrição de uma realidade universal da alma humana. Poder-se-ía supor que o homem das cavernas já utilizava a arte como meio de catarse[1], uma forma de colocar para fora seus sentimentos e emoções. E, supõe-se, terem sido

[1] "*Catarse* é o método (psicanalítico) que visa a eliminar perturbações psíquicas, excitações nervosas, tensões, angústia, através da provocação de uma explosão emocional ou de outras formas, e baseando-se na rememorização da cena e de fatos passados que estejam ligados àquelas perturbações. De acordo com Aristóteles, a palavra *catarsis* significa *limpeza da alma*. *Catarse*, para ele é a palavra que, na *Arte Poética,* suscita terror, medo e piedade, tendo por efeito a purificação dessas emoções. A confissão de erros, que os católicos fazem ao padre, é em última análise uma aplicação prática do método catártico, se considerada no campo da Psicologia. Confessando-se, o indivíduo passa a ter um alívio do sentimento de culpa" (ABBAGNANO, 2007, p. 53).

muitas as manifestações de dor, angústias, luta, morte, vitórias e alegrias representadas nas paredes das cavernas (pinturas rupestres), o que nos faz pensar em projeções do inconsciente representadas por imagens e símbolos. Depreende-se que "a arte é *quase* tão antiga quanto o homem" (FISHER, 1971, p. 21). (Grifo nosso)

Ela é a expressão máxima do artista. Representa o seu êxtase, a fúria expressa do seu *dáimon* interior que está sublimado pela força repressora do lugar e da cultura, o que faz com que esteja em permanente transformação. A definição de *arte* varia de acordo com a época e a cultura. Kandinsky (1911, s.p.) referiu-se a isto dizendo que "cada época recebeu sua própria dose de liberdade artística, e nem mesmo o mais criador dos gênios consegue transpor as fronteiras dessa liberdade." Na esteira desta afirmação Célia Bertin (1990) reitera que, cada época tem sua arte, respectivamente, cada arte, a sua liberdade. E a arte, mais que qualquer outra atividade intelectual é capaz de captar a guerra interior humana com uma capacidade imprescindível e camuflá-la sob veios e matizes de beleza e harmonia que enganam e iluminam desde a alma mais rude até a mais fina e sofisticada. E revela não apenas a dualidade intelectual humana como também a sua religião, suas crenças, suas expectativas, as mensagens das forças ocultas da natureza, seu desenvolvimento intelectual e as censuras que desde tempos imemoriais acompanharam as obras artísticas humanas.

Sendo o homem um mistério em si toda a sua produção se vale deste mesmo mistério que o conforta e o envolve, protegendo-o e expondo-o *[numa dialética ad infinitum]* à busca infinita de uma verdade filogenética na tentativa de formar o que poderia se caracterizar por construir o fantástico e enigmático arcabouço artístico-cultural humano.

> Esta percepção de uma ordem das coisas, esplende na arte das cavernas. A arte das cavernas é, em essência, uma empresa que nasce de certa consciência de uma humanidade oposta, conquanto dependente da natureza. A suprema importância do animal de caça pintado para a vida da comunidade está fora de dúvida. (...) De acordo com o conteúdo das pinturas e por analogia com práticas das sociedades selvagens ainda subsistentes, que as pinturas, tão freqüentemente superpostas em profusão na superfície das mesmas rochas, eram acompanhamentos de cerimônias mágico-religiosas destinadas a garantir o sucesso do caçador e a abundância da caça (GARCIA, 1978, p. 39).

Os artistas tiveram prestígio consagrado entre os povos primitivos. Para estes, eles expressavam, por meio de suas representações simbólicas, as mensagens divinas. Os

deuses falavam para eles e assim expressavam os desígnios divinos por meio das figuras desenhadas nos tetos e paredes das cavernas e rochas. Assim, quando o artista desenhava o caçador sobrepujando a caça, não era uma representação do que, realmente, havia acontecido, antes, porém, uma expectativa motivacional para que este não se acovardasse. Baseado nesta mensagem oracular o expediente de sucesso na empreitada estava garantido.

Entre os astecas, os artistas representavam a classe mis elevada porque podiam falar diretamente com os deuses e receber destes as mensagens e transmiti-las ao povo, por meio das esculturas. E não era apenas isto, as histórias de origens dos povos eram contadas e representadas por meio das artes; não havia a escrita.

Entre os povos ditos *primitivos*, a arte, a religião e a ciência estavam juntas na figura do xamã, que era artista (músico, ator, poeta, *etc*.), sacerdote e médico. Originalmente, a arte poderia ser entendida como o produto ou processo em que o conhecimento é usado para realizar determinadas habilidades.

Este era o sentido que os gregos, na época clássica (século V a.C.), entendiam a arte: não existia a palavra arte no sentido que empregamos hoje, e sim *tekné*, da qual originou-se a palavra *técnica* nas línguas neolatinas. Para eles, havia a arte, ou técnica, de se fazer esculturas, pinturas, sapatos ou navios.

A palavra Arte (do latim *Ars*, significando técnica e/ou *habilidade*), geralmente, é entendida como uma atividade humana ligada a manifestações de ordem estética, feita por artistas a partir de percepção, emoções e ideias, com o objetivo de estimular essas instâncias de consciência em um ou mais espectadores, dando um significado único e diferente para cada obra de arte. Isto porque o entendimento é único, pessoal e intransferível, permitindo a cada indivíduo ultrapassar as suas justas medidas, sem o risco iminente de incorrer em *hybris*.

A arte existe desde que há indícios do ser humano na Terra. O cérebro humano não conseguia viver todo o tempo alienado de tudo. Os primeiros riscos no chão ou nas paredes das cavernas devem ter parecido um encanto para aqueles que o viram depois de pronto. De igual forma deve ter sido quando o primeiro artesão do Paleolítico amarrou uma pedra a um pedaço de pau... sem se dar a menor conta do que aquilo poderia vir a ser... deve tê-la admirado e rido... para em seguida perguntar-se em sua vasta curiosidade o que faria com aquilo?! Quando usaria? Para que usaria? Onde usaria? Ou, enfim..., usaria? Ao final deve ter dado uma bela risada de sua obra de arte e pensado: criação inútil! Ao

longo do tempo, a função da arte diversificou e como tema principal é usada para anestesiar mentes oprimidas por uma condição de vida degradante, desgastante e opressora.

A ARTE E A EXPRESSÃO CRIATIVA DO ARTISTA

O artista faz arte segundo seus sentimentos, suas vontades, seu conhecimento, suas ideias, sua criatividade e sua imaginação, o que deixa claro que cada obra de arte é uma forma de interpretação da vida que está-se a viver; a liberação do *dáimon;* algo como uma forma de expor aquilo que incomoda, que pulsa, que foge ao controle, incendeia e que borbulha silenciosamente no interior da alma feito o magma de um vulcão adormecido. A *inspiração* seria o estado de consciência que o artista atinge, no qual vê a percepção, a razão e emoção encontrarem-se combinados de forma que partem para realizar suas melhores obras. Poderia assemelhar esta explosão ao *insight* de algumas teorias da Psicologia; o êxtase platônico capaz de fazer com que o indivíduo saia de si e rompa com as estruturas sociais formalizadas.

A arte é um fenômeno que surge em meio às comunidades humanas; portanto, é uma realização cultural e não biológica, tornando-se um fenômeno próprio das coletividades humanas. Entendendo por cultural tudo aquilo que deve ser ensinado e/ou transmitido e que encontra-se sujeitado, de alguma maneira, à tradição. Ela não pode ser encarada como algo feito fora do contexto do cotidiano humano, algo extraordinário dentro da cultura humana. Ela deve ser admitida como um elemento totalmente integrado na cultura da sociedade, retratando o meio natural, expressando sentimentos, religiosidade, situações sociais ou mesmo, registrando valores pictóricos, sugerindo diferentes impressões ao observador. Pode, ainda, ser entendida como o conjunto de atos pelos quais é capaz de provocar-se a mudança da forma, *i.e*., *trans-forma-se* a matéria oferecida pela natureza e pela cultura. Nesse sentido, qualquer atividade humana, desde que conduzida regularmente a um fim, pode se chamar artística.

CONCEITO DE ARTE

Arte pode ser sinônimo de beleza, ou de uma beleza transcendente. Dessa forma, o termo passa a ter um caráter subjetivo, qualquer coisa pode ser chamada de *arte*, desde

que alguém a considere assim, não precisando ser limitada à produção feita por um artista. Por subjetivo entende-se que o valor dado a determinado objeto não pode ser mensurado, levando em consideração que um valor é valor na justa medida em que emprega e é reconhecido como tal. Mas, ao receber o título de arte, imprescindivelmente admite que o autor seja um artista, ainda que não em sentido *strictu.*

A este respeito, Janson & Jason escreveu que,

> Definir arte é quase tão difícil quanto definir o ser humano. Todas as generalidades acerca da arte são fáceis de refutar. Decidir o que é arte e avaliar um trabalho artístico são problemas diferentes. Se tivéssemos um método absoluto para distinguir a arte e a não-arte, tal método não nos tornaria necessariamente capazes de medir a qualidade artística (1988, s.p.).

Formas artísticas podem extrapolar a realidade, exagerar coisas aceitas ou simplesmente criar novas formas de se observar a realidade. De qualquer forma será sempre uma realidade única, intrínseca de alguém [*do artista*], nunca da maioria. E esta visão em momento algum pode ser imposta como única e verdadeira, porque a arte não é despótica.

Em algumas sociedades, as pessoas consideram que a arte pertence à pessoa que a criou. Essa visão (geralmente da maior parte da cultura ocidental) reza que um trabalho artístico é propriedade do artista. Outra maneira de se pensar sobre *talento* é como se fosse um dom individual do artista. E isto fez com que a arte se tornasse uma coisa profana, vulgar, desprovida de qualquer ligação com o Sublime. Este tipo de pensamento é mais comum nas sociedades que mais afastaram-se da religião, onde os indivíduos trazem em si um sentimento menor de pertencimento ao grupo.

Na Antiguidade, o dom era uma contemplação, um presente de deus que o artista recebia. A obra era produto de sua *tuere* (visão), intuição. Por meio do êxtase *sacrum* ele recebia as orientações de Febo Apolo, de Athená ou de Afrodite. Por este motivo sua técnica era tão respeitada; ela era sacra *per excellence*. Não havia como alguém ser artista por mero auto-didatismo ou por tutoria de algum mortal; a *tekné* era ensinada pelo próprio Deus que, de igual forma, acompanhava e presidia aos trabalhos.

A Arte também pode ser definida, mais genericamente, como o campo do conhecimento humano relacionado à criação e crítica de obras que evocam a vivência e interpretação sensorial, emocional e intelectual da vida em todos os seus aspectos. A

verdadeira essência da arte e a do artista tem o poder de transformar a realidade de acordo com seus ideais e pensamentos. Esta é uma ideia por demais ingênua de alguns pensadores e reformistas. Ela acaba por incorporar os problemas sociais, ambientais, psicológicos e epistemológicos que assombram a humanidade à medida que esta torna-se mais complexificada, tendência esta aguçada pelos avanços científicos, urbanização, mudanças de paradigmas, guerras, fome, doenças e outras tantas mazelas que não deixam de assombrar os dias de glória da humanidade, mas uma leitura profunda do pensamento artístico é produto de uma elevada intelectualidade e grande isolamento do real, ou seja, é filha do ócio! E a maioria esmagadora da humanidade vive esmagada sob o fardo cruel de uma existência vazia e desprovida do menor sentido de ser. Logo, este poder transformador não é privilégio da maioria; sem contar que em seus respectivos tempos os artistas são figuras de pouca ou nenhuma atividade política, portanto, tal sentido atribuído a suas obras são resultados de visões *a posteriori, i.e.,* provocam mudanças que já estavam inflamadas nas camadas subterrâneas da alma popular.

Uma das características da arte é a dificuldade que se tem em conferir-lhe utilidade. Na sociedade apócrifa e atéia, misógina como a atual a arte perdeu toda e qualquer razão de ser. Nas sociedades primevas ela era o veículo que os deuses usavam para comunicarem-se com os mortais, para predizerem-lhes o futuro, para ensinar-lhes novas técnicas de manejo com o campo, as ervas e os animais. Hoje tudo isto é tratado como superstição, ilusão, loucura, onde, muitas vezes esta dificuldade em encontrar utilidade para a arte mascara preconceitos contra a arte e os artistas, literalmente querendo negar-lhes a razão do porquê existirem, com o argumento de que o seu trabalho é inútil, portanto, como este são também, logo, não tem porque de fazerem parte da sociedade.

O que não deve ser olvidado é que a arte não possui utilidade; não no sentido pragmatista e imediatista de servir para um fim além dele mesmo. Assim, um quadro não *serve* para outra coisa, como um desenho técnico, como uma planta de engenharia, por exemplo, serve para que se construa uma máquina. Mas isso não quer dizer que a arte não tenha uma *função*. Porém, ela ajuda a transformar a rudeza da vida em algo mais sublime, suprarreal, menos agressivo, menos acre.

Segundo Charles Peirce (s.d. *apud* TABACOF, 2009, p. 193) “a arte possui função transcendente, ou seja, manchas de tinta sobre uma tela ou palavras escritas sobre um papel simbolizam estados de consciência humana, abrangendo percepção, emoção e

razão.” Essa seria a principal função da arte. Mas não são simples manchas de tintas, como borrões de um louco, unidos estes pedaços de visões tornam-se algo mais, dizem algo mais, falam à alma, porque provocam o indivíduo a contemplar, desconstruir, a sair de si, a negar o real e é nesta negação que encontra um sentido para dar sentido ao que falta um sentido.

A arte, como qualquer outra manifestação cultural humana, pode ser utilizada para a coesão social, reafirmando valores, ou criticando-os, de acordo com a civilização, o momento crítico-social, a economia, as motivações intrínsecas e extrínsecas, os anseios mórbidos de cada instante e os valores incrustados na e pela cultura. O desenvolver da mente humana e dos processos civilizatórios tornam a vida mais mascarada sob os efeitos alucinógenos da evolução e dos princípios de poder e das relações sociogênicas. A principal tarefa da arte neste sentido encontra-se na literatura especializada onde, em muitos casos é utilizada como instrumento de moralização, doutrinação política e ideológica, assim como ferramenta na educação em vários campos do conhecimento, desde o ensino básico até o treinamento de funcionários em empresas. As obras de Shakespeare já são bons exemplos deste tipo de uso em cursos de MBA em universidades norte-americanas. O próprio Freud e seus discípulos discutiam os personagens das obras literárias como se eles fossem dotados de razão, sentimentos e dotes humanísticos.

ABSTRAÇÃO E LITERALIDADE NA ARTE

A arte é muito mais que uma expressão do sublime, do fantástico, ela cria e recria o mais encantador trazendo-o para a realidade existencial, de onde originou-se, ou seja, a partir do concreto produz o maravilhoso e este se torna o objeto literal de onde ele mesmo pode expandir sua integração ou possibilitar a outros a construção simbólica artística.

Nenhum momento histórico deixou de ter as suas determinações empíricas que, na interpretação de muitos artistas, refere-se a uma censura, não lhes sendo possível representar suas criações como julgava sua percepção intelectual. Como forma de escapar à censura, os artistas utilizam artifícios os mais variados, dialogando com o inconsciente dos espectadores, enviando mensagens que somente serão compreendidas na sua íntegra, anos mais tarde, através de estudos refinados e profundo conhecimento do momento político no qual se estava inserido.

A arte e sua expressão simbólica não é uma técnica que se desenvolve apenas com o tempo ou com a prática; muito mais que isto, ela necessita ser elaborada e re-desenhada, de maneira constante, partindo da leitura da realidade que compõe a sociedade e os desafios postos pela existência. Pode-se compreender que na formação e na estruturação do pensamento humano até que este alcance o caminho da expressão através da linguagem artística há toda uma condição de mudanças de perfis nas expressões e símbolos utilizados, nos sentidos que são conferidos a eles, sempre na intenção de que expresse aquilo que a máscara social permite ou possibilita ao indivíduo expressar, sem correr um risco iminente de censura. E é neste ponto de intersecção que a arte mostra seu potencial simbólico de liberdade, porque, através dele, os artistas criativos podem expressar aquilo que, de outra forma, deveria manter-se longe dos olhos [*sempre castos, pudicos*] de todos.

O mais interessante é a roupagem com que se vestem as expressões, as figuras e imagens e o próprio pensamento colocado para fora, de maneira que se cria uma extensão artístico-linguística que exaspera o que se explana e todo o conjunto censor que o atravessa, sem que este último possa destruí-lo ou, simplesmente, impedi-lo de estar presente e fazer-se sensível. Há toda uma magia poética que leva o admirador a deleitar-se, submetido a um sentimento de leveza tal que todo o peso da realidade existencial fica posto à margem da realidade produzida pela licença poética do artista e que termina aceita como factual, ignorando este que se trata da expressão de seu próprio mundo, em que em muitos casos, cria um mundo da negação absoluta de sua existência literal e julga, publicamente, o que vê como abstração poética. A sua condição se perde nas entrelinhas daquilo que está a apreciar como expressão simbólica abstrata do artista, não compreendendo que está diante de uma leitura literal de sua condição humana, demasiado humana.

Isto aqui exposto, já deixa muito evidente que trata-se de um tipo de arte clássica, entendendo tal termo, no sentido de que expressa uma condição singular, não sendo possível encontrá-la em outros modelos artísticos e as adaptações dos acontecimentos sociais para a forma de arte, em suas diversas expressões, em alguns casos, funcionou perfeitamente, em outros, não se conseguiu captar toda a magia dos elementos envolvidos e reproduzir, de maneira literal, a sua profundidade psicológica.

O que se há de esclarecer é que a abstração artística trata-se de uma construção intelectual complexa, onde elementos visuais e não-visuais, com caracteres objetivos e

subjetivos fazem-se presentes, amarrando todo um brilhante drama psicológico que envolve vários momentos do artista, onde seus respectivos mundos são representados como criaturas expressas em imagens, expressando os mesmos sentimentos que aquelas que habitam o mundo tal e qual o conhecemos, com a diferença de que a condição literal do mundo foi subjetivada pela percepção surreal do artista.

Toda uma gama de instrumentos, estes capazes de tecer uma profunda e ampla ligação entre a *episteme* e a *phrónesis* estão presentes nos enredos das representações artísticas, fazendo-as serem mais sólidas e mais cativantes e não é pelo fato de serem dirigidos a um público com menor capacidade de abstração que isto signifique que este mesmo grupo de admiradores não possa realizar leituras profundas e complexas, estas que se dão em nível inconsciente e pré-consciente (BETTELHEIM, 2007).

Neste mesmo sentido, Victor Masriera argumenta que todo simbolismo artístico "deve ser considerado como linguagem, como expressão; linguagem de forma bem mais precisa do que a das palavras, estas quase a dar uma ideia distante das coisas, sem as mesmas [*a*] ajustar-se quando não se evoca ao mesmo tempo a sua representação" (MASRIERA, citado por AZIS, 1972, p. 143).

Desde quando surge e, o mais interessante é que, o estilo comunicativo das artes se perde nas areias do tempo, em que a representação gráfica de imagens a contar histórias é uma composição ainda dos tempos das cavernas, traz esta mesma expressão da semiótica, agora pautada sobre temas muito mais abstratos e vinculados ao momento de cada um.

O processo de amadurecimento cognitivo e também intelectual humano segue padrões fisiológicos muito bem caracterizados que vão ocorrendo à medida que a idade cronológica avança e os desafios e modalidades de ensino pragmático vai sendo proporcionado aos estudantes e aos demais indivíduos. Junto com esta condição especial, vai acontecendo adaptações neurais aos diversos elementos de abstração cognitiva e aumento da capacidade intelectual de memorização, análise, síntese de modo complexo, sempre sendo necessário que o cérebro produza cadeias sinápticas que possibilite o entendimento do que ocorre.

O espectador passa a estar em situação literal de poder compreender que está havendo uma ação mnemônica muito fiel, onde se trata do ambiente e da imagem que o leva ao êxtase, mas seu vínculo está atrelado a pensamentos que o fizeram deslocar-se no espaço-tempo, assumindo uma postura que se vincula àquele momento presente

específico, amarrada por um fio invisível que se estende para trás até o exato instante em que sua memória o deslocou. Em alguns casos, este deslocamento espaço-tempo-mnemônico é realizado por um acontecimento histórico, literal, porque sua capacidade de abstração naquele momento não o permitia ter acesso às suas lembranças, tal e qual elas ocorreram.

Isto faz com que tudo aquilo que, anteriormente, foi pensado como um pedaço do todo, acabe se transformando em um todo específico, abrindo novos campos para outras especializações, ainda mais profundas e exigentes, fazendo do homem não mais um ser integral, somente pedaços de ser que, imageticamente, pode-se vir a presumir que se componha numa figura completa. Tem-se assim a abstração da abstração, componentes que vão se tornando peças cada vez mais isoladas do todo e isto em nome da evolução tecnológica, com a qual se supõe tornar possível conhecer mais minuciosamente todo o funcionamento da máquina. No entanto, Aristóteles (384-322 a.C.) já apresentava o conceito de que o todo sempre será maior que a soma das partes, ou seja, se [*conseguir*] juntar todo o domínio fragmentado sobre o ser humano, não possibilita uma visão integral do homem.

O Estagirita afirmou que,

> Em relação a todas as faculdades que nos vêm por natureza recebemos primeiro a potencialidade, e, somente mais tarde exibimos a atividade (isto é claro no caso dos sentidos, [*considerando*], pois, não foi por ver repetidamente ou repetidamente ouvir que adquirimos estes sentidos; ao contrário, já os tínhamos antes de começar a usufruí-los, e não passamos a tê-los por usufruí-los); quanto às várias formas de excelência moral, todavia, adquirimo-las por havê-las efetivamente praticado, tal como fazemos com as artes. As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las fazendo-as - *v.g.,* os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara (ARISTÓTELES, 2006, pp. 35-36).

À parte, as considerações de cada tempo cultural específico, a Criatividade artística sempre deixou sua marca mais profunda por sua capacidade de inovar, impulsionando o progresso e melhorando as condições de vida da sociedade, mesmo que seja em atividades que não estejam vinculadas diretamente a mudanças na estrutura de vida, como a Arte, *p.e.,* que é uma abstração, em que seu papel está vinculado à estética.

O *Pathos*, este tipo de sentimento que mais confunde que esclarece, provoca no ser humano o anseio de uma construção estética e, novamente, tem-se um elemento que

conduz à produção criativa de bens materiais e imateriais e para tanto, há que dispor da condição de abstração, considerando que antes de realizar a construção da obra, o ser humano materializa a mesma em seu pensamento.

No gênero humano, graças à capacidade de abstração do pensamento, ou seja, a possibilidade e a potencialidade de se pensar o elemento antes de construí-lo, aliado a outros elementos e condições especiais, levou o ser humano a deter a potencialidade de criação de novas estruturas a partir do que se já se encontra disponível e a isto, deu-se o nome de Criatividade, ou seja, produto da inteligência abstrata aplicada aos elementos constituintes da vida humana, visando a torná-la estética e pragmaticamente melhor e mais produtiva.

Silva (2014) argumenta, neste sentido que,

> Os animais estão restritos as necessidades biológicas da espécie, determinadas geneticamente e, [*neste sentido*] Marx denomina a atividade vital dos outros animais de atividade vital limitada. Afirma que o animal também produz, constrói ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. Porém produz apenas o necessário imediato para si e para seus filhotes de forma unilateral. Tem-se a título de exemplo o joão-de-barro que constrói sua casa no alto da árvore e diante das condições climáticas, chuvas e ventos ele precisa sempre refazer a sua casa, ainda que ele produza seu próprio ninho este ato é determinado pelas características biológicas da espécie, pelas interações que se estabelecem entre o animal e o meio ambiente e neste sentido nunca fará do seu ninho, objeto de transformação consciente (SILVA, 2014, p. 34).

A inteligência dos animais considerados inferiores é de uma complexidade concreta. Há todo um conjunto de modalidades que são transmitidas por gerações a fio sem modificações comportamentais perceptíveis a curto prazo e, também por olhares não preparados. O ser humano é um ser complexo e esta condição especial advém do fato de ser uma criatura que possui sentimentos difusos e, com isto, ele se envolve, de modo pathológico, com suas criações enquanto estas ainda são nada mais que pensamentos, abstrações sem nenhuma dimensão legítima com o real. Muito mais do que pensar a sua obra antes de construí-la, ele se apaixona por ela, tem sentimentos de ansiedade, a faz parecer real, se deprime pelo não reconhecimento social de algo que apenas existe em seu mundo psíquico.

Esta capacidade única e inata do homem, que vai sendo desenvolvida através do convívio social e da educação, esta entendida como disciplina dura, é que possibilita a sua evolução em direção e através do estado abstrato da natureza. Este conflito paradoxal é

que encanta o estudo sobre a Arte, porque não se trata somente de se conseguir um nível mais elevado de sentimento passando de um estágio a outro e sim, simultaneamente, compreendendo como a própria essência do ser se movimenta em direções que fazem o ser humano ser atravessado por sua criatividade, revelando-a depois que seu próprio ser lha revela, das maneiras mais estranhas e inusitadas que se possa pensar.

O repouso físico, para o ser humano, se transforma em um caminho através do qual o seu inconsciente pode revelar-lhe maravilhas ocultas até de si mesmo e, se assim o é, porque escolhe alguns poucos e não a todos? O que se pode aproximar de um entendimento é que poucos são os que levam a sério os sentimentos estranhos e confusos que os assomam quando desejavam estar livres de todas as coisas do mundo. Com isto, tem-se que não é o artista que escolhe a sua arte, a sua técnica e, de uma forma [*ainda*] não explicada, é ela quem o toma de assalto e o faz revelar ao mundo aquilo que o deixou vislumbrado. Assim que, a arte começa com o vislumbre, com o maravilhamento, seguido pelo desejo de manter aquele *pathos incompreensível e inebriante* constantemente a entorpecer o seu espírito.

Os animais não sentem este tipo de coisa, deduzindo que seus cérebros não evoluíram de forma para conferir-lhes complexidade quanto ao que experimentam. Repetem comportamentos ordenados de maneira instintiva, sem nenhum poder para modificá-los de acordo com suas vontades. Mesmo que pressões do ambiente os impulsionem a experimentar novas formas de ser e de agir, continuam a seguir os mecanismos imperiosos que receberam como herança filogenética.

Tudo o que os animais produzem e reproduzem já está definido em seus respectivos códigos genéticos, não havendo como nenhum outro ser pertencente a sua respectiva espécie ensinar de modo diferente como fazer o ninho ou quando migrar para uma região ou outra. Kant vai dizer que o homem é o único que necessita ser educado.

> Já com o homem se dá o oposto. Nenhum item de sua organização tribal, de sua língua, de sua religião local é trazido em sua célula reprodutora. Precisamos aceitar todas as implicações da nossa herança humana, das quais uma das mais importantes é a pequena amplitude do comportamento biologicamente transmitido, e o enorme papel do processo cultural da transmissão da cultura (BENEDICT, 2000, p. 17).

Este processo cultural a que se refere a autora sofreu diversas alterações ao longo da história humana e a mais violenta é a que se experimenta na atualidade, em que toda a

responsabilidade pela transmissão da cultura tem sido deixada a cargo da escola e do sistema educativo. Infelizmente, com tal atitude, decretou-se o fim da tradição humana, em que o papel mais feroz e assíduo desta instituição tem sido a supravalorização dos aspectos do presente, mesmo no sentido da arte, em detrimento dos valores tão arraigados ao espírito humano, como a estética, por exemplo.

O ser humano necessita de uma construção epistêmica que o transporte ao limiar da sua estrutura minimizada com a qual chega ao mundo e, ao longo de sua existência, o que faz de mais imponente é acrescentar novos elementos a ela, não muitos, sem que imponha sua marca sobre o mundo. Em circunstâncias normais, deixa seus pensamentos expressos em suas obras e através delas para que alguém ou todo um coletivo se dedique a interpretar o seu legado, transpondo, de maneira didática, aquilo que, por acaso ou por desejo deliberado, tenha permanecido obscuro e de difícil compreensão.

A arte se manifesta através do artista e jamais o contrário. Ele é que se porta como um instrumento dela para transmitir o seu propósito e suas intenções *Physicas* à humanidade. Quando um escultor se põe diante de uma pedra bruta, não enxerga uma pedra bruta, porque uma força misteriosa já lhe sussurrou, em silêncio, que ali dentro existe algo maravilhoso desejando sair à luz do dia para ser admirado. E, quando a criatura maravilhosa se vê livre de sua prisão, presenteia o seu libertador com a glória da exaltação, do reconhecimento por sua genialidade e espirituosidade intelectual.

Não é o artista que diz a todos que merece ser admirado por sua genialidade. É sua obra de arte quem diz a todos que devem reconhecer seu mestre, enquanto este ouve em silêncio o encanto estético que o faz ser imortalizado. Os anseios postos sobre a arte como se ela fosse a responsável única pela felicidade e pela harmonia em um mundo melancólico e caótico conduz a uma interpretação de que todos devem fazer todos felizes porque dedicaram suas vidas a produzir algo que resolveram chamar de arte, sem compreender que a expressão catexial do artista é, de fato, a expressão da própria arte que o homem jamais poderá compreender, porque assim que o consiga toda ela perde a sua essência, a sua razão suprema de ser.

Parafraseando Lou-Andreas Salomé (1861-1937), arte e artista, criador e criação devem permanecer, por toda a eternidade, como mistérios não solucionados, em um eterno porvir, onde a conquista do saber, do entendimento e do conhecimento sejam questões filosóficas e não retóricas, especulativas. O estético de uma grande obra se mantém assim na medida em que mais e mais questionamentos surjam sem que os

anteriores tenham sido respondidos pela lógica. Esta impossibilidade de alcançar uma resposta que satisfaça ao inquisitivo e impaciente ego humano é o que torna as obras humanas, consideradas como clássicas, tão encantadoras.

É a essência humana, o eterno desafio de desvendar o que se encontra para além de seu entendimento que faz com que o homem continue a produzir arte, procurando expressar o que tem de mais valor em si. Impedido disto, o que se tem é uma negação de si mesmo, um espelho quebrado que apresenta ao seu observador pedaços do que se é, sem quaisquer condições de se ver, imageticamente, como um todo. O mesmo se aplica aos seus processos de criação intelectuais; antes de executá-los, não somente existe a possibilidade de pensá-los; existe a obrigação de assim o fazer, porque até mesmo a abstração, ao se tornar real, no pensamento, deixa de ser uma mera abstração e se transforma em algo concreto, ainda que não passível de ser tocada ou vista pelos outros.

O ser humano é, *per excellence*, um ser da práxis e isto não é somente comprovado por suas ações vinculadas ao seu ato de pensar a ação antes de executá-la, como a melhora a partir de juízo de valor e evolução do seu conhecimento. Marx afirmou, em sua obra, o *Capital* que, "uma aranha executa operações semelhantes às do artesão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura no pensamento sua construção antes de transformá-la em realidade" (MARX, 1975, p. 202).

De igual forma atua um artista, em que partindo de seu mundo literal, no qual existe e convive com todo o peso da cultura e de todos os limites impostos, abstrai e dá forma ao que capta de sua realidade. Portanto, nenhuma obra de arte é uma expressão literal da realidade de onde foi capturada, porque ao afirmar isto, está-se a negar toda a subjetividade do artista. Toda obra de arte é uma abstração a partir da literalidade.

O ARTISTA E A ARTE

Não existe arte no deserto por ele ser inabitado. O homem *sozinho* não poderia produzir arte - entendendo por sozinho, o ser humano que nunca teve contato com outro humano. Possivelmente, a arte tenha assumido o papel de encantar o outro e os casais monogâmicos, a fim de manterem-se unidos, criavam caricaturas e ofereciam uns os outros, ou como forma de cortejarem-se; ou mesmo, ainda como forma de amantes em potencial obterem favores afetivos. Como o homem sozinho não possui ninguém a quem

queira encantar, conquistar ou cortejar, não há razão para que transforme objetos comuns em obras de encanto aos olhos alheios. A arte é sempre uma manifestação, estritamente, egocêntrica. O artista não deseja que ninguém além de seu objeto de adoração contemple sua obra. Os demais olhares são-lhe inócuos, insípidos e sem valor. Em seu inconsciente, apenas um par de olhares, interessa-lhe

As artes plásticas são dotadas de olhares misteriosos, risos escondidos, apontam para um local secreto onde jaz escondido um grande tesouro, ou um mistério que pode destruir a humanidade se cair em mãos erradas. Ora, se o criador de tal arma a escondeu de todos é porque em sua concepção ninguém, nem mesmo ele era digno de confiança de estar de posse de tal artefato!

Mas, o que seria da arte sem esta ilusão hipocondríaca, megalomaníaca e messiânica que afeta as mentes consideradas mais sãs? De maneira que a interpretação da obra depende do observador. Portanto, inversamente a própria subjetividade da arte demonstra a sua importância no sentido de facilitar a troca e discussão de ideias rivais, ou para prestar um contexto social em que diferentes grupos de pessoas possam reunir e misturar-se.

“O artista originalmente se afasta da realidade e deixa livre em sua fantasia desejos eróticos e ambições com os quais cria novas realidades admitidas pelos demais homens que admiram as valiosas imagens criadas e idolatram o artista como herói, via pela qual se compensam da insatisfação a que se submetem” (MAURANO, 1999, p. 34).

O fato de a arte ser equiparada ao sonho neste ensaio é que ambos são manifestações do inconsciente. Os humanos guardam a sacra ilusão de que podem controlar tanto um quanto o outro, mas o que ocorre é que as leituras reais são sempre desconhecidas pelo autor, por serem manifestações expressas advindas de um lugar inacessível ao artista e quando muito abre-se uma fresta e à parca luz presume ver determinadas formas em meio à penumbra, o que em hipótese alguma revel uma leitura [*do*] real, porque este ao ver as formas, presenteia-lhes rostos e imagens com as quais está habituado a conviver em seu mundo no qual tem domínio, ou seja, no mundo onde tudo é [*pré*-]determinado pela cultura.

A arte é, como manifestação da atividade humana, suscetível a ser analisada de forma psicológica, estudando os diversos processos mentais e culturais que ocorrem durante a criação das diversas formas artísticas, tanto em sua criação como em sua recepção por parte do público. Aliás, as produções artísticas só passam a ser analisadas

pelo *corpus teoricus* após provocar uma onda de histeria pública, somente depois de inflamar o inconsciente coletivo.

Por outro lado, como fenômeno da conduta humana, pode servir como base de análise da consciência humana, sendo a percepção estética um fator distintivo do ser humano como espécie, que o diferencia dos animais. Esta diferença caracteriza-se por ser o homem um animal que tem consciência de que sabe (*sapiens sapiens*), porque o saber todo animal possui seja ele instintivo ou produzido artificialmente. A complexidade com a qual foi dotada a *psique* humana faz com que haja necessidade de esclarecimentos sobre o que perturba-a. O desconhecido necessita ser simbolizado de alguma maneira, traduzido, ainda que para uma forma que não esteja em sintonia com o real, mas que faça-se ser entendida pelo querelante.

A arte pode utilizar as imagens produzidas para comover, emocionar, conscientizar; ou palavras profundas para se apaixonar por um certo poema ou outro tipo de literatura. Basicamente, a arte é um ato de expressar sentimentos, pensamentos e observações. Existe um entendimento de que é alcançado com o material, como resultado do tratamento aplicado a este, o que facilita o seu processo de entendimento. Um bom exemplo é a obra *Primeira Missa no Brasil*[2], pintura concluída em 1861, por Victor Mirelles (1832-1903), onde o autor, baseando nos relatos fantasiosos dos padres, apresenta em sua pintura homens bem trajados, e um Sacerdote em trajes *glamourosos* a celebrar uma missa rodeados de índios em extrema harmonia com os recém-chegados.

A opinião comum diz que para se fazer uma arte que tenha como resultado uma obra de qualidade, é preciso uma especialização do artista, para ele alcançar um nível de conhecimento sobre a demonstração da capacidade técnica ou de uma originalidade na abordagem estilística. Pode-se considerar tal abordagem como uma vez que receba um determinado refino intelectual, o criador torna-se mais [*ou menos*] [*in*]capaz de apresentar as formas do seu inconsciente por meio de uma linguagem mais fina ou menos obscura ao homem comum, o que em termos de estética permite ter uma apreciação mais moderada.

[2] Considerado um tesouro icônico brasileiro, o quadro *Primeira Missa no Brasil,* de Victor Meirelles (óleo sobre tela, que mede 270 cm x 357cm), foi pelo artista catarinense em dois anos de trabalho - entre 1858 e 1860. Foi inspirada na carta de Pero Vaz de Caminha, pintado no exterior, vindo a ser exibido pela primeira vez no Salão de Paris, em 1861; No entanto, apenas no ano seguinte pode ser visto em solo pátrio na Exposição Geral da Academia Imperial. Fonte: ASCOM/IBRAM. Disponível em: https://www.museus.gov.br/a-primeira-missa-no-brasil-de-victor-meirelles-chega-a-brasilia-para-exposicao/. Acesso em 28/06/2020.

Homero (928-898 a.C.), o grande poeta cego, imortalizou através de sua arte três monstros fenomenais: Cila, Caríbdis e as Sereias, que mais tarde veio a povoar o imaginário dos artistas plásticos retratando-as de infinitas formas.

Cila é um rochedo e Caríbdis (ou Caribdes) é um redemoinho, um sorvedouro. Os dois moravam nos lados opostos do Estreito de Messina, que separa a Itália da Sicília, e personificavam os perigos da navegação perto de rochas e redemoinhos. Em tempos pré-homéricos, Caríbdis era mais ligado a lendas de marinheiros e pescadores do que a própria mitologia clássica. Homero foi o responsável por posicioná-la como entidade mitológica universal, tirando-a de simples lenda regional; além de dar-lhe uma roupagem poética quanto a sua origem. Graças à obra de Homero, na atualidade tornou-se [*quase*] impossível imaginar estas duas criaturas monstruosas como fenômenos naturais.

Considerações finais

A arte é uma expressão catexial profunda daquilo que o homem sente como ser reprimido por sua existência limitada no tempo e no espaço. O que se poderia pensar do ser humano, em sua luta contra a natureza sem a presença da arte para protegê-lo de todo o medo, o pavor e a incerteza do amanhã? Graças à arte estampada nas paredes de suas casas, passou a dormir em segurança, permitindo ao seu espírito repousar em paz e quando o sol nascia, partia para as jornadas de caça confiante de sua vitória.

Nas sociedades civilizadas, onde as formas de vazão dadas para toda a energia catexiada tem se tornado de difícil condição de ser, as formas de expressão artística tem se mostrado como uma forma de auxiliar a população a manter o seu equilíbrio harmônico existencial e a permitir momentos de êxtase, mantendo a economia psíquica dentro de seu limite ideal.

A arte é esta condição maravilhosa, encantadora e misteriosa, ligada ao ser e ao existir, que invade o pensamento humano de forma inconsciente, chegando ao seu íntimo sem pedir licença, penetrando nos recônditos mais inacessíveis do pensamento do indivíduo, quando em estado de vigília ou mesmo quando não absorto ao ponto de permitir-se o maravilhamento diante do inédito e, quando isto ocorre, surge fazendo com que fantasmas, há muito esquecidos, despertem pelas vias mais interessantes.

Não admira que desde os tempos primitivos, ela tenha encantado até mesmo aos poetas, músicos e outros tipos de artistas que dedicaram-se a elas e mantiveram postos privilegiados ao lado de grandes governantes e reinos e, esta mesma arte atemporal

continua a encantar aos homens de tal maneira que a estudam como se houvesse alguma maneira de desvendar o seu segredo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

ABRAHÃO, Azis. Pedagogia e quadrinhos. In: MOYA, Álvaro de. **SHAZAM!** São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura.** Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas.** 21. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BERTIN, Célia. **A Mulher em Viena nos Tempos de Freud.** Campinas: Papirus, 1990.

FISCHER, E. **A necessidade da Arte.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

GARCIA, Eduardo. **História da Civilização***, v.1*. São Paulo: Editora Egrégia, 1978.

JASON, H. W.; JANSON, Anthony. **Iniciação à História da Arte.** Martins Fontes, 1988.

KANDINSKY. **A propósito do espiritual em Arte** [1911]. Munique, 1912.

MARX, Karl. **O Capital.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1: Capítulo V.

MAURANO, Denise. **Nau do desejo, o percurso da ética de Freud e Lacan.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

SILVA, Simone Tourinho da. **A formação humana no jovem Marx:** contribuição para a educação física escolar. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Brasília (DF): Universidade de Brasília, 2014.

TABACOF, Boris. **Espírito de empresário:** reflexões para construir uma gestão baseada em valores. São Paulo: Editora Gente, 2009.

Capítulo 2

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO A LUZ DA TEORIA MIMÉTICA

Rondinele Felipe

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO A LUZ DA TEORIA MIMÉTICA

Rondinele Felipe

Doutorando em Ciência da Religião UFJF. (Bolsista FAPEMIG).

E-mail: rondinelelfelipe@gmail.com

Resumo

Quando pensamos na teoria mimética e seus desdobramentos no pensamento científico recente, rapidamente associamos tal pertento ao corolário intelectual de René Girard. Esse autor ofereceu um novo olhar acerca da violência e do sagrado, sugerindo que somos guiados por um mecanismo de apropriação mimético tão competitivo, contagioso e dilacerador que as primeiras comunidades teriam sucumbido ao patamar de extinção, não fosse nossa fortuita capacidade de canalizar a violência coletiva e dirigi-la contra uma vítima; um bode expiatório. A grande intuição desse autor é de que a violência coletiva desferida e sentenciada contra um bode expiatório constitui o coração do sagrado. Não apenas isso, mas as culturas humanas só foram possíveis, paradoxalmente, graças a esse primeiro homicídio que apaziguou a violência de todos contra um único indivíduo. Portanto, a palavra que designa a vítima perseguida ou assassinada é, em termos girardianos, "bode expiatório". Diante disso, poder-se-á assinalar que não é desconhecido o lugar da vítima (bode expiatório) nas primazias da Teologia da Libertação. Igualmente, essa comunicação pretende analisar como essa vertente teológica entende esse processo vitimário e em que medida o bode expiatório de Girard pode fazer coro às vítimas apontadas e protegidas pela Teologia da Libertação.

Palavras chave: mimésis, violência, bode expiatório, vítima, Teologia da Libertação.

1 Introdução

Essa proposta de trabalho pretende cumprir o desígnio de pensar o lugar da vítima no discurso e na atuação da Teologia da Libertação sob a ótica da teoria mimética de René Girard. É importante destacar que esse intento se inspirou no encontro entre René Girard e alguns teólogos, representantes da Teologia da Libertação, que aconteceu no ano 1990 em São Paulo[3]. Todavia, diante da fecundidade desse encontro é que nos inspirou debater as tensões e convergências no que se refere ao lugar da vítima no domínio social. Com intenção de redesenhar o mapa sociocultural dessas vítimas, bem como o que Girard

[3] Nesse fecundo encontro, cujo proposito cumpriu a tarefa de pensar os ídolos e sacrifícios, sobretudo no contexto da América Latina, foi gerado o livro: René Girard com teólogos da libertação. ASSMANN, Hugo. **René Girard com teólogos da libertação.** Petrópolis: Vozes e Editora UNIMESP, 1991.

designa de violência mimética, que será feito um recorte específico naquilo que ele denomina, como efeito consequente da violência, de mecanismo vitimário.

Vale dizer que esse texto tocará apenas de leve no vasto campo teórico dedicado à Teologia da Libertação. Justificamos, também, que nosso principal teórico, inspirador dessas poucas páginas, cujo intento é reconhecidamente manifesto e promissor, no campo da Teologia da Libertação, será Leonardo Boff. Ao mesmo tempo, de Girard destacaremos seu mote principal que é a teoria do desejo mimético, bem como as consequências desse desejo, mediado e conflitivo, responsável pela explosão da violência.

A violência entre todos os demônios que nos assolam no nível existencial é a principal ameaça à paz e a coesão social. Temos assistido de perto o quanto a violência ocupa vários setores da vida social. Atualmente, talvez o cenário em que a violência mais se propaga seja aquele das redes sociais e das mídias, instituindo uma espécie de violência virtual. Ora, a partir desses apontamentos, o que podemos caracterizar como violência? E mais, como perceber a violência subjacente, e as vezes legitimada, nas sociedades? Entendemos, com isso, que toda situação de vitimização caracteriza-se como violência, podendo exercer seu poder de diversas formas. Com efeito, a vítima, por sua condição subalterna, sempre sofre algum tipo de violência. É dessa violência que a Teologia da Libertação fala, reclamando o direito à vida e o mínimo de dignidade social para os excluídos. Da parte de Girard, os excluídos são as vítimas que o próprio Jesus fez ressoar. Jesus é o modelo perfeito de vítima que não ficará esquecida. A partir do evento Cristo, os clamores dessas vítimas ecoaram pelo tempo até os dias de hoje. Prova disso é que nas páginas dos Evangelhos figura um forte apelo aos excluídos. Jesus, de acordo com Girard (1999, p. 157) inverte a lógica vitimária ao dar voz às vítimas e condenar os perseguidores. É dessa maneira que René Girard interpreta os Evangelhos. É por essa via que tentaremos promover um diálogo possível entre esse perspicaz pensador, sob o enfoque teórico das lentes proeminentes de Leonardo Boff, a propósito do sensível caminho da Teologia da Libertação.

2 Da violência e designação da vítima à revelação evangélica.

Ao analisar as sociedades complexas, assim como o desejo motivador que impulsionaria a violência coletiva, René Girard percebeu que as vítimas eram bodes expiatórios, que em alguma medida distinguiam da maioria por carregarem as marcas vitimárias. Mas, o que são as marcas vitimárias? Nas palavras de Girard (2004, p. 23) são

tendências estereotipadas conduzidas precisamente por apresentar diferenças, fazendo a vítima divergir da maioria dentro do um grupo social. Aqui já podemos considerar uma primeira informação: se olharmos com atenção veremos que as vítimas, nessas sociedades primitivas, representavam a minoria, as vezes apenas um bode expiatório; um inocente sentenciado pela maioria. Não é curioso que, nesse caso, a designação da vítima se converge para o nexo do todos contra um? Isso porque na Teologia da Libertação, em sua vasta produção teórica, ouve-se o grito da maioria que sofre. É a maioria que vive na miséria, são a maioria das vítimas que se encontram em condição de subalternidade, julgados pela sede implacável, de uma minoria, de meritocratas, colonizadores, políticos, etc. Pensando por esse ângulo, o mecanismo vitimário parece virado às avessas. Isso porque Girard nos apresenta uma lógica vitimária conduzida pela multidão que persegue e sentencia a vítima, o bode expiatório, sacrificado pela maioria mimeticamente infectados pela violência.

Isso nos conduz, de imediato à lógica sacrificial de Girard (2004, p. 55), em que a vítima deriva da perseguição da multidão, unida com o propósito de descarregar a violência de todos contra um. A questão que se coloca é: qual a diferença da vítima sacrificial para as vítimas sociais? Mesmo que a designação e o termo "vítima" possa ser aplicado em ambos os casos, há uma diferença considerável com relação à designação de vítima nas sociedades complexas. Isso porque, segundo Girard (1999), o mecanismo vitimário é consequência da crise mimética que explodia em violências reciprocas, cada vez mais crescentes, que só eram aplacadas quando encontravam um culpado, alguém que carregasse a culpa pela crise. Vale dizer que, nessas sociedades, os perseguidores estavam convictos de seus propósitos. Em outras palavras, eles acreditavam na culpabilidade de suas vítimas, por isso seus atos eram justificados, pela convicção do cumprimento dessa tarefa. Aproximadamente, poder-se-á inferir que na esteira social atual a vítima é fruto da violência. Seja ela social, moral, psicológica, de etnias e raças, violências físicas, coletiva, etc. Mas, afinal, é possível especificar o que é violência? Ao menos no corpo teórico de Girard a violência parece figurar num caráter coletivo, culminando no sacrifício expiatório.

Vejamos como Girard percebe que na raiz de todo grupo social reside um DNA de violência vitimária. Em outras palavras, o que está em jogo é aquilo que Girard denomina de mecanismo mimético. Para entendermos a lógica que rege tal mecanismo é preciso acolher a premissa básica de Girard, em que o desejo competitivo poderá desencadear

uma escalada de violência, cada vez mais exacerbada, que se não fosse controlada o efeito dessa violência coletiva causaria consequências vulcânicas de extinção em massa.

Percebe-se com isso, ainda que de forma incipiente, que a violência é conduzida por crescentes e contagiosas aspiração reciprocas e coletivas. Aqui a perseguição parece justificar-se por estereótipos, pois acredita-se na culpabilidade da vítima. A cegueira dessa perseguição se justifica porque a vítima diverge da maioria. Em Girard a vítima poderá ser qualquer pessoa que apresente peculiaridades físicas, culturais, hierárquicas etc. Em posse dessas informações, poder-se-á perceber que em Girard (2004, p. 22) a alcunha vítima tem um sentido mais geral. Não há uma identificação específica e contextualizada dessa designação. Nesse sentido, se impõe a questão: quais são as vítimas na alma da sociedade atual? Isso quer dizer que no escopo teórico girardiano ainda fica muito vago e impreciso quem na verdade são as vítimas e como a violência as fabrica.

Com efeito, na esteira da Teologia da Libertação as vítimas são todos e todas que sofrem. Vejamos como Leonardo Boff as veem: "O sujeito histórico dessa libertação seria o povo oprimido" (BOFF, 2005, P. 34). Aqui vigora a virtude da compaixão e da caridade que nasce do grito do oprimido, da necessidade daquele que sofre na pele as imposições e violências das sociedades hierarquizadas, das ideologias coloniais[4], cuja intrigante palavra mérito impõe, prioritariamente, merecimento e primazias às minorias, classificadas no topo da esfera social e não, prioritariamente, ao mais fraco, ao menos assistido.

Nessa sequência, Girard (2009, p. 226) nos fornece uma nova informação acerca da origem fazedora de vítimas. De acordo com ele, são os Evangelhos que denunciam a violência indevida e cruenta das religiões primitivas. Para esse autor, a lógica vitimária é invertida com advento Cristo, uma vez que são as vítimas que falam, são elas que pedem socorro. A agudeza de Girard está em mostrar que a história é recontada não mais sob a ótica dos perseguidores, mas dos perseguidos. Isso é defendido por Boff (2005, p. 34) ao dizer que o povo oprimido deve ter consciência da sua situação de vítima. Essa informação

[4] Sobre essa temática, vale a pena conferir as intuições de Walter Mignolo acerca da decolonialidade. Em linhas gerais podemos entender que a colonialidade de poder se desenvolve não somente numa consciência que se funda a partir da classe dominante, mas designa também o destino dos excluídos, de como irão viver ou morrer, por isso, a função do pensamento decolonial seria de desvendar, tornar pulsante e aparente o que está inconsciente e disfarçado por ideologias e dogmas, as vezes até normatizados na consciência coletiva da maiorias dos excluídos, que na maior parte dos casos, têm suas liberdades alienadas. Walter and Walsh, Catherine (2018). On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis. Durham/London: Duke University Press.

é muito preciosa, pois revela como os Evangelhos invertem a narrativa mítica ao saírem em defesa das vítimas. Os Evangelhos dão voz aos perseguidos mostrando de forma límpida que não são mais os perseguidores que contam a história.

Como aponta Girard (1999, p. 141), se a mitologia parece dissimular a inocência das vítimas, os Evangelhos as colocam sob a mais clara luz, são elas que gritam, protestam e clamam por socorro. É aqui que a Teologia da Libertação encontra um terreno fértil para atuação, na verdade, essa vertente teológica resulta dessa aspiração cristã que denuncia tais injustiças. Isso fica mais claro quando pensamos nos desdobramentos da perseguição vitimária, sua revelação e denúncia preconizada pelos Evangelhos. É nesse ponto que a hipótese de Girard faz coro ao centro de preocupação da Teologia da Libertação que é a vítima.

Na hipótese de Girard, só percebemos que a história foi contada pelos carrascos porquê a vítima, em sua expressão mais significativa, que inverteu o mecanismo vitimário, foi Jesus. Ele é a vítima inaugural dos protestos e denúncias das injustiças, e, contra os perseguidores. Cristo representa a voz daqueles e daquelas que antes eram silenciados. Jesus é a baixa e o denunciador da violência vitimária.

A intuição que guiará Girard é a de que o mecanismo do bode expiatório sempre suscitará a máxima do mecanismo vitimário, enunciada no interrogatório de Jesus no Sinédrio, quando a crise coletiva ameaçava solapar o equilíbrio social. Para citar na íntegra, vejamos a seguir: “Nem considerais que é do vosso interesse que morra um só homem pelo povo, e não pereça toda nação.” (Bíblia, João 11-50) Essa é a lógica do bode expiatório proferida na ocasião do julgamento de Jesus pelo sacerdote Caifás. Jesus é vítima, segundo os evangelhos, que assume a culpa, embora sua inocência é declarada: “não acho culpa alguma neste homem.” Como disse Pilatos (Bíblia, Lucas 23-4). A diferença dos sacrifícios das religiões naturais é que a vítima era culpada, seus algozes acreditavam que suas sentenças eram válidas e legítimas.

Isso revela nossa estranha capacidade em procurar sempre um culpado. Essa sentença parece ser um constante na esfera social; seja nas relações mais simples ou nas guerras. Sempre procuramos um culpado, aguem para despejar nossa ira; um bode expiatório em que precisamos sacrificar e dizer: esse é o culpado! Ou coisas do tipo: queremos justiça! Não carrego essa culpa! Isso mostra, ao mesmo tempo, que o ato de compartilhar a culpa poderá evitar perseguições cegas na busca por bodes expiatórios. Compartilhar a culpa é também compartilhar a dor com aqueles e aquelas que sofrem.

Compartilhar a culpa e ter compaixão. E ter compaixão é interromper o ciclo de perseguições; é impedir a logica vitimária.

De uma forma geral, foi debatido nas linhas acima a forma e a determinação da violência na condição de vitimização e suas nuances, tanto para Teologia da Libertação, quanto para teoria mimética. Será prudente, nesse momento, tentar entender como surge a violência dentro de um grupo social.

3 Mimésis e violência: condição para vitimização e nascimento do sagrado.

Ainda sob o desígnio das injustas condenações e das perseguições vitimárias nas sociedades complexas é que será demostrado a relação da violência com o sagrado. Aqui sem qualquer esforço podemos notar que o próprio título será chave de leitura no sentido de perceber que a violência mimética é a raiz causadora da perseguição vitimária.

De acordo com Girard (1990, p. 14), O caráter coletivo da violência sacrificial faz dessa violência um sacrifício. Era preciso unir as forças da cólera coletiva contra uma única vítima para se ter um sacrifício. Com efeito, não é sob o paroxismo de qualquer violência que emerge o sagrado, mas da violência coletiva e inânime em direção ao sentenciamento da vítima. O sagrado nasce da violência porque a reciprocidade e o contágio da violência coletiva é tão dilacerador que, nas primeiras comunidades, era preciso eleger uma vítima, um bode expiatório, que morresse em nome de todos. Em seguida se a crise fosse extirpada, após a morte expiatória da vítima, a consequência, paradoxalmente incrível, desse fenômeno era divinização do bode expiatório. Desse momento em diante o deus responsável por solucionar a crise era cultuado, elevado à condição de sagrado.

No entendimento geral dessa hipótese poder-se-á entender que a o sagrado e, portanto, as religiões nascem da violência contra uma vítima. Já sabemos que, de acordo com essa teoria, a vítima está na origem das culturas, podemos dizer, do sagrado. Aqui reside a importância de traçar o mapa originário dessas vítimas de violências que representam a prioridade do discurso e da prática da Teologia da Libertação. Resta saber como surge a violência dirigida contra essas vítimas. Elaborando melhor essa questão, podemos indagar: como, de acordo com Girard, surge a violência?

O princípio de toda essa crise é a disputa por um objeto qualquer. Tal objeto não tem representatividade sem a metáfora do triangulo, é preciso que dois desejos; duas pessoas, sujeito e modelo, completem essa geometria. O triangulo se forma porque não

desejamos o objeto de maneira autônoma e autotélica, mas porque um modelo, uma outra pessoa, nos mostra, ou podemos dizer, nos ensina o que desejar. A partir dessa imagem poder-se-á ver o triangulo mimético ser desenhado na dinâmica: sujeito, modelo e objeto. Nesse movimento triangular se colocam as condições para as disputas cada vez mais crescentes.

O que podemos esperar a partir desse efeito incendiário e contagioso? Com um pouco de empenho, na busca por perceber a dinâmica da violência, notar-se-á que o objeto desaparece. A partir de então é a própria violência que assume a lugar do objeto. A violência é a única a dominar o jogo. Metaforicamente, ela é o deus, a força dos fenômenos naturais, os monstros que tentamos dominar. As imagens são criadas metamorfoseadas em fantasias sobrenaturais como forma de encobrir o nosso maior medo que é a violência e seu contágio dilacerador. No fim das contas é a violência que procura suas vítimas, seus bodes expiatórios. Não é de se estranhar que muitas expressões simbólicas, ritualísticas, contratos, apelos éticos e morais, etc., são estabelecidos com a função de interditar a violência. Isso se deve ao poder contagioso e dilacerador da violência para qualquer cultura.

Nas primeiras comunidades, os sacrifícios ofereceram apaziguamento da violência e das crises coletivas. De acordo como Girard, assa é lógica da sagrado:

> "Para compreender a cultura humana é preciso admitir que apenas o represamento das forças miméticas pelos interditos, sua canalização nas direções rituais, pode estender e perpetuar o efeito reconciliador da vítima expiatória" (GIRARD, 2009, P. 54).

Nessa citação há várias indicações importantes, primeiro temos a constatação do perigo das forças miméticas nas relações humanas. Entretanto, também é preciso haver moderação, nesse ponto é que a função dos ritos e símbolos são importantes. É preciso enganar a violência é por isso que as simbolizações no sentido ritual almejam representar, aproximadamente, o primeiro ato sacrificial que teria apaziguado o efeito terrível da crise mimética e violenta. Paradoxalmente, os ritos nos fazem sair, pouco a pouco, da violência, mas também insistem em lembrar do paroxismo dessa bestialidade nas relações humanas.

Para testemunhar a função catártica dos sacrifícios podemos refletir acerca da função desempenhada pelos ritos, inclusive nas religiões atuais, uma vez que há uma constante repetição, de forma simbólica, do primeiro ato que teria reunido a comunidade

na estabilidade e coesão coletiva. Os ritos conseguem prevenir, ao menos de forma paliativa, a continuidade infecciosa da violência. Por isso, a rememoração, a repetição, afim de lembrar o efeito catártico do primeiro sacrifício expiatório. Podemos dizer em conceitos girardianos: os ritos atestam o nascimento sacrificial do sagrado. Para tornar essa hipótese mais clara, podemos sugerir que a mimésis sobrevive, como que um vírus, condicionada à coletividade, em todo domínio social. Ora, como isso acontece? Se a mimésis é a competição que faz gerar rivalidades, quando desejarmos o mesmo objeto que o nosso rival, a mesma mimésis representada nas repetições (imitações) ritualísticas são configuradas no sentido de interditar a violência. A rigor é sempre a mimésis que faz gerar esse processo paradoxal de violência. Dizendo de outra maneira, se a imitação e disputa pelo objeto acende em violências, o apaziguamento dessa crise ainda é um fenômeno mimético, tanto na escolha unanime do bode expiatório, quanto nas posteriores ritualizações, ou podemos dizer: repetições miméticas.

A insistência na função dos ritos se justificam das seguintes maneiras: os ritos são resultados de nossa evolução no meio cultural, os ritos testemunham nossa pertença com o sagrado, bem como nosso DNA sacrificial, violento. Tal constatação tem as seguintes implicações: primeiramente revela que a gênese cultural foi erigida sobre o sangue vitimário. Isso se concordarmos com Girard (1990, p.121). Não obstante, os ritos também podem revelar que que violência se secularizou. Quer dizer que a violência, aqui concebida como nossa capacidade de sentenciar e condenar bodes expiatórios, ainda exibe certo vigor, as vezes legitimada, transfigurada por camadas culturais.

Vejamos como isso pode nos levar a refletir: atualmente em nossa sociedade existem muitos tipos e formas de violências, as vezes disfarçadas, ou mesmo legalizadas, assim como nas penas de morte, por exemplo. Ou, nas explorações ao logo da histórias, no colonialismo, legitimado inclusive pela Igreja, na escravatura, nas perseguições às mulheres em nome de Deus. Enfim, queremos dizer que, mesmo que os Evangelhos condenam a violência, a despeito disso, nossa capacidade de simbolizar, ritualizar e legitimar (no campo jurídico em formas de leis) a violência parece latente.

Se nas sociedades antigas as vítimas eram perseguidas e sentenciadas, condenadas ao silêncio, esquecidas pelos relatos míticos, não obstante, de acordo com Girard (1999, p. 137), os Evangelhos representam a baixa e a denúncia das vítimas perseguidas e sentenciadas pelas primeiras comunidades. Isso quer dizer que, ainda que a violência insiste em nos infectar, o efeito do fermento Evangélico nas insistentes orientações e

recomendações na propagação do amor e da caridade são suficientes para se pensar em aproximar, cada vez mais, da realidade daqueles e daquelas que sofreram e sofrem violências de todas as espécies, por isso ocupam um lugar subalterno e pouco assistido pelas pessoas que detém o poder.

Prova disso é que a partir da revelação evangélica do mecanismo vitimário surgiram muitos movimentos como os direitos humanos, o forte convite ao perdão, à fraternidade e o amor, representando os frutos dos ensinamentos de Jesus. Nesse caso, faz todo sentido aproximar Girard das proeminentes e sugestivas inserções práticas da Teologia da Libertação.

3 Teologia da libertação: uma leitura vitimária a partir da América Latina.

É notável a importância da Teologia no contexto da América Latina, ambiente em que foi possível e fecundo o surgimento de uma Teologia da práxis. Isso porque a Teologia pensada e articulada a partir da vítima assume um modo específico e dinâmico de atuação no mundo. O polo de investigação é invertido quanto a função da teologia, uma vez que devido aos apelos feitos nas decisões conciliares (*Gaudium et Spes*) (BOFF, 2005, P. 52), a teologia assumiu a tarefa de se estruturar a partir do mundo e da realidade humana para o fazer teológico e não o contrário. No dizer de Boff (2005), a Igreja que se encontra no mundo precisa ser participadora das realidades concretas das pessoas. Como podemos conferir nessas linhas: "O Vaticano II insistiu no fato de que a Igreja se encontra dentro do mundo, participe de suas esperanças e angústias. Esta consciência permitiu à teologia descobrir novos campos e novos objetos para sua reflexão" (BOFF, 2005, P.52-52). Isso quer dizer que os desafios para essa nova teologia tem sido, desse momento em diante, pensar numa estratégia atuante e condizente com a realidade das vítimas.

Dentro desse panorama, após o Concílio Vaticano II, o lugar da teologia passou a ser redesenhado como ciência da fé, da tradição e das escrituras. A teologia reforça sua atuação e lugar, desempenhando um diálogo racional com a história e as culturas. A interpretação das Escrituras e a fé se configurariam, epistemologicamente, como fazer teológico a partir da realidade das vítimas. A interação com a sociedade, a leitura hermenêutica das Escrituras em consonância com a realidade sociocultural, o empenho em divulgar a paz entre as pessoas e nações, os direitos da vida como um todo, a preferência pelos pobres, sobretudo na América Latina, bem como o diálogo com outras vertentes religiosas, representaria o lugar e o fazer teológico dessa ciência.

Ora, podemos dizer que de fato isso se efetivou? Esse parece ser ainda um grande desafio que sempre se impõe imperativamente. Como ressalta Boff, "o sujeito histórico dessa libertação seria o povo oprimido, que deve elaborar a consciência de sua situação de oprimido [...]" (BOFF, 2005, P.34). Isso significa que, prioritariamente, é preciso haver uma libertação epistemológica. Aquele que se encontra em situação de subalternidade deve ter consciência desse fato[5]. É aqui que a teologia se dinamiza, articulando a mensagem que lhe é mais própria e, portanto, condizente com a realidade daqueles e daquelas que de fato precisam de libertação.

Essas múltiplas atuações da Teologia da Libertação lhe confere o sentido de palavra, logos e, consequentemente, hermenêutica. Uma vez que a teologia cristã parte do pressuposto das Escrituras ela se vale da interpretação para transmitir os conteúdos da fé e aplica-los à vida concreta. Nesse sentido: "o principal alcance desta tendência reside no fato de ter aberto outros campos para pastoral e para reflexão teológica, necessários para a fé no nosso mundo" (BOFF, 2005, P. 53). Dentro do que aqui se diz, a prática deve estar articulada com a razão é assim que parece ser possível enxergar o quão legitimada é a violência. Isso porque, na maioria da vezes, não percebemos que agimos de maneira violenta com relação ao nosso lugar na camada social, ou naquele pretenso automerecimento que muitos compreendem como natural, ou, por assim dizer, no narcisismo autocentrado que as vezes exclui, sentencia e aniquila o outro, criando situações de subalternidade e violência vitimária.

É por isso que os textos sagrados, assim como os tradicionais, por suas complexidades e necessária atualização, carecem de serem interpretados e contextualizados para realidade atuante, dinâmica e criativa das pessoas. Nesse sentido, Teologia da Libertação pressupões ação, desde sua interpretação e reconfiguração na realidade do mundo. Quando a teologia interpreta os sinais da realidade social, a partir da caridade, espelhada como realidade vocacional dos Evangelhos, não é difícil perceber uma mudança repentina, uma horizontalização da Palavra, convergindo para uma

[5] Nesse ponto, aproveitamos para comentar acerca do atual modelo decolonial. A colonialidade de poder designa o destino dos excluídos, de como irão viver ou morrer, por isso, a função do pensamento decolonial seria a de desvendar, tornar pulsante e aparente o que está inconsciente e disfarçado por ideologias e dogmas, as vezes até normatizados na consciência coletiva da maiorias dos excluídos, que na maior parte dos casos, têm suas liberdades alienadas. Mignolo, Walter and Walsh, Catherine. On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis. Durham/London: Duke University Press, 2018.

estreitamento entre fé e oprimido. Nessa dinâmica, a caridade e o amor são formas de controlar o desejo competitivo e, portanto, a violência e sua vocação para vitimização.

É necessário reconhecer que, quando se vivencia a reciprocidade do amor, perece quase sugestivo e imperativo a interrupção da reciprocidade da violência que tende para perseguição vitimária. Perceber o outro, a vítima, é viver a compaixão, cuja dinâmica implica no lugar da vítima como centro e princípio dessa convivialidade. É justamente dessa inversão que Leonardo Boff fala ao tratar do tema no encontro entre Girard e os teólogos da libertação: "O intento da Teologia da Libertação é precisamente efetivar essa virada epistemológica: buscar questionar, desde os pobres, às instituições da sociedade e igrejas" (ASSMANN, 1991, P. 40). Essa virada epistemológica é um processo de desalienação; libertação dos valores que nos aprisionam de modo tão disfarçado que quase não percebemos.

Aproximamos, assim, da hipótese desse trabalho que se pressupôs pensar o lugar da vítima como cabeceira dos diálogos e das prioridades sociopolíticas. Por isso, a pertinência em mostrar como esse processo de vitimização derivou e continua sendo um mecanismo orientado pelo desejo e sucessivamente, pelas disputas e violências. Se a perseguição, exclusão e sentenciamento vitimário está na origem das culturas, como instância natural no âmbito coletivo, não é estranho que tal atrocidade ainda persista, mesmo que dissimulado ou travestido por outras formas (ritualizada), muitas vezes legitimadas, simbolizadas e encobertas, e, por esse motivo, ainda continua fazendo vítimas e sentenciando bodes expiatórios.

4 Conclusão

É difícil dizer se a tarefa à qual se propôs essas páginas cumpriu seu efeito. Mas, ao menos podemos indicar que as sementes aqui plantadas poderão germinar se a terreno for propício. Isso porque ainda são muitos os desafios que precisamos enfrentar para que tenhamos o mínimo de engajamento, respeito e amor para com o próximo. Deixamos aqui nosso anseio de podermos expressar que a dor humana é universal, isso porque a dor, o sofrimento, a pobreza, a perseguição vitimária e a morte atinge a vida como um todo. A ilustração da "parábola do bom samaritano" mostra, didaticamente, que o sofrimento do homem caído e a eminência da morte desperta um sentimento de amor pela vida, a vida de todas as vítimas que na maioria das vezes não são assistidas. Quem são as vítimas da nossa sociedade atual? Quem são os bodes expiatórios mais atingidos nesse cenário

horrendo de ataques via fake news, mensagens de ódio, e falta de investimento social? Quem são os carrascos que perseguem com ódio implacável a população LGBT, os índios, negros, os moradores de favela? Na lógica do "bandido bom é bandido morto", a violência sempre predomina; assim só existirá espaço para perseguição e sentenciamento vitimário. Resta dizer que o Evangelho se efetiva em amor e esse amor se opões ao ódio e a violência.

Referências

ASSMANN, Hugo. **René Girard com teólogos da libertação.** Petrópolis: Vozes e Editora UNIMESP, 1991.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GIRARD, René. **Eu Via Satanás Cair do Céu Como um Raio**. São Paulo: É REALIZAÇÕES, 1999.

GIRARD, René. **O bode expiatório**. São Paulo: Paulus, 2004.

GIRARD, René. **Coisas Ocultas Desde a Fundação do Mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Mignolo, Walter and Walsh, Catherine**. On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis.** Durham/London: Duke University Press 2018.

Capítulo 3

ELEMENTOS DO VATICANO II A PARTIR DOS DOCUMENTOS DE SANTARÉM E MANAUS

Adenilton Moises da Silva

ELEMENTOS DO VATICANO II A PARTIR DOS DOCUMENTOS DE SANTARÉM E MANAUS[6]

Adenilton Moises da Silva

Doutorando em Ciências da Religião, na UNICAP.

E-mail: adenilton.silva80@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisou, a partir de um olhar missionário, realizado na Diocese de Óbidos – PA, especificamente, na cidade de Juruti, onde está localizada a paróquia Nossa Senhora da Saúde, composta por mais de 105 comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas, a recepção do Concílio Vaticano II, sobretudo, a partir do Documento 100 da CNBB, "Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia". Este documento, lançado em 2014 resgata os ideais do Vaticano II, refletindo, analisando e propondo as posturas das diversas paróquias numa perspectiva igreja-comunhão, igrejas-irmãs. Também foi possível identificar, que as propostas trazidas pela conferência episcopal brasileira têm como "ponto de partida" a vida eclesial das comunidades estabelecidas na região amazônica, onde essa está à frente das demais regiões brasileiras e das respectivas Dioceses. À luz do Vaticano II, o Documento 100 nos deu a impressão de ser produzido a partir de um estudo de caso, que foi sendo proposto para as demais Dioceses do Brasil, ainda nos fazendo recordar o Documento de Aparecida, lançado em 2007, onde já era abordado o subtema: "A paróquia, comunidade de comunidade". Com isso, refletiu-se, que o modelo de Igreja vivenciado na região da Amazônia, traz elementos concretos e vitais inspirados desde o Vaticano II, e ajuda a repensar os modelos de igreja no restante do país. Tendo experimentado tal contexto, pode-se concluir que, a Igreja na Amazônia demonstra a possível eficácia do Vaticano II nos dias atuais, abrindo caminhos e ensaiando um novo modelo de Igreja-comunhão, tendo como fio condutor e sistemático os Documentos de Santarém (1972) e de Manaus (1997).
Palavras-chave: Vaticano II; Amazônia; Igreja Missionária; Santarém; Manaus.

Abstract: This work analyzed, from a missionary point of view, carried out in the Diocese of Óbidos - PA, specifically, in the city of Juruti, where the Nossa Senhora da Saúde parish is located, composed of more than 105 urban, rural and riverside communities, the reception of the Second Vatican Council, above all, from the CNBB Document 100, "Community of communities: a new parish. The Pastoral Conversion of the Parish". This document, released in 2014, rescues the ideals of Vatican II, reflecting, analyzing and proposing the positions of the various parishes in a church-communion, sister-church perspective. It was also possible to identify that the proposals brought by the Brazilian

[6] Este artigo já foi publicado anteriormente como o título: "Elementos do Vaticano II na experiência missionária dada na região paraense", no II Simpósio Internacional Estudos do Catolicismo: Concílio Vaticano II – O catolicismo de João XXIII a Francisco, pela UFJF, entre os dias 07 a 10/03/2022, conforme ISBN: 9786599263934. Em virtude da nova publicação, o título foi alterado para a atual versão.

episcopal conference have as a "starting point" the ecclesial life of the communities established in the Amazon region, where this is ahead of the other Brazilian regions and the respective Dioceses. In light of Vatican II, Document 100 gave us the impression of being produced from a case study, which was proposed to the other Dioceses of Brazil, still reminding us of the Aparecida Document, launched in 2007, where the sub-theme was addressed: "The parish, community of community". With this, it was reflected that the model of Church experienced in the Amazon region, brings concrete and vital elements inspired since Vatican II, and helps to rethink the models of church in the rest of the country. Having experienced such a context, it can be concluded that the Church in the Amazon demonstrates the possible effectiveness of Vatican II today, opening paths and rehearsing a new model of Church-communion, having as a guiding and systematic thread the Santarém Documents (1972) and Manaus (1997).
Keywords: Vatican II; Amazon; Missionary Church; Santarém; Manaus.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por meta apresentar pontos concretos, que identificam a influência do Vaticanos II no modelo pastoral implementado na região do Pará, especificamente, na Diocese de Óbidos, na cidade de Juruti, onde está situada a Paróquia Nossa Senhora da Saúde, a qual era composta por 105 comunidades, entre elas urbanas, terra firme e ribeirinhas.

Para estudo do caso em questão, o Documento 100 da Conferência Nacional do Bispos do Brasil – CNBB, publicado em 2014, é a chave de leitura para uma melhor compreensão da aplicabilidade do Vaticano II, nessa região amazônica. Também levamos em consideração o Documento de Aparecida, lançado em 2007, além de outros dois importantes Documentos que refletem o profundo interesse dos bispos da Amazônia em traduzir o Vaticano II na realidade local, são eles: Documento de Santarém (DS), 1972, por ocasião do IV encontro de Pastoral da Amazônia, que refletiu as "linhas prioritárias da pastoral da Amazônia", o Documento de Manaus (DM), 1997 : "Antevendo o Terceiro Milênio, cujo sol já nos ilumina, com o coração cheio de esperança, celebramos o VIII Encontro das Igrejas da Amazônia, em comemoração aos 25 anos do Encontro Pastoral de Santarém". Esse Documento de Manaus trouxe como tema: "A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia".

1 - **Documento de Santarém: Encarnação na realidade e Evangelização libertadora**

O Documento de Santarém, no ano de 1972, torna-se uma vanguarda para as ações missionárias e pastorais, pós Vaticano II, no Brasil. Trata-se de um documento singular

que contempla a realidade do lugar, a partir do olhar da Igreja local e das suas dificuldades e propostas de atuar enquanto presença de Deus no coração da Amazônia. Esse Documento busca o rosto e a identidade local, pois reconhece que suas demandas não são as mesmas do resto do país, mas suas peculiaridades, e se faz necessário compreender a Igreja na Amazônia como uma comunidade dos discípulos e discípulas, é uma comunidade de comunidades inserida para uma conversão pastoral. Com isso, propõe-se a ser a Igreja que se abre ao novo, oriundo do Vaticano II, mas interpretado segundo o rosto da Igreja na Amazônia.

Os bispos, reunidos em Santarém, buscaram interpretar a realidade amazônica, tendo em vista o futuro dessa realidade desafiadora e que necessitava por uma igreja encarnada nas mais diversas faces amazônicas, levando em consideração "o processo de trepidante transformação" (DS, n. 1). Com isso, os prelados presentes no contexto amazônico, optam por um serviço pastoral de engajamento, que deve prevalecer como primícia a orientar toda a ação evangelizadora, a Encarnação do Verbo, que exige de todos os missionários e missionárias a conversão a esse anúncio para, a partir daí, ter-se uma pastoral como programa ou ação eficaz capaz de possibilitar mudanças efetivas na vida das diversas realidades amazônicas.

As diretrizes básicas que norteiam esse Documento de Santarém e sua ação pastoral são oriundas da compreensão que se tem da "Encarnação na realidade e Evangelização libertadora". Para uma ação efetiva é preciso, segundo esse mesmo documento, um entrosamento com a realidade concreta do homem e do lugar, neste caso, as diversas faces amazônicas, uma vez que a região é composta por diversas etnias, sejam das diversas regiões do Brasil ou de outros continentes, estes estão em busca de fazer fortuna nas terras férteis da Amazônia.

Assim, afirma o Documento de Santarém, nº 4:

> a) Exige um total entrosamento com a realidade concreta do homem e do lugar (dos centros urbanos ou rurais, novos núcleos humanos, comunidade indígenas, setores marginalizados, áreas de emergência...): e pelo conhecimento (reflexão, pesquisa, estudo) e pela convivência com o povo, na simplicidade e na amizade do dia a dia.
> b) Estimula o renovado propósito de superar todo paternalismo, todo etnocentrismo (que nos enquadre numa cultura ou num grupo), todo modelo importado, pré-fabricado ou artificial de vida; fomentando uma decidida criatividade pastoral.

c) Reclama um permanente TESTEMUNHO: livre, por um lado, de todo compromisso que não seja o Evangelho, e, por outro lado, realista, corajoso e repleto de esperança; tanto na vida do indivíduo e da comunidade eclesial quanto na palavra e na ação apostólicas.

Estar inserido no contexto real de cada realidade, nesse nosso caso, a Amazônia, é imprescindível para uma atitude de implementação da Evangelização Libertadora, como sugere o Documento de Santarém. A proposta é de uma evangelização que abranja cada homem e todos eles, isto é, indivíduo e sociedade, sem as dicotomias ou exclusões, mas a Amazônia como um todo. Essa ação evangelizadora busca suas inspirações nas falas oriundas do Vaticano II, como também, segue o espírito e as diretrizes de Medellín (1968): "propunha-se vencer o torpor dos povos latino-americanos e caribenhos sob a pobreza, a injustiça e a opressão das ditaturas militares. A opressão e a fome não podiam esperar"[7].

Levando em conta essa realidade que necessita de olhares atentos e comprometidos, o Documento de Santarém está levando em consideração os sinais do lugar e do tempo, das diversas culturas locais e dos grupos étnicos, da natureza local e do homem que compõem a realidade da região amazônica[8]. Com isso, propõe, o Documento

[7] https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579496-cinquenta-anos-do-documento-de-medellin. Acesso em: 24 de mar, 2022.

[8] Por motivo da celebração dos 50 anos desse documento, o Papa Francisco enviou uma carta de encorajamento, que agora trago aqui literalmente: "*Queridos irmãos e irmãs:* Com o coração repleto de alegria e esperança, dirijo-me a todos os participantes do IV Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal, pois é motivo de especial alento para eu saber que sonhamos juntos "*com comunidades cristãs capazes de se devotar e encarnar de tal modo na Amazônia, que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos*". Ao mesmo tempo, saber que esse encontro faz memória daquele ocorrido nesse mesmo local há 50 anos atrás, é ocasião de intensa ação de graças ao Altíssimo pelos frutos da ação do Divino Espírito Santo na Igreja que está na Amazônia – durante estas últimas 5 décadas – e por quanto a mesma inspira. Aquele "Encontro de Santarém" propôs linhas de evangelização que marcaram a ação missionária das comunidades amazônicas e que auxiliaram na formação de uma sólida consciência eclesial. As intuições daquele encontro serviram também para iluminar as reflexões dos padres sinodais, no recente Sínodo para a região Pan-Amazônica, como recordei na Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia, ao descrevê-lo como uma das "expressões privilegiadas" do caminhar da Igreja com os povos da Amazônia. De fato, nas conhecidas "linhas prioritárias", frutos do recordado encontro, encontram-se esboçados os sonhos para a Amazônia que foram reafirmados no último sínodo. Alegro-me igualmente pelo empenho das Igrejas Particulares da Amazônia Brasileira, por meio de suas comunidades, em levar adiante as indicações da última Assembleia Sinodal, testemunhando ao mesmo tempo, pela já enraizada e bela tradição dos encontros das Igrejas Locais, a vivência da sinodalidade – como expressão de comunhão, participação e missão – à qual toda a Igreja é chamada. Recordo com carinho e com gratidão a participação intensa dos que vieram do Brasil à Roma trazendo vitalidade, força e esperança para as sessões do Sínodo de 2019. Sejam corajosos e audaciosos, abrindo-se confiadamente à ação de Deus que tudo criou, nos deu a si mesmo em Jesus Cristo, e nos inspira através do Espírito a anunciar o Evangelho com novo empenho e a contemplar a beleza da criação, ainda mais exuberante nessas terras amazônicas, onde se experimenta a presença luminosa do Ressuscitado. Ao depositar tais votos aos pés de Nossa Senhora de Nazaré, Rainha da Amazônia – que jamais nos abandona nas horas escuras – envio-lhes, queridos irmãos e irmãs, de todo o coração, a Benção Apostólica, pedindo também que, por favor, continuem a rezar por mim e pela missão que o Senhor me confiou. *Roma, São João de Latrão, 31 de maio 2022.* Franciscus". https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2022/documents/20220531-lettera-

de Santarém, uma conscientização evangélica como pressuposto indispensável para a libertação do homem e da natureza, obras do Deus criador. Nessa linha proposta por esse Documento de Santarém, o Documento de Manaus retoma o rosto da Igreja na Amazônia à luz do Documento de Medellín (1968), deixando claro seu profundo interesse pelos pobres e indígenas, excluídos e marginalizados.

2 – Documento de Manaus: A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia

Esse Documento de Manaus foi realizado na comemoração dos 25 anos do Encontro Pastoral de Santarém, que originou o Documento de Santarém (1972). Como bem fica dito na carta de apresentação desse Documento de 1997, segundo as presidências dos Regionais Norte I (D. Antônio Possamai) e Norte II (D. José Vieira Lima): "Este instrumento, convocatório, animador, encorajador e inspirador, quer ser mística impulsionadora para todos aquele que vivem, amam e trabalham, com dedicação, para construir uma Igreja inculturada e vida nesta nossa Amazônia".

Tais documentos mostram o profundo interesse dos prelados amazônicos em planejarem uma igreja à luz das diretrizes dos Documentos do Magistério Eclesiástico, sobretudo, a partir do olhar latino-americano e caribenho, como bem frisou o Documento de Aparecida, em 2017. As contribuições do Concílio Vaticano II nas elaborações dos outros Documentos episcopais, bem como, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através de seus regionais, são os sinais de uma Igreja que busca sentir as dores e as alegrias do seu povo nas mais diversas realidades socioculturais do país.

O Documento de Manaus entre tantas reflexões latentes para o contexto no qual foi vislumbrado pelos Regionais Norte I e II, toma consciência de sua responsabilidade, diante de tantos agraves que o cristianismo causou na cultura local em certos momentos da história. Diante de tal consciência, a Igreja que fala pela voz de seus prelados, pede perdão a Deus e ao povo amazônico:

> 10 - Pedimos perdão a Deus, aos povos indígenas e a todos os pobres do campo e da cidade, por não termos conseguido superar atitudes de omissão ou conivência em relação às violências e injustiças que os povos da Amazônia têm sofrido. Não damos suficiente testemunho de respeito e amor às diversas culturas e religiões presentes na região. 11- Reconhecemos que nossas Igreja têm uma dívida especial com a mulher. Nessa região, onde a situação das mulheres ainda é de extrema

santarem.html. Acessado em: 24 de ago. 2022. Essa carta papal só reforça ainda mais o valor eclesiológico desse Documento e se desdobramento nas ações pastorais à luz do Vaticano II, na Amazônia Legal.

> marginalização e injustiça e onde a maioria das comunidades cristãs é coordenada por elas, a Igreja é interpelada a rever o papel da mulher na missão e a escutá-la com maior atenção. 12 – Pedimos perdão a Deus pelas agressões à sua criação. Nessa região, onde a natureza é constantemente agredida, não desenvolvemos ainda uma teologia amazônica da criação e não definimos com clareza uma ação pastoral e uma espiritualidade ecológicas (DM, 1997).

Esses três números (10, 11 e 12) refletem bem o princípio de caridade que perpassa pelo "mea culpa", reconhecendo a urgência de corrigir os erros e males cometidos, assumindo o papel de uma igreja samaritana e próxima, atenta às necessidades dos povos. Para isso, a Igreja reconhece que estabelecer o diálogo com a realidade amazônica é a forma de superar as divisões e tensões, mas alimenta o espírito ecumênico e o trabalho inter-religioso, levando em consideração o fenômeno religioso presente desde os ancestrais amazônicos.

Nesse Documento de Manaus, a Igreja no Brasil reconhece que a Amazônia é constituída de muitas Amazônias (nº 40). Reconhecer essas realidades é dar vozes e tornar a diversidade local porta-voz de si mesma, sem negar seus direitos e suas identidades, que os afirma enquanto sujeito e protagonistas de suas realidades amazônicas. "Existe uma riquíssima diversidade cultural. Temos, entre outras: culturas indígenas (mais de uma centena); cultura dos negros e remanescentes de quilombolas; cultura dos seringueiros, lavradores, ribeirinhos, pescadores; cultura dos migrantes, das mais diversas proveniências" (nº 40).

3 – Comunidade de comunidades

O Documento da CNBB, 100: "Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia", é fruto da 52ª Assembleia Geral, dada em Aparecida – SP, entre os dias 30 de abril a 9 de maio de 2014. O intuito do Documento 100 é tornar visível e compreensível a Igreja enquanto comunidade de comunidade.

> A conversão da pastoral da paróquia (em comunidade de comunidades) consiste em ampliar a formação de pequenas comunidades de discípulos convertidos pela Palavra de Deus e conscientes da urgência de viver em estado permanente de missão. Isso implica revisar a atuação dos ministros ordenados, consagrados e leigos, superando a acomodação e o desânimo. O discípulo de Jesus Cristo percebe que a urgência da missão supõe desinstalar-se e ir ao encontro dos irmãos (nº 8).

Esse Documento 100 reflete e propõe uma Igreja mais participativa e de comunhão entre as comunidades, assim, formando uma grande rede que sustenta, pelos carismas e missões a Igreja como um todo. Mas para que essa conversão pastoral da paróquia dê seus frutos, os encaminhamentos dos bispos visam à promoção de uma Igreja à luz do Vaticano II, adaptando novos elementos da contemporaneidade, olhando cada realidade particular, chegando a uma Igreja renovada e missionária, capaz de abrir suas portas às diversas faces do sujeito e da história.

O Documento foi pensado em seis capítulos: o primeiro, com inspiração na *Gaudium et Spes*, quer indicar os sinais do tempo a partir da realidade da paróquia, ou seja, trabalhar alguns aspectos paroquiais que necessitam de conversão. O segundo retoma a necessidade de retornar às fontes para compreender as comunidades atuais a partir das primeiras comunidades cristãs. O terceiro capítulo faz um breve resgate histórico das comunidades, destacando os pontos que exigem maior atenção. O quarto capítulo trabalha os fundamentos eclesiológicos fundamentados, sobretudo, na visão de Igreja proposta pelo Vaticano II. O quinto capítulo evidencia os sujeitos e as tarefas da conversão paroquial, dando direcionamento para cada sujeito assumir sua missão na paróquia. O sexto e último capítulo apresenta as proposições para a efetivação de uma paróquia como comunidade de comunidades.

Tendo essas propostas em mente e no coração, nota-se que a Diocese de Óbidos, especificamente, a cidade de Juruti, na paróquia de Nossa Senhora da Saúde, buscar viver a realidade de uma paróquia que privilegia a experiência de comunidade de comunidades à luz do Documento 100. As mais de 120 comunidades se organizam em forma de mutirões entre si mesmas, favorecendo a conservação, preservando suas identidades, além de trabalharem pelas questões econômicas, ecológicas e recursos comunitários, a fim de promover, na comunidade, uma integração de todos. O princípio religioso, formado dentro do catolicismo, é o despertar da tomada de consciência de que a comunidade unida e reunida tem mais força do que indivíduos isolados e fragmentados.

Os conselhos de pastoral rural e urbano ajudam a compreender melhor as realidades da paróquia, porque visa não a uma uniformidade, mas à conjuntura real das diversas realidades que cada área exige, pois as demandas da cidade nem sempre são as mesmas das comunidades de terra firme ou das comunidades ribeirinhas etc. Está sendo colocada em evidência a proposta do Vaticano II, como alega a constituição pastoral *Gaudium et Spes*: “união íntima da Igreja com toda a família humana”, em suas alegrias e

esperanças, tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo, dos pobres e de todos aqueles que sofrem (GS, nº 1). O Documento de Aparecida (2007) no seu número "5.2.2 A paróquia, comunidade de comunidades" já trazia esse desejo de uma Igreja como fruto de células vivas, onde era fomentada a ideia de as comunidades serem casas e escolas de comunhão (DAp. nº 170).

Efetivamente, na região paraense, na experiência vivida na cidade de Juruti, podemos identificar a Igreja como atuante nos mais diversos espaços da sociedade, uma realidade de engajamento que contempla as diversas Amazônias dentro da Amazônia. As ações pastorais são conversões diárias mediante as urgências locais, lembrando as cheias anuais dos rios, os impactos ambientais das inúmeras multinacionais, desde a extração da bauxita às grandes construções de usinas hidrelétricas.

Diante da demanda sempre crescente, as comunidades se organizam através de suas coordenações, sejam dirigidas por homens ou por mulheres (há uma grande presença de mulheres nas lideranças comunitárias, litúrgicas, conselhos municipais, eclesiológicos etc.), fomentam sua fé, nas celebrações dominicais, sobretudo, quando da dificuldade de padres que apenas visitam as comunidades duas vezes ao ano, quando conseguem - , através de reuniões e formações, gerando uma viva e autêntica participação comunitária da igreja local na vida como um todo. Das instituições que têm a confiança dos comunitários, a Igreja Católica tem essa primazia, segundo a fala de alguns líderes, porque a mesma tomou a consciência de formar seu povo para vida como um todo, exigindo seus direitos e deveres para a transformação da realidade como um todo.

Esses elementos oferecidos pela realidade da Igreja na Amazônia, sobretudo, pelos comunitários da Paróquia Nossa Senhora da Saúde, em Juruti/PA, recorda-nos o que disse o Documento 105 da CNBB: "A unidade da Igreja se realiza na diversidade de rostos, carismas, funções e ministérios (...). O critério da ação é a edificação da comunidade (1 Cor 14,12) (nº 93) como comunidade de comunidades.

Conclusão

O presente texto refletiu as ações evangelizadoras dos prelados e suas eficácias na vida das comunidades amazônicas, especificamente, as presentes na cidade de Juruti, Diocese de Óbidos/PA. Sabemos, pelas experiências práticas, que todo o Concílio Vaticano II não foi e ainda está longe de ser aplicado nas dioceses como um todo, mas percebemos sinais consideráveis de sua aplicabilidade em muitas dioceses no Brasil, como a

receptividade na Diocese de Óbidos/PA, bem como na região amazônica. Mas isso, é fruto da persistência dos Regionais da CNBB que lutam pela permanência de uma Igreja sempre viva e missionária, que está preocupada com a vida do seu povo, buscando a prática, a vivência da Encarnação na realidade e uma Evangelização libertadora, pois se propõe a conhecer a face do seu povo, pedindo perdão quando necessário, e atuando nas mais diversas necessidades das Amazônias presentes na Amazônia.

A persistência em tornar a grande comunidade, isto é, a paróquia, em comunidades vivas é um esforço que requer ânimo evangélico. Os empecilhos para desaprovar as sementes do Vaticano II e outros Documentos da Igreja ou das conferências locais são enormes, pois há forças que lutam contra, e optam por manter a desordem como ordem, isto é, o pobre cada vez mais faminto, os desempregados em situações de miséria e fragilidade, os desamparados alimentados pelo assistencialismo ou paternalismo promovido por sistemas de exclusão ou multinacionais de deploram e sangram a Amazônia sem consciência de "mea culpa".

Olhar para a realidade da Amazônia, a partir dos Documentos da Igreja e seus Concílios, é ter a possibilidade de compreender que o Reino de Deus precisa urgentemente acontecer, para que o reino do desmatamento, da violência contra os nativos, da intolerância religiosa, da poluição dos rios e escravidão dos povos sejam denunciados e extirpados. Esse reino do mal precisa ceder, mas para isso, uma fé que denuncie a maldade e o capitalismo desumano precisa dar seu testemunho.

Referências

Bíblia Sagrada. Nova tradução na Linguagem de Hoje. São Paulo: Paulinas, 2011.

Documento de Aparecida. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas; São Paulo: Paulos, 2007.

Documentos da CNBB 100. Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia. Brasília: Edições CNBB, 2014.

Documentos da CNBB 105. Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade. Brasília: Edições CNBB, 2016.

Documento de Manaus. A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia. Manaus, 1997.

Documento de Santarém. IV encontro de Pastoral da Amazônia. Santarém, 1972.

Gaudium et Spe. *In.* Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). São Paulo: Paulus, 1997.

https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579496-cinquenta-anos-do-documento-de-medellin. Acesso em: 24 de mar, 2022.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2022/documents/20220531-lettera-santarem.html. Acesso em: 24 de ago, 2022.

Capítulo 4

ENTRE A TERRA E O CÉU: A PRESENÇA RELIGIOSA NA CONSTRUÇÃO CULTURAL E JURÍDICA DO BRASIL

Cezar Cardoso de Souza Neto

ENTRE A TERRA E O CÉU: A PRESENÇA RELIGIOSA NA CONSTRUÇÃO CULTURAL E JURÍDICA DO BRASIL

Cezar Cardoso de Souza Neto

Professor na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP – USP); Pós Doutorando em Direito na FDRP USP; Doutor em Direito pela UFMG; Mestre em Filosofia pela PUC Campinas. Endereço eletrônico: prof.cezarneto.direito@gmail.com

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar a complexa relação entre religião e política no Brasil, sob uma perspectiva histórica e cultural concretizada na realidade política. Averiguar a neutralidade religiosa em questões de interesse político e a presença religiosa nos debates políticos. Observar a grande influência religiosa nas eleições e o uso dos valores cristãos da sociedade brasileira como fundamento para a defesa de pautas conservadoras contrárias aos direitos de minorias, sobretudo, sexuais. Investigar a necessidade da reflexão jusfilosófica sobre a relação entre religião e política quanto à laicidade do Estado, aprofundando a discussão acadêmica relativa ao caráter histórico, político e cultural do Direito. Refletir a convivência entre os poderes político e religioso, bem como seus elementos na construção cultural e jurídica do Brasil.
Palavras-chave: Política, Religião; Estado Laico; Jusfilosofia; Filosofia Política;

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the complex relationship between religion and politics in Brazil, under a historical and cultural perspective grounded on a political reality. It investigates religious impartiality on issues of political interest and religious presence in political debates. It observes the great religious influence in the elections and the use of Christian values in Brazilian society as a basis for defending conservative agendas opposed to the rights of minorities. It examines the need for a legal and philosophical reflection on the relationship between religion and politics concerning State Secularism, encouraging the academic discussion related to the historical, political and cultural aspects of Law. It reflects the coexistence between political and religious spheres, as well as their contribution in the legal and cultural construction of Brazilian Identity.
Keywords: Politics, Religion; Secular State; Philosophy of Law; Political Philosophy;

1 ENTRE A LAICIADE E A CULTURA CRISTÃ: DESAFIOS ATUAIS

As acaloradas discussões relativas à laicidade do Estado têm sido muito comuns, e o princípio da laicidade é usado frequentemente no espaço público por políticos, movimentos sociais e representantes das mais diferentes denominações religiosas.

Contudo, o conturbado cenário atual encontra-se permeado de questionamentos e críticas à expressão do sentimento religioso da população, muitas vezes associado às críticas e à negação de teorias científicas bem como ao atraso no desenvolvimento cultural e econômico. Na maioria das vezes tais discursos vinculam a religião como um legado do obscurantismo.

Observa-se que as religiões, muitas vezes, acabam por interferir em assuntos específicos dos poderes públicos, procurando que prevaleça sua forma de compreender o mundo. Parece que pretendem impor sua doutrina e que seus dogmas prevaleçam sobre os princípios democráticos. Isso se torna motivo de conflitos entre os poderes político e o religioso, já que o espaço público está concebido como *impermeável* à colaboração de valores tradicionais, já que foi libertado da *pressão religiosa* (ALMEIDA, 2013).

Entretanto, o princípio da laicidade do Estado não impede que a religião discuta no espaço público conceitos relacionados à vida diante dos desafios da ciência e das novas tecnologias. Tampouco impede analisar tais questões a partir dos valores morais e religiosos, uma vez que a tradição cristã está arraigada na cultura ocidental (VAZ, 2002). Não se pode esquecer que religião é poder, devendo ser entendida como algo muito mais importante que uma mera questão de crença. Logo, uma reflexão sobre este tema mostra-se oportuna, analisando a vinculação do poder religioso como elemento determinante na estruturação da cultura ocidental e, de uma maneira muito particular, em relação ao Brasil, como elemento constitutivo na formação nacional.

2 O FENÔMENO RELIGIOSO

O fenômeno religioso apresenta-se como um fato simbolicamente plural, fundamentando as relações da vida e estabelecendo-se como parte essencial da cultura. Neste sentido, a religião não se limita apenas a uma dimensão espiritual ou transcendental. Mais que isso, permite várias formas de leitura ou de interpretação, amparando-se na cultura para veicular sua concepção de divindade, seu corpo doutrinal, suas normas como fundamento do poder religioso e do poder político (VAZ, 2002). A religião se estabelece como duplamente cultural, uma vez que se mostra dialeticamente, já que exerce influência nas culturas e sociedades e ao mesmo tempo é influenciada por elementos culturais de onde se desenvolve.

No decorrer da história assistimos ao fecundo processo criativo que sempre está a organizar a matéria prima da vida e da experiência humana, de forma que seja possível a transmissão destes valores existenciais que constituem nosso rico tesouro cultural (TAYLOR, 2010). O contributo de inúmeros elementos advindos de costumes de diversos povos, pacientemente absorvidos e fundidos, equilibrando e estabilizando estas variações culturais em um silencioso crescimento, proporciona o florescimento e a maturidade de uma cultura (DAWSON, 2010).

O movimento de entrelaçamento de conceitos e valores produzidos noutras épocas pode ser encontrado na atualidade, o que torna evidente a unidade no devir histórico e, portanto, revela que, sem o passado, não teríamos como conhecer o presente (HORTA, 2013). Nessa perspectiva, entendemos que se faz necessário ressaltar que a dimensão religiosa se expressa no nível profundo da cultura, âmbito próprio de questionamentos existenciais, da formulação de sentido e de abertura ao transcendente (TILLICH, 1999). A experiência religiosa manifesta-se como forma de se compreender a realidade. Hábitos e costumes que motivam as ações mostram-se permeados pela compreensão da realidade, que se serve da interpretação religiosa e passam a constituir a dimensão que distingue as atividades humanas, como a ética (VAZ, 2002).

Ao refletir sobre o sentido e o valor de coisas, inicia-se a abertura a uma perspectiva não imediatista, mas que vislumbra uma realidade existencial. A consciência religiosa é a experiência de um sentido último, incondicional, que ocorre no interior da realidade cotidiana. A religião se expressa na cultura, assim como a substância da cultura é expressa na religião, como marca que se entrelaça com a maneira de se entender a realidade, como fonte de sentido. Esta se evidencia na experiência religiosa, constituindo uma das mais ricas matrizes heurísticas que nos propicia a interpretação dos universos simbólicos que orientaram o ciclo das civilizações do Ocidente (VAZ, 2002).

Portanto, o aspecto da cultura e sua conexão com a religião mostram-se extremamente importantes, especialmente em um momento histórico em que se busca uma identidade cultural em uma realidade mergulhada numa crise sem precedentes. Desse modo, para a consecução desse objetivo, mostra-se imprescindível a busca das origens sobre as quais o majestoso templo da cultura ocidental foi edificado (SALGADO, 2004).

Nesse sentido, seria impossível analisar a cultura ocidental – e entendê-la – sem o elemento essencial em sua formação: o cristianismo. A Igreja Católica ocupou no Ocidente

uma destacada posição na constituição dos valores e costumes socioculturais, bem como na busca de um sentido universalista e teleológico das ações humanas, como fundamento cultural essencial da tradição ocidental (HUNTINGTON, 1997).

3 RELAÇÕES ENTRE PODER POLÍTICO E PODER RELIGIOSO NO BRASIL

Partícipe na construção da identidade nacional brasileira, desde o descobrimento, a Igreja Católica tornou-se quase corresponsável pela coesão social e pela unidade colonial. Segundo Freyre, a colonização portuguesa caracterizou-se por não trazer dissidências ou separatismos para a colônia (FREYRE, 2003). Por conseguinte, o catolicismo de vertente lusitana parece ter, em parte, colaborado nesse traço agregador. Assim, desde a povoação e ocupação do território brasileiro, as relações entre o poder político e religioso mostram-se complementares, ainda que apresentassem momentos de afastamento e de proximidade. Estão sempre presentes no espaço público, precisamente no campo do poder, em sua complexa interligação, como afirma Esquivel "justapostas no vínculo estatal-católico" (2003, p. 193).

No Brasil, a participação da religião, especificamente da Igreja Católica, na construção de sua identidade nacional mostrou-se importantíssima desde o descobrimento. O sistema administrativo possuía certa dependência do aparato eclesiástico, devido aos registros populacionais, uma vez que os clérigos eram os responsáveis por registrar a vida social das comunidades, do nascimento, com o batismo, até à morte, já que os cemitérios estavam sob a administração das paróquias. Ademais, inúmeros membros do clero tomaram parte determinante nos movimentos de independência, desde a época da Inconfidência Mineira, partilhando de "um confuso amálgama de doutrinas e teorias de que partilhavam não poucos clérigos" (AZEVEDO, 1978).

Os Cristãos Reformados estiveram presentes no período da colonização, bem como seus missionários, nas tentativas de ocupação territorial com os franceses e holandeses. Contudo, devido ao ímpeto contrarreformista ibérico, seria a partir do final do século XIX que a presença do Protestantismo se tornaria marcante. Desde a chegada de imigrantes luteranos alemães, que vieram para o Sul do Brasil e o Espírito Santo e, posteriormente, a importância desempenhada pelas instituições de ensino, ligadas à Igreja Presbiteriana e à Igreja Metodista, instaladas pelos refugiados confederados da Guerra de Secessão nos

Estados Unidos da América vindos para o interior paulista, nas cidades de Americana e Piracicaba, houve um destaque à presença protestante no país. Por sua vez, a inserção dos Cristãos Evangélicos no país, deu-se na primeira década do século XX com os missionários estadunidenses em Belém, PA, com a fundação da Assembleia de Deus, em 1910 (FRESTON, 1993).

A Constituição de 1824, desde seu Preâmbulo, trouxe uma série de dispositivos regulando e legitimando a Igreja Católica, de forma que o *poder imperial* pudesse se valer do *poder religioso* como forma de legitimação e coesão social. Através do *Padroado*, o poder público interferia na Igreja Católica, situação idêntica à do Brasil Colônia, onde todas as bulas e encíclicas papais dependiam da aprovação do poder secular, ou seja, do Imperador[9]. Os assuntos eclesiásticos eram despachados como qualquer outro tema da administração imperial, sendo o clero considerado como meros funcionários da coroa (OLIVEIRA, 1964). Cansada da intromissão do Império em seus assuntos internos e com as divergências acirradas pelas disputas entre o episcopado católico e o poder imperial, culminando na *Questão Religiosa*, a Igreja Romana passaria por um período de desagrado e, até mesmo, de oposição à monarquia. Por conseguinte, ainda que aparentemente tímido, ofereceu certo ao apoio ao novo regime republicano que extinguiu o Padroado e que possibilitou a reorganização eclesiástica no país (MALATIAN, 2001).

O decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, separou o Estado da Igreja. A promulgação da Constituição Republicana de 1891 instituiu a separação entre ambas as instituições de acordo com a orientação jurídico-constitucional, inspirada no liberalismo estadunidense e europeu. Aparentemente, as relações entre poder político e religioso foram estremecidas, definindo oficialmente a laicidade do Estado brasileiro, já que não permitia qualquer ingerência religiosa na esfera pública, mormente no poder político (GOMES, 2008).

A Constituição da República implantou o regime laico, desde seu o Preâmbulo, no qual inexiste qualquer menção a Deus, diferentemente da Carta de 1824, que se iniciava "Em nome da Santíssima Trindade". O Poder Constituinte, não buscou qualquer legitimação, no que diz respeito ao jurídico-constitucional no poder religioso, bem como

[9] Pode-se observar os artigos 103, 106 e 141 da Constituição do Império dispunham que o Imperador, o seu Herdeiro, os Conselheiros de Estado, antes de assumirem o poder, deveriam jurar manter a religião católica como religião oficial. Ademais, entre as atribuições do Imperador estava a de nomear bispos e controlar os benefícios eclesiásticos, conforme determinava o artigo 102, incisos II e XIV da Constituição do Império. BRASIL. [Constituição (1824)].

rejeitou aliança entre o Estado e qualquer religião, conforme o art. 72, §7º, preferindo a neutralidade religiosa. Contudo, o clero não entrou em conflito com os novos governantes, seguindo a orientação dada pelo Papa Leão XIII que exortava à concordância e que se evitassem atritos com o novo regime do país (GOMES, 2008). Dessa forma, a hierarquia católica pode reorganizar-se, subdividindo as imensas extensões territoriais das dioceses dos tempos coloniais e do império em circunscrições eclesiásticas menores. Essas teriam maior facilidade na administração episcopal e, continuariam a contar com o apoio das oligarquias estaduais, da elite econômica e as benesses das altas esferas políticas, uma vez que Igreja e Estado tinham algo em comum: "a política de manutenção da ordem" (MANOEL, 1996).

As transformações sociais ocorridas no plano jurídico-constitucional da República Velha não tiveram a força para mudar as relações com a Igreja Católica, constituídas desde a época da Colônia, passando pelo Império e permeando o período da implantação do novo regime republicano. Destarte, considerando-se que o país ainda era predominantemente católico e, por conseguinte, ainda que informalmente, a religião exercia grande influência sobre a população, estabeleceu-se uma tácita aliança entre os poderes temporal e espiritual, consumado com a conciliação com a República. (MALATIAN, 2001).

Nesta perspectiva, a década de 1930 foi marcada pela consolidação da *colaboração recíproca* entre Igreja e Estado evidenciada na elaboração da Constituição de 1934. As relações amistosas entre o ditador Getúlio Vargas e o Cardeal Leme, caracterizaram o período do Estado Novo, estabelecendo as relações privilegiadas do catolicismo com o Estado, ostentando um *status* de *religião quase oficial* (MARIANO, 2001).

Entretanto, nesse mesmo período as religiões de matriz africana passaram por repressão e perseguição policial, com invasões de terreiros, especialmente em Salvador (CORREA, 1998). Parte desse preconceito advinha do discurso de modernização, herdeiro das teorias evolucionistas clássicas, que associavam as religiões afro-brasileiras com o curandeirismo, o charlatanismo e as crendices. Lamentavelmente, esses preconceitos persistem e ainda podem ser observados em nossa sociedade.

A proximidade entre o catolicismo e o poder civil superou as pretensões positivistas de ruptura no início da República e continuou a exercer sua influência, maior do que quaisquer outras denominações cristãs. O Estado continuou a atender as demandas do catolicismo, através da isenção de impostos e, como contrapartida, a Igreja

se incumbiu da formação das elites, econômicas e políticas, em seus colégios e universidades. Logo, a verdadeira separação entre Igreja e Estado parece ter ocorrido com as religiões afro-brasileiras, seja pela discriminação, ou pela dura perseguição (ORO, 2011).

Contudo, observa-se que a força outrora representada pela Igreja Católica no continente Latino-americano, ultimamente vem se mostrando um tanto enfraquecida. A instituição enfrenta hoje diversos desafios, como a luta contra o indiferentismo religioso e a secularização, bem como o decréscimo de fiéis e a queda na influência sociopolítica e econômica, ameaçada pelas Igrejas Evangélicas Neopentecostais e novos movimentos religiosos, que vêm crescendo em influência e força política em toda a América Latina (CARTER; GÓMEZ; LUÑON, 2019).

Desde o fim da II Guerra Mundial e, sobretudo após os anos 1960, inúmeras mudanças sociais e políticas transformaram a sociedade e os valores culturais e políticos. O Concílio Vaticano II (1962-1965) provocou mudanças substanciais na forma sistemática do processo de *romanização*[10] e na política vaticana de centralização das decisões eclesiais na cúria romana, iniciada no século XIX e que perdurou até a conclusão dos trabalhos conciliares, em meados dos anos sessenta do século passado, pois delegou às Conferências Episcopais a organização eclesial em cada país (MANOEL, 2004). O Concílio procurou renovar o perfil do Catolicismo, através do *aggiornamento*, ou seja, de uma atualização aos valores da modernidade. Ademais, a estrutura administrativa eclesiástica abandonou a perspectiva aristocrática tradicional e passou a identificar-se com os mais humildes e sofredores e, consequentemente, abandonou o antigo triunfalismo, tornando-se a *Igreja dos Pobres* (COMBLIN, 2002).

Em meados dos anos setenta, a direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) iniciou um gradual afastamento de seus vínculos seculares com as poderosas elites econômicas e políticas do país, aproximando-se das camadas populares. A antiga aliada das oligarquias tornava-se a *Igreja dos Pobres*, fundamentada na *opção preferencial pelos pobres*, origem do chamado *progressismo católico*, representado pela *Teologia da Libertação*, em defesa da vida, dos pobres e dos Direitos Humanos (ORO, 2005). Ainda que não fosse a totalidade do episcopado que assim pensasse, a classe média

[10] Política vaticana de centralização das decisões eclesiais na cúria romana - iniciado no século XIX, e que perdurou até a conclusão dos trabalhos conciliares, em meados dos anos sessenta do século passado (MANOEL, 2004).

e a elite foram se afastando e se tornando indiferentes à hierarquia e aos novos preceitos do catolicismo conciliar, por se sentirem abandonadas por esse *novo jeito de ser Igreja* (CNBB, 1982).

E, neste contexto de transformações, iniciado em fins da década de sessenta e ampliado nos anos oitenta do século XX, somado à expansão de outras denominações religiosas, bem como às modificações nos planos econômico, social, cultural e intelectual, permite-nos compreender parte das bases do decréscimo da hegemonia política do catolicismo no país.

Mesmo que não houvesse uma unanimidade do episcopado, a mudança de posicionamentos no catolicismo coincidiu com o auge da *ditadura militar* (1964-1985) nos chamados *anos de chumbo*, a partir de 1968. A ácida crítica desferida ao regime, propagada pela maior parte do episcopado, capitaneada por figuras do porte moral de Dom Frei Paulo Evaristo Arns, OFM, Cardeal-arcebispo de São Paulo, SP, e de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, PE, acabou provocando um distanciamento entre os membros do comando do governo ditatorial e a hierarquia católica, bem como uma maior proximidade do regime militar com os segmentos evangélicos (ORO, 2008).

Acelerando e ampliando ainda mais todo cenário de transformações pelo qual passava o país, o êxodo rural e a migração para os grandes centros efetivaram rápidas mudanças sociais. As tradições religiosas do velho contexto rural não se adequavam às novas realidades urbanas. Em uma realidade de pobreza, subemprego e exclusão social, no entorno das grandes metrópoles, as comunidades evangélicas tornaram-se lugar de acolhimento e referência de encontro entre as populações advindas das várias regiões do país. Ademais, a *conversão* aos grupos evangélicos provocava a adoção de novos estilos de vida, abandonando os *vícios do mundo*, mormente o álcool, os cigarros e as drogas e valorizava a vida familiar, estimulando uma nova vida ao *crente* (MARIZ, 1994).

Desde fins da década de setenta, sobretudo ampliada em meados dos anos noventa do século XX, houve um incremento de ofertas religiosas, disponibilizadas pelas mídias, primeiramente pelo rádio e, posteriormente, pelos canais de televisão, que incentivavam a participação das pessoas em novos movimentos religiosos: as Igrejas Neopentecostais. Na maioria das vezes esse deslocamento foi estimulado pela promessa de resolução de problemas, algumas como lema *deixe de sofrer*. Todo esse cenário de opções religiosas fomentou o desejo de muitas pessoas de conhecer e, posteriormente, ingressar nessas

novas comunidades, ampliando o número de adeptos das vertentes do Neopentecostalismo.

Toda essa realidade seria acrescida pela *Teologia da Prosperidade*[11] propagada por grande parte das denominações Neopentecostais. Segundo esta doutrina, o fiel *deve tomar posse* dos bens materiais e usá-los como sinal da Bênção de Deus, tornando-se a riqueza material sinal da predileção do Altíssimo. O progresso material do crente acabou se tornando um importante chamariz para que outras pessoas viessem buscar as igrejas em função da melhoria nas condições de vida, um *capitalismo religioso à brasileira*.

Com o restabelecimento da democracia no país, foi elaborada a vigente Constituição Federal, de 1988, mostrando-se mais próxima das religiões do que a primeira Constituição Republicana de 1891. Ampliou-se a participação da religião na esfera pública, ao evocar no seu Preâmbulo a presença de Deus e dispondo em seu *corpus* sobre a colaboração entre as religiões e o Estado em ações de interesse público (ESQUIVEL, 2003). Além disso, concede imunidade tributária a templos de qualquer culto, bem como prevê a possibilidade de ensino confessional nas escolas públicas e, finalmente, mantém o casamento religioso com efeitos civis. Como se percebe, o limite entre o político e o religioso mostra-se historicamente indefinido e tênue.

E, foi nesse novo cenário democrático em que a presença política dos evangélicos passou a despertar grande interesse, mormente após a organização da *Bancada Evangélica*[12], formada por políticos que defendem pautas conservadoras (PIERUCCI, 1996). Esta Bancada não constitui um grupo político ideologicamente coeso, ainda em que exista um verniz de *direita-conservadora*. Não se percebe unidade entre os votos dos deputados evangélicos em áreas econômicas e administrativas. Composta por 115 deputados federais e 13 senadores e, segundo afirma em entrevista do líder desta Bancada a Anna Virgínia Balloussier, do Jornal Folha de S. Paulo, o Deputado Federal Sóstenes Cavalcante (DEM – RJ), visa atingir 30% das cadeiras do Congresso no pleito eleitoral de 2022, ampliando em 40 deputados e mais 11 senadores aos já presentes no Congresso (BALLOUSSIER, 2022).

[11] Vertente religiosa desenvolvida nos Estados Unidos a partir dos anos sessenta do século XX, dentro do contexto do televangelismo, difundindo a crença que o sinal da Bênção de Deus era o progresso financeiro do fiel.

[12] Bancada pluripartidária, composta por membros no Senado e na Câmara dos Deputados, a maioria destes ligados às denominações evangélicas neopentecostais. Esta bancada foi regulamentada em 2003.

Entretanto, essa unidade é perceptível nas votações em que procuram impor seus valores no que concerne à reprodução, à sexualidade e, sobretudo ao aborto (CORTEN, 1996). E esse é um dos maiores problemas que revelam a necessidade de uma melhor compreensão das relações entre o poder político e o religioso, em uma atitude de diálogo, porém, de respeito e tolerância às opiniões divergentes.

4 RELIGIÃO É PODER: AS DISPUTAS ENTRE A TERRA E O CÉU

Os vínculos entre religião e política se constituíram no decorrer dos séculos, no desenvolvimento das diversas civilizações e culturas. A discussão sobre a relação entre religião e política expõe o quão frágil e enganosa pode se mostrar a neutralidade religiosa. A abstração de um Estado Laico mostra-se possível. Contudo, o princípio da laicidade não impede que a temas relacionados à vida ou aos valores morais possam ser discutidos a partir dos conceitos religiosos, uma vez que a tradição cristã está arraigada na cultura ocidental.

Entretanto, um posicionamento *laicista*, nascido num humanismo vazio, fruto da Modernidade, do positivismo e do cientificismo, havia relegado a religião às esferas da vida privada. Foi a tentativa de uma *neutralidade religiosa* nas questões de interesse político e, ao que tudo indica, tal intuito não se concretizou. Olvidaram-se da importância do cristianismo na formação e transmissão dos valores e, sobretudo, de que se estes se encontram amalgamados nos estratos culturais de grande parte da sociedade. Afinal, democracia e diversidade são fenômenos que expressam as dinâmicas da sociedade em constantes transformações, com suas expressões culturais, sociais e políticas.

A convivência entre os poderes político e religioso encontra seus elementos estruturais na cultura brasileira, em seu sistema de representações, como ressaltam Ari Oro (2005, pp. 221-222) e Gilberto Velho (1991, p. 129). No Brasil, a participação da religião na construção de sua identidade nacional foi de grande importância desde o período colonial, tendo o Catolicismo influenciado nessa formação sociocultural (ESQUIVEL, 2003). Por este motivo, faz-se necessário compreender os conflitos sociais, jurídicos e, mormente, políticos relacionados com questões religiosas, que necessitam uma análise mais atenta (PONZILACQUA, 2016).

As mudanças no interior da Igreja, após o Concílio Vaticano II (1962-1965) aprofundaram as transformações socioculturais que estavam em curso. O Catolicismo

conciliar apresentou seu *novo jeito de ser Igreja*: a opção preferencial pelos pobres. Contudo, estes pobres optaram pelas Igrejas Evangélicas (BETTO, 2016) e facilitaram que esta mesma opção fosse tomada por boa parte da classe média.

As denominações Neopentecostais tiveram um vertiginoso crescimento no país. Consequentemente, como não há espaços vagos na política, o distanciamento do Catolicismo das esferas do poder abriu espaço para que as lideranças evangélicas neopentecostais procurassem ocupar aquele nicho, reivindicando uma igualdade no trato de seus interesses, como outrora fora dispensado à Igreja Romana.

A entrada dos evangélicos neopentecostais na política brasileira originou-se na tomada de consciência de sua importância numérica e na força de seu capital político, movidos pela defesa de pautas vinculadas com a conservação dos costumes, mormente a luta contra o aborto e a *ideologia de gênero*. No que se refere à defesa dos valores cristãos, encontram-se próximos dos parlamentares católicos, que se reúnem na *Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana*, principalmente com aqueles vinculados com a Renovação Carismática Católica, bem como a *Frente de Defesa da Vida* (Pró-Vida), que defende a luta contra o aborto. Esses grupos de parlamentares congregam cerca de 311 deputados federais. Em uma declaração de 2020, o representante da Frente Parlamentar Católica, o Deputado Federal Francisco Júnior (PSD – GO) afirmou buscar uma maior proximidade com a Bancada Evangélica, uma vez que os temas tratados são muito próximos, pois "os valores que defendemos são cristãos, não são propriedade nem do católico e nem do evangélico" (KER, PASARELLI, 2020).

O ativismo político-conservador encontra-se envolto na utopia de restauração da política, em nome da fé cristã. A atuação da Frente Católica tem se destacado em defesa da vida e da família tradicional, em sintonia com as pautas defendidas pela Bancada Evangélica. Essa realidade demonstra que ambos os grupos caminham em uma mesma direção e, que vislumbram uma atuação conjunta em pautas que abordem temas comuns, especialmente, a pauta de costumes (KER, PASSARELLI, 2020).

Contudo, percebe-se uma maior mobilização dos parlamentares neopentecostais, em torno da defesa de seus próprios ideais (MACHADO, 2015). Os temas opostos àqueles defendidos pelos políticos da *Bancada da Bíblia* na maioria das vezes são associados ao mal. Tais situações criam embaraços para um comportamento democrático, especialmente por fomentar a intolerância e estimular o discurso de ódio, gerando perseguições aos opositores, tidos como inimigos e não como opiniões divergentes. Esses

grupos político-religiosos demonstram preocupação não só com valores sociais e sexuais, mas, sobretudo, com os assuntos relacionados às telecomunicações – essenciais na conquista e doutrinação de seus fiéis (CARTER; GÓMEZ; LUÑON, 2019) e, sobretudo, com a preservação de seu poder, afinal, *religião é poder.*

O descrédito dos agentes políticos tradicionais tem possibilitado uma abertura à entrada de um discurso moralista, de fundo religioso, que visa redimir tudo aquilo que a política não conseguiu cumprir. Somando-se a isso, a multiplicidade de denominações religiosas, que não se prendem a limites doutrinais ou éticos, alçam seus membros aos cargos eletivos. Na maioria das vezes, são indicados por suas lideranças em nome do ideal de renovação da política e da defesa dos valores cristãos. Todavia, os discursos religiosos ultrapassam os limites razoáveis entre política e religião. Isso tem alertado para os perigos da intolerância por parte desses grupos político-religiosos.

A aproximação entre política e religião não deve ser encarada simplesmente como um perigoso retrocesso democrático, ou mesmo como uma tentativa de se impor uma hegemonia religiosa. É necessário entendê-la como uma demonstração da força dos valores religiosos presentes na cultura brasileira, que precisam ser analisados e compreendidos. As dificuldades devem ser superadas com a conscientização política, o respeito à dignidade e à diversidade. Contudo, essa aproximação entre política e religião nos leva a refletir sobre os efeitos e a complexidade desse envolvimento em uma sociedade plural como a nossa.

A democracia oferece a oportunidade de que os vários grupos sociais sejam representados no Parlamento e, ademais, que seus valores e preocupações sejam demonstrados a todos. Contudo, a discussão desses temas não deverá se pautar pela imposição dos conceitos e crenças à totalidade da população, mas, democraticamente, oportunizar um espaço para o debate, pautado pelo respeito à diversidade de opiniões. Afinal, a perspectiva de laicidade aponta para o distanciamento entre as esferas políticas e religiosas, respeitando o princípio de neutralidade religiosa na qual o Estado mantém uma equidistância entre crença e descrença (PONZILACQUA, 2016).

Nesse sentido, a proposta dessa análise é expor, de uma forma ampla e panorâmica a necessidade dessa reflexão sobre a influência religiosa no atual contexto da política brasileira.

O exercício democrático, o respeito, as alianças entre os diversos movimentos sociais, minorias e os variados setores da sociedade mostram-se imprescindíveis para o

estabelecimento de diálogo que possibilitará que se compreenda a relevância e os limites da dimensão religiosa no espaço público.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Philippe O. Raízes medievais do Estado moderno: a contribuição da Reforma Gregoriana. 2013. 300f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Impresso. Belo Horizonte.

AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia**. São Paulo: Ática, 1978.

BALOUSSIER, Anna Virgínia. Bancada Evangélica quer ser 30% do Congresso, diz seu novo presidente. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 10/02/2022. Política. Eleições 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/02/bancada-evangelica-quer-ser-30-do-congresso-diz-seu-novo-presidente.shtml. Consulta em 14 fev. 2022.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Politica do Imperio do Brazil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ /constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 20 de março de 2021.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BETTO, Frei. Por que fizemos opção pelos pobres (e eles pelo neopentecostalismo)? **Le Mondediplomatique**. n. 113. Dezembro de 2016. Disponível em <https://diplomatique.org.br/por-que-fizemos-opcao-pelos-pobres-e-eles-pelo-neopentecostalismo/> Acesso em 23 de março de 2021.

CARTER, Christhoper L.; GÓMEZ, Bibiana Astrid Ortega; LUÑON,Guadalupe. **Religión y Política**. ¿Cómo la religión está relacionada con la política en cada uno de los países de América Latina? Bogotá: Misión de investigación electoral, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

CNBB. **Comunidades Eclesiais de Base na igreja do Brasil**. SãoPaulo: Paulinas,1982.

COMBLIN, José. **O Povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.

CORTEN, André. **Os pobres e o Espírito Santo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DAWSON, Christopher. **Dinâmicas da história do mundo**. São Paulo: É Realizações Editora, 2010.

ESQUIVEL, Juan. Igreja católica e Estado na Argentina e no Brasil. Notas introdutórias para uma análise comparativa. XXII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo: USP, 2003.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. 307f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Edgar da Silva. A Reaproximação Estado-Igreja no Brasil na República Velha (1889-1930). **Revista de Cultura Teológica**. V. 16. Nº. 62. (pp. 95-110). São Paulo, jan/mar 2008.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vols. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HORTA, J. L. Borges. A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado. In **Filosofia alemã de Kant a Hegel**. São Paulo: Encontro Nacional ANPOF, 2013.

KER, João, PASSARELLI, Vinícius. Católicos e evangélicos do congresso defendem atuação conjunta contra pauta de costumes. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 28/01/2020. Política. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,catolicos-e-evangelicos-do-congresso-defendem-atuacao-conjunta-contra-pauta-de-costumes,70003175621. Acesso em 14 fev. 2022.

MACHADO, Maria das Dores C. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos**. Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, pp. 45-72, 2015. http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap02

MALATIAN, Tereza. **Império e Missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina: 1859 – 1919 uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MARIANO, Ricardo. Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARIZ, Cecília Loreto. Alcoolismo, gênero e pentecostalismo. **Religião & Sociedade**. V.16, n.3, pp. 80-93. ISER, Rio de Janeiro, 1994.

_____. MARIZ, Cecília Loreto. A Teologia da Batalha Espiritual: uma revisão da bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – *BIB*. N. 47 (pp. 33-48). 1999.

OLIVEIRA, Oscar de. **Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da colônia e do Império**. Belo Horizonte: UFMG, 1964.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Revista Civitas**. Porto Alegre. V. 11. N. 2 (pp. 221-237) maio-agosto. 2011.

_____. **Religião, Coesão Social e Sistema Político na América Latina**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso/Corporacipon de Estudios para Latinoamérica, 2008. Disponível em: https://<fundacaofhc.org.br/files/papers/434.pdf >Acesso em 21 de março de 2021.

_____. Religião e política no Brasil. Cahiers des Amériques latines, 48-49. 2005, p. 204-222. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cal.7951> Acesso em 19 de março de 2021.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira. Direito e Religião: conflitos entre liberdades, desafios sociojurídicos e judicialização. **Novos Estudos Jurídicos**. Vol. 21, número 3, 2016.

SALGADO, Joaquim Carlos. Globalização e Justiça Universal concreta. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 89 – janeiro a junho. Belo Horizonte, 2004.

TAYLOR, Charles. **Uma era secular**. S. Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

TILLICH, P. Categories for the Interpretation of History*:* An Application to the Encounter of Eastern and Western Cultures. **American University Studies**. Series VII. Theology and Religion. New York: Peter Lang Pub. Inc., 1999.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Filosofia e Cultura**. Escritos de Filosofia III*.* 2ª Edição. São Paulo: Loyola, 2002.

VELHO, Gilberto. Indivíduo e religião na cultura brasileira. **Novos Estudos-CEBRAP**, n° 31, 1991.

Capítulo 5

O QUE REPRESENTA, EFETIVAMENTE, O ATO DE LER?

Sérgio Rodrigues de Souza
Vinícius da Silva Santos

O QUE REPRESENTA, EFETIVAMENTE, O ATO DE LER?

Sérgio Rodrigues de Souza

Pós-Doutor em Psicologia Social. Doutor em Ciências Pedagógicas. Mestre em Educação. Graduado em Pedagogia, Sociologia e Filosofia.

Vinícius da Silva Santos

Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré. Licenciado em Biologia, Professor regente de Biologia na Rede Estadual de Educação e Ex-secretário Municipal de Educação e Cultura. viniciusbiologo33@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo aborda a temática acerca do ato ler, na perspectiva de discutir, cientificamente 'o que representa, efetivamente, o ato de ler?' Sua relevância científica está fundamentada no princípio de que poderá ampliar as discussões no meio acadêmico sobre o tema e suas representações simbólicas. Sua relevância social fundamenta-se no princípio de esclarecer a população, em geral, que o ato de ler é algo que muito além de promover a elucidação do indivíduo, permitindo-lhe tornar-se mais cônscio de seus direitos e deveres, pode abrir-lhe um leque de oportunidades. Trata-se de um artigo de opinião, fundamentado em autores clássicos, caracterizado como uma pesquisa de cunho bibliográfico, que busca explorar várias vertentes do assunto, sob ópticas de outras ciências. Utiliza como princípio investigativo, o materialismo dialético, por acreditar que este método é o que melhor reúne os elementos capazes de conciliar a teoria com a prática. Ler, é um ato de extrema complexidade, porque, pelo fato de representar um processo de decodificação que mobiliza a memória, o conjunto epistêmico a que tem acesso o indivíduo. Por fim, conclui-se que a temática abordada acerca do ato de ler, como parte do processo de desenvolvimento epistemológico humano, deve ser analisada à luz racional da filogenia e da ontogenia, porque o ser humano, ao nascer é uma tábua em branco, sendo, tão somente dotado da capacidade de desenvolvimento dos processos neurológicos que possibilitarão e potencializarão a condição de desenvoltura dos atos de ler e compreender aquilo que se leu.

Palavras-chave: Ato de ler; Leitura; Escrita.

ABSTRACT

This article addresses the issue of the act of reading, from the perspective of scientifically discussing 'what does the act of reading actually represent? their symbolic representations. Its social relevance is based on the principle of clarifying to the population, in general, that the act of reading is something that, in addition to promoting the elucidation of the individual, allowing them to become more aware of their rights and duties, can open up to them a range of opportunities. This is an opinion article, based on classic authors, characterized as a bibliographic research, which seeks to explore various

aspects of the subject, from the perspective of other sciences. It uses dialectical materialism as an investigative principle, believing that this method is the one that best brings together the elements capable of reconciling theory with practice. Reading is an extremely complex act, because, as it represents a decoding process that mobilizes memory, the epistemic set to which the individual has access. Finally, it is concluded that the theme addressed about the act of reading, as part of the process of human epistemological development, must be analyzed in the rational light of phylogeny and ontogeny, because the human being, at birth, is a blank board, being, only endowed with the ability to develop the neurological processes that will enable and enhance the condition of resourcefulness in the acts of reading and understanding what has been read.
Keywords: Act of reading; Reading; writing.

INTRODUÇÃO

Toda ação humana vem carregada de simbolismos e de necessidades de compreensão, bem como de necessidades de decodificação destes elementos. Especificamente, com relação ao ato de ler, surgem questões que desafiam o entendimento científico, porque, parafraseando Santo Agostinho de Hipona (430-354) em sua referência ao tempo[13], se ninguém questionar o que significa e/ou representa o ato de ler, pode-se ver que todos, unanimemente, sabem o que ele é, significa ou representa; porém, basta fazer como Sócrates e realizar uma indagação simplória que se descobre que todos, de maneira [*quase*] unânime, não sabem o que ele significa e/ou representa.

Ler é um ato de extrema complexidade, porque, pelo fato de representar um processo de decodificação que mobiliza a memória, o conjunto epistêmico a que tem acesso o indivíduo e isto envolve toda uma gama de palavras, expressões, jargões, sistema léxico que, unido ao conhecimento prévio de cada estudante possibilita o entendimento e a expressão dos símbolos (palavras) representados.

Este artigo dirige uma pergunta aberta e clara acerca do ato de ler, em que busca saber o que ele representa, de fato? Este poderia ser um questionamento estranho, não fosse o momento histórico em que estão todos situados, no Ocidente, podendo afirmar que somos uma civilização que expressa-se por meio da grafia e comunica-se por meio deste instrumento simbólico, e que, para tanto, para que haja um eficiente entendimento entre as partes comunicantes, na maior parte das vezes utilizando monólogos, ou seja, por

[13] A este respeito leia: SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

meio da leitura de um monólogo, escrito em momento distinto, lido em outro momento, em que o intérprete é o próprio leitor.

Esta condição única, transforma o ato de ler em um ato de análise, que pode desdobrar-se em análise semântica, análise textual, análise linguística, análise contextual e para além disto, em um ato interpretativo, dedutivo, chegando ao ápice de ser um ato compreensivo, que possibilita a adaptação do ser ao seu espaço, ao seu tempo histórico, político e social. Quando visto sob esta óptica conjuntural, tem-se que o ato de ler é um dos mecanismos de maior complexidade que o ser humano já inventou e que não pode ser aprendido sem o apoio de um tutor, devidamente, preparado, contrariando Arthur Schopenhauer (1788-1860) que defendia a ideia de que aprender a ler é um ato mecânico que qualquer um poderá aprender sozinho.

Para realizar a leitura de um texto, não importando aí a dimensão de sua complexidade, o leitor deve mobilizar toda uma cadeia de pensamentos mnemônicos e compará-los entre si. Primeiro, deve conhecer as letras e os fonemas; deve saber fazer a junção sistemática de sílabas simples e complexas até formar as palavras e como as pronunciam; deve conhecer seus significados dentro do contexto expressado, porque, de outra forma, não está-se a realizar um ato de leitura e sim uma decodificação mecânica de símbolos culturais. Além disto tudo, deve saber inflexionar a voz na hora da leitura para que o texto tenha sentido, em sua estrutura gramatical. O controle da respiração, a pressão colocada sobre o diafragma para que o som saia no tom adequado aos ouvintes e à redação textual. Ainda que seja uma leitura silenciosa, todos estes elementos devem ser respeitados e executados com a finalidade de que o texto lido não perca seu sentido semântico nem epistemológico.

O ato de ler representa desejo de saber algo que escapa ao conhecimento; pode ser que o leitor queira relaxar e então utiliza desta técnica para atingir seu objetivo, mas, o cérebro humano está sempre em busca de um tipo de prazer que ao ser atingido provoca sensações agradáveis e então gera necessidade de que o ato seja repetido. Quando um cientista debruça-se sobre leituras, seu fim já está dado, ele quer descobrir componentes essenciais que o auxiliem na explicação do fenômeno investigado; isto permitiria deduzir que o ato de ler é um tipo de pesquisa científica. E para além do cientista, está o estudante que almeja alcançar os conhecimentos necessários para ser aprovado e ademais para tornar-se um profissional habilitado e competente.

O fato de o ser humano ter sido a única espécie a desenvolver a capacidade de linguagem, que permitiu-lhe a habilidade para falar, não quer dizer que a leitura antecede a aquisição do saber sobre os elementos que a compõem; isto é o mesmo que admitir que o ser humano pensa antes de existir. Tal qual o próprio René Descarte (1596-1650), admite, a existência antecede a essência (2000); assim, os seres humanos desenvolvem toda a capacidade neurológica de articulação da fala e depois, caso seja proporcionado os produtos que os auxiliem a interpretar os símbolos culturais expressos de modo gráfico, poderão realizar sua leitura e expressá-los, por meio da oralidade, verbalizando-os.

Ao

> Considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem, [...] o ato ate de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido (MARTINS, 1988, p. 30).

Disto se infere que, ao ler o indivíduo se imerge na história, buscando decifrá-la, a seu modo, tendo como base epistemológica o seu próprio tempo, sua capacidade de leitura e o que foi condicionado.

Na tentativa de alcançar seu intento, o leitor necessita mobilizar diversas áreas de seu cérebro que podem provocar-lhe alegria, tristeza, apatia ou dor. Isto trata-se de um processo neuroquímico biológico bastante complexo, que propicia condições de maturidade cognitiva e intelectual à medida que avançam os estágios vinculados à faixa etária da criança.

LEITURA E MEMÓRIA

Leitura e memória são dois constructos mentais que sempre caminham juntos e não há como ser de outra forma, porque a leitura é um processo de interpretação (decodificação) de algo que remete ao passado, subordinado ao campo semântico da lembrança. A equação não é difícil de ser sintetizada porque, para que um indivíduo efetue a descrição dos símbolos, há que tê-los conhecido, travado um contato sistêmico e epistêmico com estes, em um momento anterior, o que permite-lhe dizer que sabe, ou seja, foi ensinado, logo, aprendeu.

O conceito de leitura, em suas amplas dimensões, está restringido a decifração dos códigos que são criados pela humanidade e alguns que são classificados e automaticamente, recebem denominações que, *a posteriori*, conduzem a uma necessidade de interpretação pelos que sucedem, ao que infligiu o caráter simbólico ao objeto. Entretanto, a leitura está para além de uma mera interpretação de signos, porque ela refere-se a um exercício, este que exige saber, domínio de uma técnica, prática no ato e fluência na execução.

A memória humana possui a capacidade de conservar traços da experiência passada e de evocá-la para poder fazer uso da mesma no presente e no futuro, conforme se apresente a necessidade singular de cada indivíduo. Para o homem, as memórias deveriam esvair-se, pois, esta é uma das funções do esquecimento, proteger a saúde mental do indivíduo, permitindo um equilíbrio equânime de sua economia psíquica. O conceito mais bem caracterizado de memória é o apresentado por José Lino Bueno, onde afirma que "a memória é um conjunto de procedimentos que permite manipular e compreender o mundo, levando em conta o contexto atual e as experiências individuais, recriando esse mundo por meio de ações da imaginação" (BUENO, 1977, p. 36), permitindo chegar a uma compreensão de que seja, talvez, por este motivo que a natureza dotou-a de uma condição espontânea de manipulação pelo cérebro humano acerca do que será esquecido e/ou lembrado.

Nisto, temos que uma vez que se aprenda a ler, não se esquece mais, pelo fato de esta ser uma prática comum, em um mundo letrado. Entretanto, entramos em um paradoxo, porque a capacidade de ler, uma vez adquirida, não é perdida, porque trata-se de uma aquisição neurológica, em que é formado todo um conjunto de sinapses, que ali permanecem, até a morte, no entanto, a falta de contato com a língua e com as expressões linguísticas podem favorecer o esquecimento da forma de pronúncia de determinadas palavras e dos sons a elas referentes.

Na aquisição da prática da leitura e seu respectivo domínio, muitas técnicas há de ser empregadas, com a finalidade de que esta atenda aos requisitos de harmonia necessários. A exemplo disto, tem-se a questão da oralidade de certas palavras, outras são de tom anasalado, os movimentos que a língua deve fazer dentro da boca para que se reproduza no timbre correto e no formato original de expressão da palavra lida. Em seguida, deve-se realizar exercícios constantes para que toda esta construção linguística seja, devidamente, armazenada na memória, para ser utilizada em momentos oportunos.

Como no ser humano, tudo tem de ser ensinado, até mesmo o que alguns teóricos chamam de *leitura de mundo*, é *a priori*, ensinado à criança e ela guarda os preceitos mnemônicos, mobilizando-os quando julga pertinente para suas próprias interpretações acerca do real. A criança possui o que pode-se chamar de inteligência concreta, aquela que está condicionada a uma interpretação não tão refinada dos problemas que a acometem e somente a partir da puberdade é que começa a delinear os primeiros traços objetivos da inteligência abstrata, formando o que Vygotsky (1896-1934) chamou de *processos mentais superiores*[14]. Para este autor, o letramento (entendido como a capacidade abstrata de ler e interpretar o real) representa o coroamento de um processo histórico de diferenciação no uso de instrumentos mediadores (VYGOTSKY, 2000).

Para as crianças, o ato de ler representa um poder enorme, uma independência, liberdade, sentimento de potência, porque guarda em suas memórias os momentos em que seus pais *liam* para ela, uma vez que ela ainda não dominava tal tarefa, ou ainda, porque presenciava seu pai a folhear os livros e o jornal, detendo-se por horas a fio em sua decifração. Isto, para elas, representa um mistério a ser desvendado, pois, que coisas fantásticas estão contidas naqueles elementos que são capazes de prender a atenção dos adultos por tanto tempo?!

> Essa constatação evidencia a importância da memória tanto para a vida quanto para a [*prática*] da leitura. Principalmente a [*leitura*] da palavra escrita – da valorização do saber ler e escrever – já que se trata de um signo arbitrário, não disponível na natureza, criado como instrumento de comunicação, registro das relações humanas, das ações e aspirações dos homens (MARTINS, 1988, p. 19).

No sentido dado pela autora, sobre o ato de ler, ele representa o caminho pelo qual a geração atual toma conhecimento e trava contato com tudo aquilo que seus antepassados criaram, pensaram e imaginaram para si e para seus descendentes. Por meio deste domínio, podem reproduzir o passado, compreendê-lo e projetar os ideais no futuro e é quando tomam posse deste tipo de entendimento que tornam-se detentores de

[14] L. S. Vygotsky categorizou como *processos mentais superiores,* as atitudes cognitivas e intelectuais referentes a "processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho; e, a processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, não limitadas nem determinadas com exatidão, que na psicologia tradicional se denomina atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, etc. Tanto uns quanto outros, tomados em conjunto, formam aquilo que qualificamos convencionalmente como processos de desenvolvimento das formas superiores de conduta do estudante" (VYGOTSKY, 2000c, p. 29). **Fonte:** VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A Formação Social da Mente.* São Paulo: Martins Fontes, 2000c.

poder, nasce a verdadeira vontade de potência. Portanto, não é o ato de ler que confere poder; é a capacidade de ler, entender e saber atuar sobre os problemas dados com a devida sabedoria adquirida por meio das leituras. Aqui, temos uma representação do ato de ler ao estilo Immanuel kant, em que o domínio da leitura, o ato de ler, representa a saída do homem de sua condição de minoridade, de vitória da razão sobre os seus instintos, porque possibilita ao ser humano alcançar o esclarecimento.

LEITURA E ESCRITA

Leitura e escrita são termos que passaram a caminhar juntos, após o Século XIX, não sendo uma realidade objetiva até este momento da história, ainda que a sociedade ocidental pudesse já ser considerada uma civilização grafotécnica. Este fato, em particular é devido à *Revolução Industrial* que gerou necessidades de mão de obra mais qualificada, modificando, drasticamente, os modos de ensino e de aprendizagem. Havia uma distinção entre aqueles que dominavam a técnica da escrita e outros que dominavam a leitura dos símbolos gráficos.

Na Antiguidade, antes de surgir a escrita, não havia a menor necessidade nem possibilidade de alguém saber ler ou escrever e quanto a isto, deve-se ter um cuidado meticuloso na abordagem, porque, o fato de os sacerdotes e os homens do campo, realizarem as interpretações de sinais da natureza como manifestações religiosas e sinais de previsões para chuvas, secas, temporais, colheitas, cheias dos rios, pode já ser compreendido como uma forma de leitura. Mas, não é sobre este aspecto que versa este ensaio, devendo, debruçar sobre a interpretação linguística de símbolos criados pelo próprio homem, a fim de promover a comunicação, *a posteriori*, de suas ideias, planos, estratégias, bens comerciais, histórias e etc.

Tem-se, assim, que a criação da escrita antecedeu a prática da leitura. Não é nenhum enigma a ser decifrado, porque, primeiro os homens criaram os símbolos e depois conferiram-lhes significados, e a partir desta elaboração intelectual, permitiu surgir a elaboração cognitiva em que outro indivíduo seria ensinado como entender o significado daqueles elementos expressos sobre as superfícies e, uma vez isto realizado, aonde quer que este intérprete chegasse e se deparasse com tais símbolos saberia realizar a sua leitura dos mesmos, podendo ensinar a outros a técnica.

Esta condição singular conferida pelo domínio da técnica de escrita e leitura, fez com que certos cuidados fossem tomados pelos reis da Antiguidade, como ensinar a um a arte da escrita e a outro a arte da leitura; jamais a ambos as duas técnicas. Neste modo, o escriba só sabia redigir o que era-lhe ditado pelo rei e o leitor, só sabia ler os pergaminhos quando solicitado pelo seu superior.

Isto é uma questão que divide opiniões nomeio acadêmico, porque é possível que alguém aprenda a ler e não aprenda a escrever; no entanto, quem aprende a escrever, aprende, também, a ler, porque exercita áreas distintas e equitentes do cérebro, ao mesmo tempo; mas, isto foi coisa que passou despercebido aos reis e sábios da Antiguidade e chegou até nossos dias como uma verdade absoluta.

Ler e escrever nem sempre foram sinônimos de *status quo* elevado. Historicamente, a escrita remonta suas origens a uma época situada, aproximadamente, a 7000 anos antes de nossa era. Nesta época, a escrita e a leitura, a alfabetização não formavam parte de uma hierarquia dentro de um processo de evolução social, uma vez que, simplesmente, não existiam. No Egito, era muito difícil conseguir crianças e jovens que desejavam seguir a carreira de escriba, porque isto significava pobreza, pertencer à classe inferior e mesmo na Antiguidade Clássica, Idade Média (Alta e Baixa) e até o Século XVIII, os grandes reis, a maioria dos nobres e cavaleiros, estadistas, eram analfabetos. Posavam para grandes artistas em meio a muitos livros, porque isto representava sinal de ostentação e de poder; porém, o domínio da técnica da escrita e da leitura era sinal de depreciação social.

William Shakespeare[15] (1564-1616) era um autor que colocava na boca de seus personagens o menosprezo pela arte da leitura e da escrita e o governador do Estado da Virgínia, no Século XVIII, orgulhava-se de não ter escolas de primeiras letras em seu Estado, nem imprensas[16], que ele chamava, de modo pejorativo, de *moinhos de papel*.

A atividade de leitura ganha *status* a partir da criação da imprensa por Guttemberg[17]. A partir deste evento, começa a surgir um volume maior de publicações que, mesmo ainda tendo um custo muito elevado, já tinha uma redução drástica em

[15] Leia-se de Shakespeare *Henry VIII*.
[16] A este respeito leia-se: SOUZA, S. R. *A ética e seus atributos: uma perspectiva psicoanalítica.* São Paulo: PerSe, 2016.
[17] A este respeito leia-se: POSTMAN, Neil. *O Desaparecimento da Infância.* Rio de Janeiro: Grafhia Editorial, 1999.

relação à produção por papiro e pergaminho. Surgia, então, a era do livro e, automaticamente, fazia-se necessário, que houvesse leitores para consumi-los.

Outro salto que marcou a história da leitura foi com a *Revolução Protestante* (1517), em que Martinho Lutero (1483-1546) almejava que todos os homens fossem capazes de ler a Bíblia. Isto gera outro tipo de necessidade, singular, o povo deveria ser alfabetizado, não importando sua classe social. As críticas que surgiram em torno de que esta posse da capacidade de leitura estava restringida a uma condição miserável de entendimento, não propiciando níveis mais profundos de exploração do universo da compreensão do que se tomava posse por meio do ato de ler, não podem ser consideradas como dignas de legitimidade, porque o aprimoramento da capacidade de ler e interpretar é um ato subjetivo, que o indivíduo tenha que querer para si e estar disposto a pagar um alto preço por isto e não nos refiramos a valores monetários, antes a aceitação da análise, a capacidade para abstrair para além dos seus horizontes, a vivência com outros modelos culturais, que poderão proporcionar-lhe visões mais ou menos nítidas do mundo que o envolve.

Estes dois eventos históricos [*acima citados*] marcaram, de modo profundo, as mudanças nos hábitos das sociedades, introduzindo o hábito da leitura como componente essencial da vida humana, culminando no ato legal de compreender a alfabetização [*entendida como a capacidade de ler e escrever de maneira fluente*] como um direito público subjetivo de natureza social, ou seja, o analfabetismo não pode mais ser uma realidade presente na sociedade. Sendo assim, pode-se considerar a alfabetização como uma prática social que, no modelo atual de sociedade tem se transformado em ferramenta de domínio imprescindível para a correta inserção do indivíduo no meio. Pode-se definir o processo de alfabetização como aquilo que s pessoas fazem com suas habilidades para leitura e escrita, no contexto social em que atuam e como estas habilidades relacionam-se com as necessidades, valores e práticas sociais, podendo considerar a prática da aquisição da alfabetização como uma forma de adaptação ao meio, uma forma de inclusão social.

Caracterizando as concepções de leitura Maria Helena Martins (1988) revela que,

> As inúmeras concepções vigentes de *leitura, grosso modo,* podem ser sintetizadas em duas caracterizações: 1) como uma decodificação mecânica de signos linguísticos, por meio de aprendizado estabelecido a partir do condicionamento estímulo-resposta(perspectiva behaviorista-skinneriana); 2) como um processo de compreensão abrangente,cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais,

> fisiológicos,neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos (perspectiva cognitivo-sociológica) (MARTINS, 1988, p. 31).

Esta interpretação acerca do ato de ler apresentado pela autora é, por demais, simplório e desprovido de um sentido analítico considerando o prisma filogenético e ontogenético, porque, durante a fase de infância, o ensino tem de ser proporcionado de uma forma mecânica, uma vez que os pequenos ainda não possuem a maturidade neurológica e de cognição minimamente necessárias para realizar abstrações cognitivas e/ou mnemônicas.

A partir do instante em que avança nos processos de produção sináptica e evolui para níveis de cognição altamente elaborados, vai apropriando-se dos instrumentos que permitam-lhe atingir os estágios de compreensão abrangente a que refere-se a autora supracitada, criando objetivos mais refinados de aplicação para os elementos gnosiológicos. Os sistemas de ensino, bem como os professores e responsáveis pela educação das crianças, adolescentes e jovens é que devem permanecer atentos para elevar a carga de desafios linguísticos a cada etapa superada pelo estudante, de maneira que sua capacidade de leitura vá se aprimorando sempre, até chegar ao nível da excelência.

E assim deve ser, porque na concepção de Fabrício Silveira (2017), o ato de ler tem o poder de dar vida aos elementos escritos, que de outra forma ficariam retidos à superfície do papel sem expressar o que sentia desejo que fosse expressado o seu autor, quando colocou as palavras sobre o papel. Entende, este autor, que,

> Ler é se apossar do texto para dotá-lo de existência, visto que todo signo passível de leitura se abre a infinitas possibilidades de significação. Não por acaso, todo leitor dispõe do poder de desvelar uma verdade que não seja transparente, mas latente, potencialmente presente, escondida fora da consciência, imanente, singular e, até aí, inexprimível (SILVEIRA, 2017, p. 5).

Assim compreendido, tem-se que a escrita ampliou o sonho da comunicação, porém, foi a capacidade de decodificar este modelo de símbolos artificiais que permitiu que a mesma ganhasse uma tonalidade concreta, conferindo vida ao objeto da troca simbólica de mensagens. Foi Santo Tomás de Aquino quem afirmou que as palavras possuem poder transcendental, dado que podem ser lidas a distâncias temporais muito

extensas e ainda provocar espanto, despertar emoções e sentimentos diversos em quem as lê, transmitindo mensagens lúcidas, dotadas de um poder atemporal.

Nada disto faz sentido [*ou se o fizer, será muito pouco impactante*], se o leitor não for dotado da capacidade de interpretar os símbolos respeitando a sua oralidade original, a retórica, não possuir uma capacidade de eloquência que confira vida e significado ao que está sendo lido. Portanto, não basta saber ler, há que conhecer a história de cada texto, as regras gramaticais e, no mínimo, cada gênero textual, para que o ato de ler não se transforme em um ato de assassínio retórico, contrariando a expectativa exposta acima de que o ato de ler confere vida ao que é lido. Isto é assunto que foi levantado por Martins (1988) [*citada acima*], em que antes de tudo, o ensino do ato de ler é algo mecânico, fundamentado na teoria do reforço e a consolidação de sua aprendizagem se dá por meio da repetição, aqui estando em concordância com Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.), acrescentando que, à medida que se repete o ato, os resultados negativos devem ser descartados e/ou corrigidos; valorizados os resultados positivos já alcançados e colocados novos desafios para aprimoramento da técnica.

Esta condição dada à leitura, como tendo o poder de conferir vida ao texto é uma demarcação arbitrária, porque sob uma perspectiva analítica mais fina, tem-se que como é realizada a leitura condiz como será a aceitação e a interpretação do texto, até mesmo porque toda a vida inserida e inferida a um texto está na elocução do narrador, no *quantum* de *pathos* que consegue agregar em sua oratória. Portanto, não se trata somente de saber ler, está subentendido o como se lê e como se deve ler, considerando que cada obra, em especial, tem seu *ethos* singular original, que foi conferido, a ela, pelo seu criador.

Neste parâmetro de discussão, acerca da leitura, Adler e Van Doren (1954) são contundentes ao afirmar que,

> Alinha de demarcação entre como se lê e como se deve ler é, muitas vezes, pouco nítida. Enquanto mantivermos distintas as duas espécies de leitura, podemos usar esta palavra em duas acepções diferentes. A primeira se refere à leitura de jornais, revistas ou outra qualquer coisa que é logo compreensível (...). Pode aumentar nosso cabedal de conhecimentos, mas não melhora nossa compreensão, que não se alterou, desde que principiamos. A segunda acepção se refere a leitura de alguma coisa que, ao primeiro olhar, não se compreendeu perfeitamente (ADLER e VAN DOREN, 1954, p. 20),

Logo, necessita de novas leituras e, por vezes, de leituras complementares para que os sentidos etimológicos, epistemológicos e gnosiológicos dos termos, das ideias, das

teorias e das expressões possam tornar-se o mais transparente possível ao leitor. Quanto mais complexa for a leitura, menor o desejo de ler, por parte do indivíduo, porque isto não produz-lhe prazer; as emoções provocadas são de desconforto e de incapacidade.

A LEITURA E A *FUNÇÃO QUADRÁTICA DA DISTÂNCIA DE BRUNNER*

Jerome Seymour Brunner (1915-2016), em parceria com seus alunos de Psicologia, chegaram a um denominador sobre a questão da dimensão do objeto projetado na mente humana, que, para este resultado denominou-o de *Função Quadrática da Distância de Brunner.* Trata-se de um valor quantitativo de que o tamanho de um objeto representado na mente humana equivale ao inverso do quadrado da distância entre o objeto observado e o observador (BRUNNER, 1975).

Esta descoberta chamou a atenção do cientista pelo fato de que quanto mais longe situa-se do objeto, maiores as possibilidades de poder-se enxergá-lo em sua totalidade e com a leitura não poderia ser de modo diferente, porque quanto mais antigo, mais distante no tempo, os textos a serem lidos, maiores as condições de as análises serem mais fieis, porque se tem a possibilidade de enxergar, em maior amplitude o objeto analisado e o raio de observação do seu contexto.

Esta é uma ideia para a qual o psicólogo social Gustave Le Bon (1841-1931) apresentaria grandes objeções, porque em sua concepção não se pode confiar nos critérios de julgamento humano que são traídos por seus sentidos mesmo a curta distância. Porém, uma coisa é uma leitura de um fato visual, um ocorrido em que se é testemunha ocular, estando sob forte impressão, pressão, etc e outra é uma leitura fina, culta, fundamentada em parâmetros de comparação, análise semântica, análise hermemêutica e aplicação da sintaxe.

Neste sentido, quanto maior a distância, mais transparente se torna a relação do leitor de compreensão com relação ao objeto, porque a leitura é um ato total, em que o agente mobiliza toda uma gama de sentimentos e artefatos que o auxiliarão na execução de seu empreendimento. Portanto, neste aspecto, o ato de ler representa a possibilidade de se lançar luz sobre o passado, esclarecendo-o, tornando-o mais objetivo e em sintonia com o presente.

Quando o ato de ler permite o vislumbre ao indivíduo, é neste momento [*para não afirmar, instante*] que ele se torna um ato político, porque proporciona a capacidade de

fazer uma leitura crítica do ambiente que o cerca e que o moldou. Faça-se entender a expressão *crítica* no preceito do pensamento kantiano que trata-se de uma pergunta pública dirigida sobre um objeto qualquer que pode ser analisada e respondida, sem constrangimentos para as partes envolvidas, ou seja, trata-se do domínio do saber sobre o *crer que sabe*.

Assim que, o ato de ler promove a liberdade de encontrar a resposta aos problemas, por si só, proporcionando condições de autonomia para além do que o indivíduo um dia sequer tenha imaginado ser possível. Este é um papel que cabe à escola de educação básica com maior ênfase, porque a criança permanece em seu espaço por, aproximadamente, uma década e meia, portanto, é inadmissível que chegue ao final deste período sem o completo domínio do ato de ler, em todos os âmbitos que se possa direcionar. E a cada ano que vai se passando no meio acadêmico-escolar, mais distancia-se do mundo que o antecedeu, tornando, automaticamente, sua condição de interpretação e compreensão do passado, mais acurada e com maior poder de retórica e expressão linguística sobre os objetos escolhidos para estudos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de considerar a temática tratada acerca do ato de ler tem-se que, este processo deve ser analisado à luz racional da filogenia e da ontogenia, porque o ser humano, ao nascer é uma tábua em branco, sendo, tão somente dotado da capacidade de desenvolvimento dos processos neurológicos que possibilitarão e potencializarão a condição de desenvoltura dos atos de ler e compreender aquilo que se leu.

Sendo assim, o ato de ler, começa pela absorção de conteúdos simples, que vão sendo, aos poucos, arquivados na memória e que, dadas as necessidades de aplicação sobre a realidade de cada um, vai sendo mobilizado, de acordo com a capacidade cognitiva de cada indivíduo e estes conteúdos vão se tornando complexos, por si só, à medida que a potencialidade de cognoscência de cada um vai amadurecendo até ser capaz de decodificar textos de alta complexidade, símbolos de maiores expressões, tudo isto dentro do espaço de conhecimento epistêmico-cultural de cada um.

Para efetuar a atividade da leitura, o indivíduo necessita conhecer as partes que compõem cada palavra em particular, desde as vogais, consoantes, sílabas simples, sílabas complexas, chegando ao ponto de poder considerar-se alfabetizado, fato que a cada nível

de educação torna-se mais exigido que o leitor aprenda e apreenda os conteúdos pertinentes à leitura e ao potencial de aprendizagem da expressão leitora.

A leitura não é um ato de prazer para as crianças, e a resposta é óbvia e simples: ela impede que estas possam brincar de coisas que, realmente, provocam despertam-lhes prazer. As crianças são a forma mais próxima de um modelo mental-cognitivo do homem pré-histórico; assim, todas as coisas que para os adultos parecem serem de extrema relevância, para elas são inócuas, insípidas e sem o menor sentido. À medida que vai crescendo, criando novas estruturas sinápticas, envolvendo no âmbito social, em que outras exigências e necessidades sociais vão surgindo, com parte do processo desenvolvimental humano, o gosto pela leitura vai surgindo e sendo ampliado, até transformar-se em um hábito. Isto envolve outras instâncias neurológicas, como processos endocrinológicos, produção de hormônios que vão caracterizar o ato de ler como um ato de prazer.

Esta parte do desenvolvimento psicobiológico do ser humano, ligado ao ato de ler é um campo da Neurologia que necessita de aprofundamentos, porque, quando se obriga uma criança a ler e ela se revolta e acaba folheando as páginas com violência, o hormônio produzido é o cortisol, este responsável pela produção do *stress*. Por outro lado, quando ele assume o ato de ler como uma atividade que desperta-lhe para o fantástico, passa a produzir endorfina, que é um hormônio do prazer.

Nisto, temos que o ato de ler é uma atividade além de completa, complexa, porque mobiliza todo um histórico de potencialidades humanas, indo desde sua formação acadêmico-escolar mais básica até o seu nível mais elevado de formação científica. A cada etapa de desenvolvimento, surgem novos desafios que podem ser provocadores de *stress,* dadas as dificuldades de superação e que, ao mesmo tempo, podem ser provocadores de prazer, uma vez superadas as dificuldades.

A alegoria de que as crianças adquirem hábitos de leitura porque seus pais liam textos, contos e outras anedotas para elas, ainda enquanto estavam no ventre da mãe e/ou enquanto estavam pequeninas são crenças que não se justificam. Pode-se começar pelo entendimento de como surgiu a ideia de que uma criança pode ouvir alguma coisa ainda no útero materno. O ouvido é o único órgão dos sentidos que, quando a criança nasce já encontra-se, completamente, desenvolvido, a partir do sexto mês de vida, ou seja, ainda antes mesmo de nascer. Porém, a Física já comprovou que o som não se propaga em meio líquido e o bebê está imerso em uma placenta carregada de líquido amniótico, logo, é

impossível ao bebê ouvir as histórias contadas pela mãe. O que, supostamente, acontece, é a questão de este hábito produzir endorfinas para a mãe, o que, automaticamente, produz relaxamento e conforto a ela, refletindo na condição de desenvolvimento embrionário da criança.

Ler é um hábito e crianças copiam hábitos de seus pais, seguindo a máxima vygotskyana de que o melhor conselho para o filho é o bom exemplo dos pais. Assim, crianças que possuem já desde tenra idade o hábito de leitura é porque seus pais possuem tal hábito, com bibliotecas pessoais amplas em casa. Portanto, ler histórias para os filhos na hora de dormir não contribui para a aquisição do hábito de leitura pelas mesmas.[18]

REFERÊNCIAS

ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *A ARTE DE LER:* Como adquirir uma educação liberal. Rio de janeiro: AGIR, 1954.

BUENO, José Lino O. *Efeitos da sinalização e do não-reforçamento sobre o repertório comportamental do rato.* Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.

BRUNNER, Jerome Seymour. *Uma Nova Teoria da Aprendizagem.* 3. Ed. Rio de janeiro: Bloch Editores/MEC, 1975. [Obra publicada, originalmente, el 1966].

DESCARTES, René. *Discurso do Método.* São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores). [Obra publicada, originalmente, el 1637].

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura.*9. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. *Leitura e memória:* convergências em torno de uma harmonia oculta. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/08b_Leitura_e_memoria_-_Fabricio_Silveira.pdf. Acesso em 05/03/2018 às 17:01 h.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A Formação Social da Mente.* São Paulo: Martins Fontes, 1991.

[18] A este respeito leia: *Freaknomics*: O lado oculto de tudo que nos afeta.

Capítulo 6

POR UM VIÉS INTERARTÍSTICO: A PLASTICIDADE NA OBRA COLETIVA CONSTELAÇÕES

Rita Mychelly dos Santos Salles
Ana Rita Cesar Lustosa
Sérgio Rodrigues de Souza

POR UM VIÉS INTERARTÍSTICO: A PLASTICIDADE NA OBRA COLETIVA *CONSTELAÇÕES*

Rita Mychelly dos Santos Salles

Bacharel em Artes Plásticas e mestranda em Artes pelo Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora da Rede Particular de Educação do Estado do Espírito Santo. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5099469795286805.E-mail: ritamychelly@yahoo.com.br.

Ana Rita Cesar Lustosa

Licenciada em Arte e mestranda em Artes pelo Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora da Rede Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7290358656070206. E-mail:lustosaanarita@gmail.com.

Dr. Sérgio Rodrigues de Souza

Licenciado em Filosofia. Doutor em Ciências Pedagógicas (UCPEJV - La Habana - CU). Pós-Doutor em Psicologia (UAJFK - Buenos Aires - AR). E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo tece uma reflexão pelo viés interartístico sobre a plasticidade na obra coletiva *Constelações*, de Hilal Sami Hilal com participação de jovens alunos de escolas públicas da secretaria estadual de educação de Vitória no ES, exposta em 2016, no espaço cultural do Palácio Anchieta - Sede do governo do Estado. Para este fim, torna-se como fundamento de pesquisa a imagem comparada evidenciando diversos pontos de vista com relação aos aspectos gestuais, caligráficos e de memória no processo criativo, abordando relações entre matéria e memória a partir das reflexões de Henri Bergson. Os estudos interartísticos da obra *Constelações* dialogam com aspectos simbólicos tomados por ideias subjetivas, porém, o caráter metalinguístico se entrelaça com experiências e reconstruções por meio das relações afetivas, que estão ligados a construção da identidade, da evocação da memória pessoal ou coletiva, que traduzem e se materializam na expressão imagética. Depois de alguns testes da receita de papel artesanal, técnicas aprimoradas e maturação poética, as experimentações deram lugar às produções cheias de significados, tecendo questões plásticas, estéticas e reflexões filosóficas relacionadas à matéria e memória. O processo fabril ocorreu nas escolas, apinhado de memórias afetiva.

A principal proposta do projeto *Constelações* foi tornar possível as vivências artístico-pedagógicas.
Palavras-chave: Interartístico; plasticidade; Hilal Sami Hilal; Tempo, matéria e memória.

ABSTRACT
This article reflects on the inter-artistic perspective on plasticity in the collective Constelações, by Hilal Sami Hilal with the participation of young students from public schools from the state education department of Vitória in ES, exhibited in 2016, in the cultural space of Palácio Anchieta - Headquarters of the State Government. To this end, the comparative image becomes the foundation of research, evidencing different points of view in relation to gestural, calligraphic and memory aspects in the creative process, approaching the relationship between matter and memory from the reflections of Henri Bergson. The interartistic studies of the work Constelações dialogue with symbolic aspects taken by subjective ideas, however, the metalinguistic character is intertwined with experiences and reconstructions through affective relationships, which are linked to the construction of identity, the evocation of personal or collective memory, which they translate and materialize in the expression of imagery. After some tests of the handmade paper recipe, improved techniques and poetic maturation, the experiments gave way to productions full of meanings, weaving plastic, aesthetic questions and philosophical reflections related to matter and memory. The manufacturing process took place in schools, crowded with affective memories. The main proposal of the Constelações project was to make possible artistic-pedagogical experiences
Keywords: Interartistic; plasticity; Hilal Sami Hilal; Time, matter and memory.

INTRODUÇÃO

Alguns artistas da *Geração 80*[19] alargaram as experimentações pictóricas apropriando de matérias-primas variadas, indo além do campo tradicional, permeando nas ideias conceituais. Nesse sentido, a arte muitas vezes se aproxima de um *ato filosófico*. O campo da filosofia é primordial nas relações e concepções que alargam as subjetividades das ideias plásticas. O conceito de *ideia ampliada* permeia assuntos que vão além do plano pictórico da tradição.

As experimentações visuais com utilização de matérias-primas diversificadas vêm sendo utilizadas desde o início do século XX no campo das artes. As experiências estéticas intensificaram e propuseram novas relações e concepções no campo subjetivo das ideias

[19] **Geração 80** é uma tendência artística na arte brasileira durante a década de 1980. Em termos estéticos, a principal característica da geração foi o retorno à pintura mais subjetiva, dado que, durante a década de 1970, movimentos, como a arte conceitual, centravam-se majoritariamente em obras esculturais *austeras*. O principal marco para essa tendência foi a exposição "Como vai você, Geração 80?", realizada na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, em 1984, em que 123 artistas do Brasil (especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo) expuseram suas obras.
Fontes: Aoki, Virginia. *Conexões com a Arte*. São Paulo: Moderna, 2013.

plásticas. Porém, a partir da década de 80, a geração pós-moderna abriu um leque para novos ensaios matéricos que vão além do campo tradicional das artes, permeando entre ideias estéticas, conceituais e filosóficas. A escolha do material para a criação do objeto artístico passou a ser carregado de simbolismo.

Para melhor compreensão e contextualização esta pesquisa busca tecer reflexões comparativas e interartísticas entre a obra *Seu Sami* com a anatomia estrutural de uma "rede neural" cerebral, ou seja, uma rede de neurônios. Tecendo uma inter-relação semiótica entre as formas anatomicamente orgânicas de ambos os exemplos. Essa relação entre uma obra de arte e uma forma física/anatômica de algo não artístico, certamente não será uma tarefa fácil, pois estamos habituados a trabalhar a estética comparada ou uma tradução intersemiótica a partir de comparações e significados distintos; porém, não tão distantes.

Diante desse cenário, o artista brasileiro Hilal Sami Hilal inicia suas pesquisas e experimentações em papel artesanal ainda no final da década de 1970. Hilal intensificou as buscas por mais conhecimento sobre a fabricação de papel a partir da fibra orgânica. Aprimorou as técnicas, nas experiências de viagem para o Japão entre os anos de 1981 e 1988, à procura de conhecimento sobre papel artesanal. A prática passa ser a base experimental para seu processo artístico-poético. Após algumas pesquisas e testes, o artista desenvolveu uma nova formulação da receita, dando início na década de 1990, aos rendilhados caligráficos produzidos com massa de papel artesanal. (Figura 1)

Figura 01: Hilal Sami Hilal, Renda, s/d.

Fonte: http://galeriamariliarazuk.com.br/artistas/hilal- Sami-Hilal/biografia. Acesso em 12/10/2019.

Descendente de família síria, Hilal Sami Hilal, nasceu em 1952 em terras capixabas. Na década de 1970 inicia a graduação em Artes Plásticas, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Logo em seguida, passa a dedicar-se a área acadêmica e lecionou por vinte anos no Departamento de Artes pela mesma universidade, no qual fundou a cadeira de Estudos do Papel. Além da disciplina *papel artesanal*, ministrou desenho, gravura, pintura e outras.

O artista transita por vários suportes e linguagens para dar forma às suas inquietações e experimentações plásticas, trazendo questionamentos entre eles a prática da apropriação de objetos (roupas de familiares como parte da receita do papel artesanal) no processo poético. Sendo assim, observa-se que essa apropriação vem impregnada de memória e maturação, carregada de vivência de um tempo que é transitório e reinventado como suporte/pintura. Surgem, então, as relações com o conceito de *ideia ampliada da arte* tornam-se necessário para compreender o processo de articulação do pensamento e ação poética do artista, visto em suas produções com papel.

Com o aprimoramento da arte da fabricação de papel, Hilal inicia um processo de maturação e criação poética em torno do papel feito à mão: uma mistura de fibra orgânica, roupas velhas de familiares, de amigos e uma porção de afetividade, propondo diálogos principalmente vinculados à ideia de memória. Esses aspectos simbólicos tomados por ideias subjetivas, experiências e reconstruções por meio das relações afetivas, estão ligados à construção da identidade, da evocação da memória pessoal e coletiva. Essas construções de pensamento poético percorrem em seu processo criativo e estão simbolicamente presente na feitura da massa de papel, que traduzem e se materializam nas expressões imagéticas. Segundo Ramaldes (2015, p. 70), “pensar a poética de Hilal passa, necessariamente, pela análise do seu processo criativo.”

Para Herkenhoff, Hilal Sami Hilal utiliza o papel como um “fio condutor para a confecção desses objetos, tão pessoais e delicados que assumem um caráter permanente em suas obras. Tais incursões ficam no registro da experiência [...]” (Herkenhoff, 2008, p. 92).

O universo de produção do artista Hilal Sami Hilal, se funde na relação com a materialidade. O artista intensificou a pesquisa com papel e com isso alavancou as possibilidades de novos significados. Segundo Ramaldes (2015, p. 69), Hilal desenvolve pesquisas com “matérias testando suas resistências, descobrindo novos efeitos, inventando outros modos de fazer e criando novas linguagens para se expressar.”

Em 2016, Hilal propõe para a Secretaria Estadual de Educação de Vitória (ES), um projeto escolar. Trata-se de um projeto artístico e coletivo que envolveu sete escolas e mais de 2500 alunos, que durante dois meses confeccionaram todo processo plástico exposto na exposição *Constelações.* A proposta para a exposição foi promover o envolvimento dos estudantes, suas memórias afetivas, pessoais e coletivas, por meio da arte. O projeto foi possível com o apoio das escolas, diretores, professores e os próprios alunos. A culminância foi a produção de mais de 10 mil nomes caligrafados com massa de papel artesanal, produzidas pelos próprios alunos.

A PROPOSTA

A exploração poética de Hilal está relacionada desde a matéria prima ao processo de feitura e criação plástica. A partir da base pastosa de papel, surgem as relações simbólicas pela própria demanda de todo processo criativo. A proposta do artista estava voltada para a construção do sujeito e sua identidade, por meio das experiências e vivências esplanadas pelo próprio trabalho coletivo.

Hilal propôs confeccionar papel artesanal com os alunos e trabalhar caligrafias com a massa ainda úmida. A ideia central era trabalhar assinaturas e nomes de pessoas que fizessem parte do vínculo afetivo do estudante. O processo artístico não foi simplesmente voltado para artesania em si, mas, fez parte de toda sequência processual da atividade, despertando em cada aluno reflexões sobre identidade, memória e afeto.

Segundo Ana Mae Barbosa (1998), a ideia de ensinar Arte não pode ser vivenciada com regras e fórmulas engessadas, e nem fazer pelo fazer, mas desenvolver um equilíbrio harmônico entre o conhecer, o fazer e o apreciar. A arte deve-se assumir como uma expressão real do ser sendo "possível desenvolver a percepção e a imaginação [...] desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada" (BARBOSA, 1998, p. 16).

De forma lúdica, o projeto foi vivenciado com sete escolas da rede estadual de Vitória. Foram produzidos 10 mil nomes caligrafados com a massa de papel artesanal. Cada nome carregava suas particularidades, originalidade caligráfica. A fabricação do papel traz a ideia do lúdico como práticas pedagógicas. A ludicidade como prática didática de ensino, foi intensamente defendida pelo filosofo e educador brasileiro Paulo Freire, ainda na década de 60. Freire trouxe uma metodologia pedagógica inovadora com práticas

que despertava no aluno a relação da natureza humana com o mundo, com práticas de ensinar humanizada e pedagogicamente lúdicas.

Com uma visão humanizada, os professores puderam atingir melhor os seus objetivos didáticos, fortalecendo suas respectivas práxis, o que contribui diretamente para uma formação autônoma do estudante. Criar possibilidades e estratégia didática acessível, proporciona ganhos em termos de criatividade e a expressão do intelecto. A arte se mostra como uma forte aliada, neste processo, contribuindo para a formação processual da vida escolar de forma crítica.

Para Hilal, em cada nome há uma recordação, uma vivencia e uma vida. A realização de um trabalho coletivo seria uma forma de poder aproximar os jovens da arte e contribuir para suas reflexões e as perspectivas de futuro (Neusa, 2016).

O PROCESSO

O projeto artístico até a culminância com a exposição *Constelações*, foi vivenciado em dois processos: formação de professores e execução do projetos com apoio dos alunos. A primeira etapa iniciou com a preparação dos diretores e professores de sete escolas da rede estadual de educação do município de Vitória. A formação foi desenvolvida "com intuito de acercá-lo da experiência com a arte, da "constelação", da evocação da memória pessoal ou coletiva, articulando a noção de identidade" (Neusa, 2016, p. 33). Com o apoio da secretaria de educação, foram promovidos encontros para que os docentes pudessem aprofundar-se ao projeto, capacitando-o com preparação teórica e oficinas de fabricação do papel artesanal (Figura 2).

Os professores produziram a pasta à base de papel triturado misturado com pigmentos. Desenvolveram uma parte da receita original e fizeram adaptações para o ambiente escolar. O projeto contou com o apoio da equipes pedagógicas, que foram preparados para conduzir juntamente com os professores todo processo produtivo e criativo dos alunos.

O experienciar na segunda etapa, seguiu com as vivencias desenvolvidas ao longo de dois meses.Sob a orientação dos arte-educadores e o apoio pedagógico. Os alunos colocaram literalmente a mão na massa (Figura 2).

Figura 02: Hilal Sami Hilal e alunos no processo de criação dos nomes com massa de papel artesanal

Fonte: https://maesmuseu.wixsite.com/maes/single-post/2016/08/04/pal%C3%A1cio-anchieta-o-universo-po%C3%A9tico-da-exposi%C3%A7%C3%A3o-constela%C3%A7%C3%B5es-de-hilal-sami-hilal Acesso: 18/11/21

Os professores envolvidos tiveram o cuidado com as práticas, proporcionando as experiências no decorrer do projeto, que não foi organizado de cima para baixo, mas, foi desenvolvido a partir de encontros e conversas que alavancou e proporcionou as trocas de experiências e reflexões entre os alunos. Destacamos aqui a importância do diálogo e da aproximação do docente com o discente.

Fundamentado neste pensamento, Larrosa argumenta que,

> Nomear o que fazemos, em educação ou em qualquer outro lugar, como técnica aplicada, como práxis reflexivas ou como experiência dotada de sentido, não é somente uma questão terminológica. As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras (BONDÍA, 2002, p. 21).

Ainda segundo Larrosa, as palavras geram incentivo e como elas são expostas, carregam muitos poderes, pois é dotada de força e "produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. [...] Creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco" (BONDÍA, 2002, p 21).

Uma formação sólida, fundamentação teórica e empírica, com uma visão humanizada, o professor pode atingir melhor seus objetivos didáticos, fortalecendo suas respectivas práxis, o que contribui diretamente para uma formação mais humana,

propondo “possibilidade, digamos que mais existencial (sem ser existencialista) e mais estética (sem ser esteticista), a saber, pensar a educação a partir da experiência/sentido” (BONDÍA, 2002, p.19).

Esta visão do aluno protagonista permite que o professor possa explorar os saberes, transformando em conhecimento e experiência que os levam a compreender o processo artístico como uma manifestação espontânea, fortalecendo os laços pessoais e interpessoais.

Depois de alguns testes da receita de papel artesanal, técnicas aprimoradas e maturação poética, as experimentações deram lugar às produções cheias de significados, tecendo questões plásticas, estéticas e reflexões filosóficas relacionadas à matéria e memória. O processo fabril ocorreu nas escolas, apinhado de memórias afetiva. A principal proposta do projeto *Constelações* foi tornar possível as vivências artístico-pedagógicas.

A produção da pasta de papel foi vivenciada pelos alunos e professores, para a confecção dos nomes carregados de afetos e reinventado como suporte de todo processo criativo - um processo acompanhado de diálogos, trocas e vivencias.

A receita da massa de papel é pastosa e resistente, e com o auxílio de uma bisnaga de confeiteiro diretamente sobre a mesa escolar ou suporte plástico, tornou-se possível para os alunos caligrafarem seus nomes e outros nomes com relações afetivas.

A estrutura plástica e estética dos fios de papel exprimidos das bisnagas e criadas pelos gestos caligráficos dos alunos permitiu uma experiência visual comparada a uma trama de nomes interligados uns ao outros – uma constelação.

As confecções dos nomes ganharam espaço, saindo da posição suporte, conferindo-lhes outros significados. Sendo como redes conectadas em traços firmes, sem saber onde inicia e onde termina a dança gestual de conexões, rompendo barreiras entre o real e o simbólico, não somente da plasticidade, mas da subjetividade do processo poético do artista.

Nas paredes laterais foram instaladas as mantas com uma composição de nomes colados um a um, conectados e dando uma sequência contínua. A texturas, graduações, cores e tons, oportunizou experiências e despertou assimilações simbólicas de um meio interestelar. Os gestos caligráficos, surgem carregados de propostas e subjetividades materializadas em pasta de papel. (Figura 3)

Figura 03: Exposição coletiva Constelações. Hilal Sami Hilal. Palácio Anchieta, ES

Fonte: <https://maesmuseu.wixsite.com/maes/single-post/2016/08/04/pal%C3%A1cio-anchieta-o-universo-po%C3%A9tico-da-exposi%C3%A7%C3%A3o-constela%C3%A7%C3%B5es-de-hilal-sami-hilal>Acesso: 18/11/21

A instalação *Constelações* preenche uma sala do espaço expositivo do Palácio Anchieta. Os painéis foram compostas por cerca de 10 mil nomes e cada escrita com sua originalidade, recordações, memória, identidade, pertencimento e arte. Fixados em tecidos leves e translúcidos, os nomes entrelaçam entre o suporte e a escrita, aglomerado de linhas que se interligam em informações e acúmulos, causando uma sensação de preenchimento e ganharam uma amplitude com a instalação de um grande espelho no teto, Hilal insere o próprio espectador como parte da constelação de nomes.

A instalação, sugere a ideia de memória a partir da plasticidade compositiva da exposição e convida o espectador para as relações afetivas que perpassada por uma sensação de pertencimento. É um espaço de projeção do imaginário, da linguagem e dos sentidos interpretantes.

> Tais assinaturas, realizadas em papel artesanal aplicada sobre organza branca cobrindo toda a intenção da parede da galeria, tendem a diminuir o tamanho do espectador diante de sua escala e sua mono mentalidade. Desse gesto único evocasse um grande manto. As caligrafias torna-se contágios, um campo propício para a multiplicação de relações que vão além de redes de significantes, evocam conceitos, corpos, gestos, imagens [...], Trazendo consigo memórias afetivas inundadas de lembranças e marcas vividas [...] (NEUSA, 2016, p. 27).

A obra *Constelações* transcendem a objetividade matérica, permeada pelas relações subjetivas. A ideia de pertencimento que trabalhamos neste estudo interartístico, remete além dos aspectos anatômico-imagético, cruzamentos de ordem simbólica. Essas conexões estão relacionadas imageticamente aos laços afetivos familiares, que por meio da simbologia do suporte, que sugere uma subjetividade nos sentidos convertidos em redes de papel.

AS RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA NOS DESDOBRAMENTOS POÉTICOS DA INSTALAÇÃO *CONSTELAÇÕES*

Os diálogo e ligações relacionadas com a matéria norteiam as experimentações de Hilal, e a partir dos conceitos filosóficos de Henri Bergson, trouxemos reflexões sobre *memória,* relacionadas ao seu processo criativo, evidenciando um conjunto de fenômenos estéticos, poéticos, filosóficos, compondo diálogos com as ideias interartísticas em seu processo de poético.

Hilal dialoga com aspectos simbólicos, principalmente aqueles vinculados à ideia de memória. A exposição *Constelações* conversa com experiências vivenciadas, talvez relacionadas com esse passado, presente e futuro.

Nas mantas caligrafadas, os alunos depositaram suas experiências em diferentes planos: suas saudades, lembrança, memórias, que transcendem o caráter matérico e a objetividade de uma tradução.

Definindo como essência da nossa existência, *tempo* e *memória* adquire uma importância extraordinária. Somos seres muito mais de memórias do que do presente; temos muito mais passado do que presente e, portanto, aquilo de que recordamos é o que de fato nos constitui (Henri, 1991).

Para Henri Bergson (1991), essa consciência teria ações e proporções semelhante na relação com o passado e com o futuro. A forma como a memória age nesse processo situa o presente e o passado, que são separados por uma linha tênue. A tese bergsoniana argumenta que “a todo o momento completamos a experiência presente enriquecendo-a com a experiência adquirida e, como esta não cessa de crescer, acabará por receber e submergir a outra” (BERGSON, 1991, p. 49).

CONCLUSÃO

A existência humana e todos os seus elementos subjetivos encontram-se imersos em um mundo codificado pelo próprio homem e todas as experiências (boas e ruins) que o atravessam, criando, a partir de suas reminiscências esse território imagético particular e singular que se faz presente diariamente.

A lembrança espontânea, é algo que nem o tempo pode apagar, fica conservado na memória. O filósofo Henri Bergson chamou esse processo de *imagem-lembrança.* Podemos assim dizer que, as vivencias, o desgaste e os remendos, as marcas da temporalidade são imagens de uma lembrança que o artista buscou com a proposta da exposição coletiva *Constelações*. Tais imagens-lembranças surgem como processo, devido a um conjunto de ações e construções de um espaço impregnado pelas vivencias, das memórias enraizadas. Nesse sentido, o uso de materiais, apropriação, intervenção e combinações, transformam o processo criativo em uma relação de diálogos com o tempo e a memória.

Os estudos interartísticos da obra *Constelações* dialoga com os aspectos simbólicos tomados por ideias subjetivas que se entrelaça com as experiências pessoais de ambos (artista-alunos e espectador) que traduzem e materializam a sua imagética.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos Utópicos.* Belo Horizonte: C arte, 1998.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória.* 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BONDÍA, Jorge L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação.* Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 20-28, Abr. 2002.

HERKENHOFF, P. *Seu Sami:* Hilal Sami Hilal. São Paulo, 2008.

MARIA APARECIDA, R. *A poética de Hilal Sami Hilal:* Páginas, livros, gestos caligráficos e escrituras. Vitória: EDUFES, 2015.

NEUSA, M. *Constelações:* Hilal Sami Hilal. Vitória, 2016.

Capítulo 7

O BLOG COMO METODOLOGIA ATIVA ESTRATÉGICA APLICADA À LEITURA E À PRODUÇÃO TEXTUAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Maria Nazaré Ribon Silva

O BLOG COMO METODOLOGIA ATIVA ESTRATÉGICA APLICADA À LEITURA E À PRODUÇÃO TEXTUAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Maria Nazaré Ribon Silva

Graduada em Letras – Português/Português. Mestre em Educação pelo Instituto IPLAC - Cuba. Professora de Língua Portuguesa efetiva da rede pública estadual. Atualmente, atua como professora do Atendimento Educacional Especializado - AEE.

E-mail: nazareribonsilva@hotmail.com

CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/1143785802367605

RESUMO

Este artigo visa demonstrar de forma clara e objetiva a importância de se aproveitar os avanços tecnológicos como recursos para melhorar o atendimento metodológico ao aluno público-alvo, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas públicas estaduais, em especial o aluno com Deficiência Intelectual (DI) leve. Para isso, pensou-se em utilizar o Blog para melhorar as estratégias de leitura como seleção, antecipação, de inferência, de verificação e produção de textos dentre outras. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para se buscar a fundamentação teórica sobre uso do Blog como metodologia ativa para incentivar a prática da leitura e a produção de textos de diferentes gêneros textuais, narrativos, descritivos, instrutivos e argumentativos por meio da prática intensa de leitura silenciosa, situações-problema, elaborações de início, meio ou final para história, quebra-cabeça de textos, ilustrações, encenações, aulas práticas, gravação de vídeos, apresentações em sarais dentre outras. Considerando-se para isso que as estratégias de leitura são técnicas ou métodos que os leitores usam para adquirir a informação, ou ainda procedimentos ou atividades escolhidas para facilitar o processo de compreensão em leitura. A avaliação poderá se dá por meio da observação e análise prática de leitura e escrita, por parte dos alunos com DI leve, suas atitudes e comportamentos perante a prática leitora, análise das produções textuais de acordo com os gêneros trabalhados e a gramática e os registros por meio de fotografias e vídeos.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Aluno com Deficiência Intelectual Leve. Blog como Metodologia Ativa. Estratégias de Leitura.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate clearly and objectively the importance of taking advantage of technological advances as resources to improve the methodological service to the target audience student, of the Specialized Educational Service (AEE) of state public schools, especially the student with Disabilities Intellectual (ID) light. For this, it was thought to use the Blog to improve reading strategies such as selection, anticipation, inference, verification and production of texts among others. For this, a bibliographic

research was carried out to seek the theoretical foundation on the use of the Blog as an active methodology to encourage the practice of reading and the production of texts of different textual, narrative, descriptive, instructive and argumentative genres through intense practice. of silent reading, problem situations, beginning, middle or end elaborations for the story, text puzzles, illustrations, role-plays, practical classes, video recording, presentations in parties, among others. Considering that reading strategies are techniques or methods that readers use to acquire information, or procedures or activities chosen to facilitate the process of reading comprehension. The assessment can be done through observation and practical analysis of reading and writing, by students with mild ID, their attitudes and behaviors towards reading practice, analysis of textual productions according to the genres worked and grammar and records through photographs and videos.
Keywords: Specialized Educational Assistance. Student with mild intellectual disabilities. Blog as active methodology. Reading strategies.

INTRODUÇÃO

Quando um indivíduo se propõe a realizar uma leitura, ela já tem em seu pensamento a que tipo de assunto pretende se dedicar, se é esporte, religião, sociedade, romance, tecnologia, economia, cidade, política, comida, dentre outros. Assim tem também definido o gênero textual, se literário ou não, narrativo, informativo, instrutivo, descritivo, argumentativo; o suporte sobre o qual este chegará às suas mãos, se revista, jornal, livro, sites, *blogs*, *WhatsApp*, *Facebook*, *Twitter*, sites, bula de remédio, instruções de montagem, receitas culinárias...

Ao se deparar com o texto, o título, na forma de manchetes, já convida o leitor para dentro do assunto, assim como as gravuras, os resumos, o prefácio e outros recursos utilizados pelo escritor. Todos estes instrumentos se transformam em uma forma de chamamento para que o leitor mergulhe e continue lendo o texto até o final.

O leitor, ao se propor a ler, tem definido em seu pensamento o principal objetivo a que se dedica, se é para buscar informações, confirmar ou refutar uma hipótese levantada antes da leitura, montar um aparelho, fazer uma receita, ministrar remédio para um doente, conhecer opiniões de outras pessoas, saber notícias do que se passa em sua cidade, país ou no mundo, estabelecer e manter diálogos com outras pessoas. Assim, como pode, também, ler para ilustrar, ler para parafrasear, recriar e parodiar, encenar, meditar, estudar, se divertir, etc. Enfim, ele monta sua estratégia de leitura, realiza a leitura e alcança o seu objetivo.

Silva (1998) responde, nesse contexto, o seguinte questionamento: Por que ler? Para ele, a leitura alcança 3 (três) categorias básicas, a destacar: a informação, o conhecimento e o prazer.

> ✓ *Categoria Informacional* – me mantém atualizado acerca dos acontecimentos que ocorrem ao meu redor, por meio de jornais e revistas.
> ✓ *Categoria epistemológica* – pesquisa e estudo, estudo permanente.
> ✓ *Categoria vinculada ao prazer, estético* – conduz à poesia e a outros gêneros literários (SILVA, 1998, p. 55).

Mas, para ser leitor, é preciso aprender a ler e, sobretudo, encontrar na leitura a fonte inesgotável de informação, conhecimento e prazer que se busca. Na continuação, o mesmo autor faz a seguinte colocação em relação à formação do aluno leitor:

> A formação do gosto pela leitura depende do conjunto de interações, do circuito educativo em torno dos livros, sendo que todas as pessoas envolvidas no processo (incluindo bibliotecários, professores e pais etc.) precisam conhecer os referenciais pretendidos pelas obras, sentir a beleza da palavra literária, precisam viver, na prática o prazer da leitura (Op.Cit.).

Então, se o objetivo, da escola é formar cidadãos capazes de buscar na leitura as informações de que necessitam para realizar determinada atividade, de se interessar em adquirir conhecimentos sobre o mundo que os cercam e se mostrarem capazes de usar a leitura com fonte de prazer e entretenimento, é preciso que ela aplique estratégias que fortaleçam esta prática, principalmente, com os alunos com Deficiência Intelectual leve, considerando que a leitura é uma fonte de conhecimentos linguísticos e informações que contribuem tanto para ampliar o léxico do aluno, como também os seus conhecimentos teóricos sobre diferentes assuntos.

Isso porque, nenhuma pessoa consegue dar sua opinião, por meio da linguagem escrita, ou até mesmo por meio da fala, se ele não tiver conhecimento sobre o assunto que pretende abordar; sobre as pessoas para quem vai escrever ou falar; sobre o tipo de texto que precisa usar para mandar o seu recado ou expressar sua opinião.

Izabel Solé (1998), a esse respeito, argumenta que, "no âmbito do ensino, é preciso que meninos e meninas aprendam a ler com diferentes intenções para alcançar objetivos diversos. Dessa forma além de aprenderem ativar um grande número de estratégias, aprendem que a leitura pode ser útil para muitas coisas" (p. 42).

Nesse sentido, ler torna-se fundamental, tanto para o desenvolvimento cognitivo quanto afetivo, uma vez que, ao se deparar com o assunto que lhe interessa, o texto despertará a vontade de querer ler e chegar até o final. Esse querer é a peça central de todo processo de ensino-aprendizagem. Só aprende aquele que quer aprender. Nesse ínterim, professor precisa trabalhar estratégias que incentivem esse querer aprender, em especial através do ato da leitura, comentando trechos de livros lidos, declamando pequenas poesias, haicais, levando letra de músicas para serem lidas e apreciadas. Mostrar que ele também aprecia o texto lido, conversando sobre o tema, sobre o escritor, sobre as ilustrações, sobre trechos intrigantes e outros porquês da história, os assuntos e os tipos de textos utilizados para abordá-los. Tudo isto faz como ele convença mais do que só pedir para que o aluno leia, por exemplo, para depois cobrar na forma de perguntas na avaliação formal.

Como disse Marisa Lajolo citada por Ezequiel Theodoro da Silva (1994),

> [...] Sem professores que leiam, que gostem de livros, que sintam prazer na leitura, muito dificilmente modificaremos a paisagem atual da leitura escolar. (...) Mesmo com o preenchimento de todos os quesitos ideais para a efetivação da leitura na escola, sem a presença de professores devidamente instrumentalizados em comunicação escrita, não existirá a mínima possibilidade de transformação e avanço (LAJOLO, 1982 citada por SILVA, 1994, p. 22).

É sabido, que antes praticar o ato de ler, o leitor faz a seleção do texto, se romance, conto, notícia, receita, novela, artigo científico, poemas, haicais, consegue fazer a antecipação sobre o assunto que será tratado no texto, por meio do título, resumos, orelhas do livro, da superestrutura e do gênero textual. À medida que ele vai lendo, ele vai fazendo inferências no texto, utilizando-se para isso de seus conhecimentos prévios, faz a verificação se a hipótese levantada na antecipação foi verdadeira ou não. Por fim, ele produzirá seu próprio texto intuitivo, por escrito ou por meio da discussão, tomando partido, refletindo ou discutindo com outras pessoas, o assunto tratado no texto, pois, a leitura lhe proporcionará a ampliação de seus conhecimentos em relação ao tema lido, ampliando, assim, o seu vocabulário linguístico.

No entanto, se o professor desconhece esse percurso, essas estratégias, dificilmente conseguirá criar situações didáticas que se concretizem, uma vez, só se consegue fazer aquilo que se conhece e se domina. Se o professor apenas diz ou cobra a leitura e a escrita porque ouviu falar que são importantes ou porque o sistema cobra dele

resultados neste sentido, não terá como convencer seu aluno de que a leitura e a escrita são práticas sociais fundamentais para a formação humana e para o desenvolvimento afetivo e cognitivo.

SELEÇÃO, ANTECIPAÇÃO, INFERÊNCIA, VERIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO: ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A PRÁTICA DA LEITURA E DA PRODUÇÃO DE TEXTOS

Como o processo de ensino-aprendizagem começa muito cedo, o professor poderá planejar estratégias de ensino da leitura para crianças desde tenra idade, de modo que elas cresçam sendo testemunhas de práticas de leitura positivas e prazerosas. Por isso, ao incentivar os alunos a ler, o professor precisa considerar a idade, os temas de interesse, o nível de aprendizagem, pois, ao se oferecer textos muito longos para alunos com nível de aprendizado das séries iniciais, corre-se o risco de não conseguirem ler e desanimar nas primeiras páginas. Assim como, corre-se o risco ao oferecer livros curtos e muito fáceis para alunos que já estão em um nível mais avançado de aprendizagem, e ele achar a leitura sem graça. Antes de se propor a oferecer textos para a leitura, o professor precisa considerar alguns critérios.

> Estratégias de leitura são técnicas ou métodos que os leitores usam para adquirir a informação, e para facilitar o processo de compreensão em leitura. São planos flexíveis adaptados às diferentes situações que variam de acordo com o texto a ser lido e a abordagem elaborada previamente pelo leitor para facilitar a sua compreensão (DUFFY & Cols., 1987; BROWN, 1994; PELLEGRINI, 1996; KOPKE, 2001, s.p.).

Para melhor analisar os textos que serão oferecidos aos alunos, entretanto, o professor precisa ter como ponto de partida essas e outras considerações, principalmente as fases da leitura. Neste livro são consideradas as definições de Schli-ebe-Lippret e A. Beinlich citados por R. Bamberger (2000), com relação à adequação do texto, considerando o interesse em cada uma das fases desenvolvimentais da criança:

> a) Idade dos livros de gravuras e dos versos infantis (2 a 5 ou 6 anos): Fase inicial integral-pessoal, egocêntrica. A criança faz pouca distinção entre o mundo interior e o exterior; só experimenta o meio em que vive em relação a si mesma (idade do pensamento mágico). Durante seu desenvolvimento dá-se a separação entre o ego e o meio ambiente. Os

> livros de gravuras ajudam quando apresentam objetos simples, sozinhos, retirados do meio em que a criança vive. O passo seguinte consiste em agrupar objetos que costumam estar juntos e mostrar a criança relacionando-se com várias coisas do meio. A criança se interessa menos pela ação do enredo do que pelas cenas isoladas. Gosta dos versos infantis por causa do ritmo, da vigorosa plástica das ideias, do ritmo do jogo com as palavras e seus sons. O seu primeiro interesse pelo conhecimento factual é satisfeito pelo mais simples dos livros de gravuras de não-ficção. Com os primeiros sinais de independência e desafio (4 anos de idade), brincadeiras independentes com livros de gravuras também são importantes para propósitos educacionais.
> b) Idade do conto de fadas (de 5 a 8 ou 9 anos). Idade de leitura de realismo mágico. Nessa fase do seu desenvolvimento a criança é essencialmente suscetível à fantasia. Isso é válido para todos os temas escolares, até para a geografia e a ciência. No começo desse período a criança gosta principalmente de contos de fadas que representam um ambiente que lhe é familiar. Quando menos se identifica com as personagens dos contos de fadas mais as aprecia como brincadeiras da imaginação, mas ela irá preferir personagens e histórias de um mundo distante de maravilhas. O prazer que encontra no ritmo e nos versos e o amor pela poesia continuam os mesmos.
> c) Idade das histórias ambientais ou da leitura factual de (9 a 12 anos). Construção de uma fachada prática, realista, ordenada racionalmente, diante de um pano de fundo mágico-aventuresco-pseudo-realisticamente mascarado.
> d) Idade da história de aventuras: realismo aventuresco ou a fase de leitura não-psicológica orientada para o sensacionalismo (12 a 14 ou 15 anos). Durante os processos de desenvolvimento pré-adolescente, a criança, pouco a pouco, toma consciência da própria personalidade; afrouxa ou desfaz elos anteriores (segunda idade de independência e desafio). Esta é a idade em que predominam as demonstrações de agressividade e a formação de gangues. O interesse dos leitores pode ser despertado principalmente através do enredo, dos acontecimentos e do sensacionalismo. Em se tratando de menina, a criança rebelde.
> e) Os anos de maturidade ou o desenvolvimento da esfera estético-literário da leitura (14 a 17 anos). Descobrimento no próprio mundo interior de egocentrismo crítico, desenvolvimento de um plano de vida, desenvolvimento de várias escalas de valores (SHLIEBE-LIPPERT e BEINLICH apud BAMBERGER, 2000, pp. 33-35).

Além da trama, do enredo, a forma e o conteúdo também são valorizados como material de leitura. O interesse pelo mundo exterior é substituído pela participação no mundo interior e no mundo dos valores. Interesse de leitura: aventura de conteúdo mais intelectual, livros de viagens, literatura engajada, material factual que frequentemente se relacione com preferências vocacionais.

O que vem a ser esse processo de seleção?

Pode-se dizer que é aquele instante depois que leitor decide que vai ler e, por meio de um processo cognitivo vai selecionando possíveis temas que ele precisa ler a partir

daquele instante, impulsionado pela pergunta: *Para que vou ler?* Ele, então, é motivado por um objetivo, se vai ler para adquirir informações sobre determinado assunto, se é para adquirir conhecimentos ou simplesmente, se é para ler por deleite e por prazer. Assim decidido, intuitivamente, ele selecionará o suporte do texto, se sites, jornais, revistas, livros, folhetos, blogs, assim, como traçará a superestrutura do texto, se livro científico, se notícias, contos, romances, novelas, propagandas, receitas, leis, instruções, de acordo com o tema e os assuntos que ele quer ou precisa ler. Mas, isso acontece quando o aluno já é leitor e consciente da importância desse ato para sua auto formação e auto educação contínua.

Silva (1994), no entanto, faz a seguinte observação em relação à metodologia dada ao texto, depois que esse foi selecionado para a leitura:

> [...] Tem-se que os textos selecionados sejam devidamente discutidos. Sem organizar os conteúdos do conhecimento, teremos uma abordagem livresca no processo educativo. Essa abordagem, por sua vez será autoritária e geradora de medo ou do individualismo, movido por conveniências oriundas da própria situação (SILVA, 1994, p. 7).

Aqui também se pode acrescentar que o texto deve não somente ser discutido, mas também ilustrado, recriado, parodiado, parafraseado, encenado, declamado, sintetizado, resumido, criticado, ampliado. Assim procedendo, ele toma vida, movimento e torna a aula mais dinâmica, desafiadora e interessante para o aluno.

No entanto, se o professor não souber tratar o texto em sala de aula com o devido cuidado metodológico, ele corre o risco de mistificar aquilo que está posto, como se fosse uma verdade absoluta, sem possibilidade de ser questionado e criticado. Desta forma, a possibilidade de formar aluno leitor pode se tornar nula ou quase nula. Discutir é fundamental para que o aluno jamais se sinta preso e passe a entender que a ciência evolui e que, o que se aproxima de uma verdade hoje, poderá não ser ou estar muito distante de o ser daqui a algum tempo. Essa postura faz com que o aluno, como cidadão, passe a questionar não só aquilo que está escrito, mas a realidade na qual está inserido e passe a ver, com isso, possibilidades de mudanças e avanços não só nos aspectos externos, mas até com ele mesmo, em seus aspectos intrínsecos, afetivos e cognitivos.

Como o objetivo do professor é formar um aluno leitor e escritor independente, é preciso que ele tenha a noção de como se aplicar esses princípios e metodologias que permitam, além da seleção do texto, uma discussão dinâmica e ativa por parte dos alunos.

Entretanto, antes de tudo, é necessário que ele faça a avaliação diagnóstica para que possa ter uma noção aproximada sobre o nível de leitura em que os alunos se encontram e, sobretudo, os temas de interesse. Convém lembrar que, em virtude da Deficiência Intelectual, às vezes, eles conseguem ler livros destinados aos alunos com menor idade, por causa do tanto de páginas e as gravuras. No entanto, é preciso lembrar que os temas abordados no texto precisam estar em correspondência com a maturidade psicológica deles, ou seja, se apresentam maturidade de adolescente, é preciso oferecer os assuntos adequados, não infantilizados.

Uma conversa informal do professor com o aluno e a disponibilidade de livros diversos para a leitura, com resumos, prefácios, contribuirá para que o aluno selecione o livro que irá ler, pois, o ajudará a antecipar que tipo de texto pretenda ler. Por exemplo, se o professor disser, este é um livro de contos de terror, essa informação permitirá que o aluno tenha a ideia de que ele encontrará personagens e situações que vão lhe provocar medo. Se o professor disser que são contos de fada, ele saberá que no livro sobre o qual estão argumentando e planejando a leitura, a história é romântica e cheia de encantamento.

Afinal, o que é a antecipação?

É quando se torna possível prever o que estar por vir, quando o leitor visualiza o suporte, faz a leitura de resumos, manchetes, títulos, prefácios. É preciso considerar que o aluno tem toda a liberdade de desistir e escolher outro texto para ler, caso aquele primeiro não lhe desperte o interesse e a vontade de continuar lendo, à medida que avança na leitura. Isto acontece, porque à medida que ele lê, faz inferências estabelecendo interação entre os seus conhecimentos e o tema do texto e, caso ele descubra que aquele assunto não é importante ou o livro é fácil demais ou *complexo demais*, poderá escolher outro que consiga ler, que creia estar ao seu alcance e que promova o nível desafio, considerado [*por ele mesmo*] como sendo o ideal. A esse respeito, Izabel Solé (1998, p. 42) faz a seguinte ponderação: “Para que uma pessoa possa se envolver em uma atividade de leitura é necessário, que sinta que é capaz de ler, de compreender o texto que tem nas mãos, tanto de forma autônoma como contando com a ajuda de outros mais experientes que atuam como suporte e recurso.”

Mas, o que são inferências?

Pode-se dizer que são as deduções levantadas pelo leitor, à medida que se embrenha no texto; mas, que não estão representadas pelas palavras escritas no texto. É

a leitura implícita, por exemplo: “Era um homem alto de, aproximadamente, uns 50 anos, cabelos encaracolados e, que tinha a pele amarelada quando chegou ao hospital. A filha, que estava ao seu lado, mesmo que de forma velada, chorava.” Para que tem algum tipo de conhecimento sobre as doenças que afeta o Ser Humano, enquanto lê pode inferir que esse homem pode estar com problemas hepáticos muito sérios. No texto, essa informação não ficou explícita; mas, as pistas dadas por ele levam o leitor a fazer esse tipo de inferência. Vale lembrar que, quanto mais conhecimentos prévios se disponha sobre o assunto, mais inferências o leitor consegue fazer. Esse processo é fundamental para que ele construa o significado, o sentido e a compreensão do assunto que foi lido.

O papel do professor, nesse processo, é fundamental, pois ele pode observar atitudes, analisar falas e depoimentos escritos ou orais por parte do aluno ou checar, através de perguntas simples e diretas, se o aluno realmente leu o texto e que tipos de inferências possíveis aconteceram, enquanto realizava a leitura. Além é claro, de tentar perceber qual foi a reação dele após concluir a leitura, se de satisfação ou insatisfação. Nesse ínterim, o professor também precisa observar e tentar entender porque o aluno não conseguiu concluir a leitura do texto, se o texto possui uma linguagem muito difícil, complexa; se o texto é muito longo ou se durante a leitura, o aluno verificou que aquele texto não tinha um assunto tão interessante quanto ele imaginava.

Outra estratégia de leitura, que o leitor se utiliza enquanto realiza o ato de ler é a verificação.

Mas, o que é a verificação?

Esse é o instante que permite que o leitor acione seus sentimentos e sensibilidade para julgar se o texto, que está lendo, atende exatamente ao objetivo inicial buscar informação, conhecer algo novo ou se distrair. Durante a leitura ele vai verificando se o que o autor escreveu sobre o tema acrescenta ou não mais informações àquelas que já possui e, se, sobretudo, são úteis para o que ele deseja. O mergulhar nas palavras, na estrutura do texto, em sua essência e seu enredo ou sua linha de pensamentos permite que o leitor vá refutando, ou não, as hipóteses que foram levantadas a partir do título, do resumo, manchetes e outras pistas deixadas pelo autor antes do texto em si.

E, finalmente, outra e não a última estratégia de leitura, a produção de texto.

A produção de texto acontece tendo também em vista alguns aspectos da coerência textual, o assunto, objetivo, público-alvo, tipo de texto que se vai produzir-se literário ou não literário, a linguagem que será usada, a estrutura, se versos ou parágrafos. Além do

mais, o suporte, se jornal ou livro físico ou on-line: sites blog, e-mail, Twitter, Facebook, plataforma de editora, mural, outdoor, folhetins, História em Quadrinhos por meio do qual ele chegará até o leitor. Há que se considerar também se será conto, romance, novela, receita, bula de remédio, folheto de propaganda, classificado, nota, lei, manual de instrução, notícia, editorial, resumos, síntese, prefácio dentre outros.

Nesse contexto, a produção de texto é o resultado final de todo o ato de ler, uma vez que, dentro de uma abordagem interacionista o texto tem seus limites expandidos em virtude dos conhecimentos prévios do leitor e, com isso, o próprio leitor terá seus conhecimentos ampliados através da leitura e do contato com o tema abordado no texto. São informações novas que são acrescentadas às anteriores; são visões mais aprofundadas sobre um determinado tema. Como uma via de mão dupla, o leitor enriquece sua opinião por meio da leitura do texto e o texto assume um caráter de hipertexto quando o leitor consegue, por meio de palavras e expressões, acrescentar sons e imagens descritos, a partir de sua experiência de vida de sua bagagem linguística.

Uma forma de se constatar essa teoria é imaginar, por exemplo, que cada leitor formará uma imagem diferentes diante do título *A Moreninha*. Só depois da leitura do livro é que dois leitores distintos podem imaginar uma mulher bem próxima da personagem criada e descrita pelo autor, Joaquim Manoel Macedo (1820-1882). Durante a leitura do enredo, as cenas descritas vão sendo formadas de acordo com os conhecimentos que o leitor tem da época e do lugar nos quais elas acontecem. Quem não conhece a Ilha de Paquetá e nem a cidade do Rio de Janeiro, não tem dados para se localizar no tempo/espaço, em relação aos próprios fatos e os pontos cardeais.

Como já foi afirmado, o leitor, ao se propor a prática da leitura de um texto, tem um objetivo, que pode ser de se informar, de adquirir conhecimento ou se de entreter-se, sentir prazer com a beleza e a estética da obra. Isto posto, vale lembrar que ao ser considerado esses objetivos em sala de aula, o professor terá muito mais possibilidade de testemunhar o seu aluno lendo. À medida que o aluno lê com atenção e dedicação, ele irá ampliar os seus conhecimentos sobre diferentes tipos de assuntos. Além disso, irá enriquecer o seu vocabulário e melhorar a forma de se expressar, tanto por meio da fala quanto por meio da escrita. E é nesse momento que o professor pode explorar essas novas descobertas, trabalhando e explorando tanto as produções textuais escritas, quanto a expressão oral através da realização de oficinas, técnicas de leitura e produção de textos.

E, o professor do AEE visualizando essas possibilidades de enriquecimento das estratégias de leitura, tornará sua práxis mais incentivadora e rica, com melhores condições de formar alunos com deficiência intelectual (DI) leitores e escritores, inserindo também, é claro, a tecnologia como recurso metodológico.

A LEITURA E A PRODUÇÃO DE TEXTOS COM ALUNO DEFICIENTE INTELECTUAL (DI) NO AEE COMO UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

Ao se ter contato com o texto para ser lido, principalmente o texto literário, como por exemplo, o conto de fadas, nos deparamos com diferentes situações inerentes ao texto narrativo, como personagem, fato, lugar, tempo, razão, consequências. Além da descrição física, psicológica, atitudinais, comportamentais, crenças, costumes, entretenimento do personagem (Língua Portuguesa, Filosofia, Sociologia, Antropologia), relato do fato (ficção) que originou a narrativa, o leitor encontrará situações que o inserirá em um lugar (Geografia) em determinado tempo (História), alimentos que eram servidos, animais que fazem parte do enredo (Ciências Biológicas). Há sempre um pano de fundo, por meio do qual é possível de fazer vários tipos de inferências, geralmente acionadas por palavras, olhares e atitudes descritas sobre os personagens, suas moradias e costumes.

Se for, por exemplo, o conto *Cinderela e os Sete Anões*, além da Língua Portuguesa, Geografia, História, dá para explorar a Genética, a Química do veneno da maçã, a Geologia (ninas dos anões), tipos de metais exploradas em minas, fundição do metal para fazer as espadas, os tipos de metais, a Física (a temperatura para fundir metais), Educação Física esporte como andar a cavalo, esgrima e toda essa abordagem poderá ter um caráter multidisciplinar, uma vez que é preciso considerar que onde há Ser Humano e Natureza é possível abordar, metodologicamente, todas as disciplinas. Essas podem ser trabalhadas por meio de pesquisas em sites, *blogs*, livros e enciclopédias *on-line* e, organizadas no formato de hipertextos.

Ao se criar um pequeno conto, o autor deixa a sua opinião sobre determinados temas, registrada nas entrelinhas, ou seja, quando ele diz, por exemplo, “Era uma vez, uma família pobre, que morava em uma casa muito humilde, mas que nunca deixava de frequentar a igreja, onde agradecia a Deus, pelo pouco pão de cada dia. Apesar de todas as dificuldades financeiras, a família viva reunida e feliz. O pai era um homem trabalhador, que enfrentava ônibus lotado todos os dias para ir até a fábrica de sapatos. Até que um dia

um motorista embriagado atropelou o filho mais novo. Foi um golpe muito duro para a família, pois o motorista fugiu do local sem prestar socorro."

Aqui dá para perceber que o autor pode ser uma pessoa que tem valores e que tem fé, e que mora em uma cidade, na qual há tráfego de automóvel, bebidas alcóolicas, pessoas irresponsáveis, mas também pode ser que não, ele pode ser ateu e, que pode ter lido ou ouvido uma notícia e resolveu transformá-la em um conto.

Há várias possibilidades para se criar textos. O professor poderá dar um início e explicar para o aluno, como dar sequência ao conto, utilizando-se dos conhecimentos que ele obteve por meio das outras disciplinas. Pode-se oferecer sequências de gravuras, técnicas como *Caixa Misteriosa*, textos para serem ampliados como o *Poema de Nunca Acabar*, para serem recriados como o poema *O Buraco do Tatu*, de autoria do escritor Sérgio Capparelli; transformação de notícias de jornal em contos e vice-versa; exibição de filmes por meio do quais pode-se trabalhar a produção de resenhas, resumos.

O mais importante nisso tudo, é o aluno perceber que existe uma gama de conhecimentos, que são trabalhados nas diferentes disciplinas e que poderá usar como recursos para criar e re-criar os seus textos. Por exemplo, a personagem pode ser uma Bióloga. Como ele sabe o que a biologia estuda, poderá usar esses conhecimentos para enriquecer seus textos. "Era uma vez um menino, que se chamava João, que morava em bairro rico da cidade grande e que era muito curioso. Um dia de tarde quando sua mãe fazia a janta, ele percebeu que a água na panela borbulhava e queria descobrir porque aquilo acontecia. No outro dia, ao chegar à escola, perguntou à professora o porquê daquele fenômeno. A professora aproveitou a pergunta dele, levou a turma até o laboratório de informática e lá realizaram uma pesquisa. Por meio da pesquisa ele descobriu que...". Subentendido no texto, está que a escola tinha recursos tecnológicos que permitiram a professora realizar a pesquisa. E quantas informações o aluno poderá colocar em seu texto, se o professor fizer as perguntas adequadas e criar um ambiente psicopedagógico adequado à criatividade e a inventividade dos estudantes?!.

É importante saber, que com o aluno DI leve, é possível se trabalhar com todas essas possibilidades, no ritmo dele, fornecendo os materiais de que ele precisa, dando orientações claras e objetivas, se possível contextualizar o enredo com fatos e situações da realidade na qual ele está inserido.

É importante que o professor trabalhe com todos os tipos de texto, uma vez que cada um cumpre uma função social, que é levar a ideia do autor ao receptor. No entanto,

aqui será aberto um espaço especial para o texto literário, uma vez que, por meio dele é possível se trabalhar não só com a informação, mais com a sensibilidade e os sentimentos. Em síntese, serão abordadas a importância da leitura literária para a formação da personalidade, segundo Morales (2000):

> **a) Fonte de Conhecimento:** Há um caráter utilitário da literatura como produtora de conhecimento artístico diferentes, sem dúvida, do conhecimento científico. Mediante a leitura literária o leitor penetre em mundos que se não são realidades são representações variadas dela, graças a imaginação dos autores, logicamente, tem seu suporte primeiro da realidade. A literatura oferece verdades sobre a natureza humana e a sociedade em que o homem se desenvolve. (...) ela é muito mais do que uma representação da realidade: ela constitui um enriquecimento dessa realidade.
> **b) Fortalecimento Espiritual:** A literatura possui uma grande força perlocucionária. Ela possui caráter perlocucionário, porque ao criá-la ou lê-la ela produz consequências ou efeitos sobre os pensamentos ou ações em quem a produz e em quem a ler ou ouvir. A tragédia produz emoções: compaixão e medo; compaixão pelo protagonista e seus sofrimentos e medo de o mesmo pode suceder com quem está lendo. O fato de saborear o texto, encontrar um ponto de união entre a mensagem que emana do universo da obra e o universo do leitor já é gratificante: ratifica a condição humana.
> **c) Desenvolvimento do Intelecto:** Ler não é um ato passivo, ele exige que o leitor ponha em funcionamento uma série de estruturas mentais, o que contribui para o seu desenvolvimento. É um meio para o desenvolvimento de seu poder de análises e de raciocínio, ensina a pensar e compreender a realidade com profundidade. A imaginação, a criatividade, reflexão são operações associadas à leitura e em especial a literatura, daí ela contribui para uma maior estruturação do pensamento.
> **d) Aperfeiçoamento Comunicativo:** Todo ato de ler é um ato de aperfeiçoamento do uso e manejo da língua, da comunicação. E como nossos estudantes leem pouca literatura, falam e escrevem cada vez pior. Mediante a leitura o leitor tem a possibilidade comprovatórias, da flexibilidade que fazem parte da língua, induzindo-o a fazer o uso inusitado, original dela. É uma maneira eficaz de aprender a estruturar orações de diferentes tipos, aumentar o vocabulário e pontuar corretamente. A leitura literária também aperfeiçoa os conhecimentos devido ao sistema cooperativo que se estabelece entre o leitor e o texto no processo de recepção.
> **e) Proporciona deleite:** A leitura literária proporciona conhecimento, fortalece espiritualmente, desenvolve o intelecto e aperfeiçoa a comunicação, deleitando. Entrar nas páginas de uma obra é um ato que conduz ao prazer, ao recreio do espírito; é um estímulo grato que provoca emoções e permite a entrada nos mundos que são propostos pelos textos e que o leitor enriquece com sua experiência e imaginação (MORALES, 2000, pp. 11-16).

Por essas e outras razões que os textos literários precisam ser trabalhados em toda a sua extensão, uma vez que, fragmentos e trechos de textos literários não fornecem ao leitor o encantamento, o mistério, o mágico, o suspense, a sensibilidade que o texto em sua totalidade carrega consigo. Quem se propõe a ler, precisa ser enredado pelo próprio texto e, isso o estimula a querer lê-lo até o final, pois, o autor cria estratégias quem prendem a atenção e a vontade de querer continuar. À medida que se lê vem sempre a pergunta: *o que será que vai acontecer com tal e tal personagens? Será que vão encontrar o caminho de casa? Será que vão descobrir o tesouro e ficar ricos?* Aqui, é possível uma abordagem multidisciplinar do ato de ler. Pois, além de convidar o leitor para dar a volta ao mundo, o texto o convida para mergulhar em seu próprio mundo e seu próprio eu.

Ainda vale lembrar que, o leitor se forma lendo e testemunhando alguém importante de seu círculo social também lendo; assim, é importante que sejam oferecidos textos que ele seja capaz de ler, textos que despertem sentimentos como amor, raiva, compaixão, medo, surpresas, mistérios; os melhores sentimentos na alma do leitor.

A RELAÇÃO METODOLÓGICA ENTRE A LEITURA E A ESCRITA E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL LEVE

O texto para ser texto, precisa ser completo, com todas as nuances e mistérios, com todos os seus convites e segredos, com todas as suas possibilidades de execução, com todas as suas possiblidades linguísticas e expressões da fala. O texto para ser texto precisa ser coeso e coerente à situação de comunicação para a qual ele foi escrito.

Não é raro, entretanto, se encontrar no meio das atividades oferecidas aos alunos com deficiência intelectual leve, textos que na verdade não são textos. Em geral, eles são um amontoado de frases, aparentemente organizadas num texto narrativo, pequeno, com linguagem fácil de ser lida; mas que, em essência, são desprovidos de encantamento e beleza.

Na maioria das vezes, são textos infantilizados, com títulos que não atraem a atenção e não despertam a vontade de ler. Pouca ou nenhuma informação pode ser adquirida por meio da leitura de tais panfletos. O objetivo mesmo da leitura é responder, ao final do texto, quatro ou cinco perguntas para que o professor descubra se o aluno entendeu o texto. Na verdade, não há muito para entender, só basta o aluno ir ao texto e copiar a resposta sem precisar pensar, pois as perguntas se limitam ao título do texto,

nome do autor, da personagem principal e o principal fato, sem nenhuma complicação ou clímax.

Pode se perceber por meio das atividades realizadas, que o ensino é baseado nos modelos ascendente e descendente de leitura; neles, há apenas a prática da leitura linear, baseada na decodificação mecânica das palavras e na repetição das informações do texto nas perguntas, sem nenhuma participação significativa ou afetiva por parte do aluno-leitor. É um ensino livresco, vazio de sentido e de dinamicidade, que não proporciona a interação entre quem lê e o texto.

O tratamento metodológico dado à leitura, no AEE, com os alunos com Deficiência Intelectual Leve, precisa respeitar os mesmos princípios de seleção, se considerando para isso a maturidade e o interesse do aluno e, sobretudo, deixar claro o objetivo, ou seja, se os textos são para serem lidos com o intuito de buscar informação, ampliar conhecimento sobre o tema ou para deleite.

Não se pode esquecer que além dos objetivos pessoais do leitor, é preciso considerar, também, objetivos que precisam ser alcançados durante todo o processo de ensino-aprendizagem da leitura para que este processo se torne eficaz. Segundo Richard Bamberger (2000), Staiger (1973), salienta quatro pontos que precisam ser considerados:

> a) Incentivo ao pleno uso das potencialidades do indivíduo em sua leitura, de modo a influir o máximo no bem-estar e levá-lo à auto-realização.
> b) Emprego eficiente da leitura como instrumento de aprendizado e crítica e também relaxamento e diversão.
> c) Ampliação constante dos interesses de leitura dos estudantes.
> d) Estímulos a atitudes que levam a um interesse permanente pela leitura de muitos gêneros e para inúmeros fins. (STAIGER, 1973 apud BAMBERGER (2000, p. 24).

Para que isso aconteça, os textos precisam ser bons e de qualidade inquestionável, no sentido de permitir que o aluno e leia e encontre informações que precisa, amplie seus conhecimentos em relação ao assunto pesquisado e se divirta com personagens e aventuras vividas por eles. Os textos, portanto, precisam ser na íntegra, para que o aluno possa ter contato com a obra de arte literária em toda a sua magnitude e grandiosidade.

Segundo recomendações oficiais arroladas em nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998, 2007), para alunos com deficiência intelectual, devem ser analisadas e postas em prática adaptações no currículo, que favoreçam um rendimento

escolar satisfatório e que leve em conta a ampliação dos seus processos cognitivos, visando a construção e o domínio da linguagem escrita.

Para que o AEE cumpra com essa determinação, se faz necessário levar a prática de leitura baseada no modelo interativo, se considerando para isso, que quando o aluno ler, acontece uma interação de mão dupla entre ele e o texto, ao mesmo tempo em que o texto tem seus limites ampliados em virtudes das inferências feitas pelo aluno à medida que lê. Neste sentido metodológico, o texto também amplia os conhecimentos prévios que o aluno trazia consigo, antes de ler o texto. Afinal, como diz Richard Bamberger (2000, p. 12), "todo ser humano pode ser ajudado pelos livros a se desenvolver à sua maneira, pode aumentar sua capacidade crítica e aprender a fazer escolha entre a massa de produção geral dos meios de comunicação", inclusive o aluno-alvo do Atendimento Educacional Especializado.

Nesse ínterim, é preciso repensar também, o tratamento metodológico dado ao texto, na rotina de sala de aula. Já foi observado, na prática, que o aluno com deficiência intelectual leve, no seu tempo, consegue recriar, parodiar e parafrasear textos, consegue produzir textos com o auxílio de sequências lógicas de desenhos; dar continuidade em poemas propostos, ilustrar, elaborar resumos de filmes, declamar poesias em sarau, organizar vídeos com apresentações de texto, cantar letras de músicas, inventar textos originais a partir de técnicas como a caixa mágica, encenar, organizar hipertextos por meio de pesquisas e orientações do professor dentre outras. Portanto, o professor mais do que nunca precisa repensar a sua práxis em relação ao tratamento metodológico dado à leitura no AEE e, sobretudo, atenção à qualidade dos textos que ele oferece para seu aluno ler.

O *BLOG* COMO METODOLOGIA ATIVA PARA MELHORAR AS ESTRATÉGIAS DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS COM ALUNO DI

O sistema educativo precisa inserir a tecnologia na rotina dos alunos como forma de motivá-los até a frequentar as escolas. Isso porque, muitas vezes, o aluno já está acostumado com o uso da tecnologia em seu dia a dia e não consegue acompanhar as aulas expositivas, nas quais só o professor fala. O uso de textos e livros didáticos que não conseguem despertar a vontade de aprender também é um agravante em relação à necessidade de se formar alunos leitores e escritores. Nesse caso, buscar recursos

tecnológicos como ferramentas para incentivar a participação ativa dos alunos nas aulas, pode fazer a diferença no processo de ensino aprendizagem, uma vez que, a tecnologia promove dinamicidade e atualidade nos planos de ensino.

A análise das diferentes redes sociais disponíveis permitiu entender que o uso do *Blog* mostra-se como sendo o mais ideal, uma vez que, sua estrutura organizada em páginas ilimitadas permite que sejam publicados textos poéticos, narrativos, notícias, fotos, vídeos dentre outros e, sobretudo, que sejam arquivados e ao mesmo tempo disponibilizados para o público, assim como para os próprios alunos, os resultados dos trabalhos realizados em sala de aula. Isso dá ao *blog* um caráter de portfólio eletrônico, que pode ser visitado e comentado pelos internautas.

Na visão de Maria Teresa de Assunção Freitas (2007)

> Na tela informática, o texto consegue assumir toda sua potencialidade. É o hipertexto proporcionado pela cibercultura que permite uma nova forma de leitura/escrita, estabelecendo nós, ligações com outros textos e autores, criando linhas variadas e interpretativas, fundindo o texto com a imagens e sons, concedendo a este uma dinamicidade que se concretiza na possibilidade de se realizarem diferentes percursos. Na tela do computador, o leitor seleciona o texto que reside numa reserva de informação possível, fazendo uma edição para si, uma montagem singular. Nesse sentido, seu ato de leitura é uma atualização das significações de um texto, já que a interpretação comporta também um elemento de criação pessoal (FREITAS, 2002, pp. 162-163).

Mas o que é o *blog*?

Segundo Ariene Velasco,

Um site que pode ser utilizado tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. A ferramenta é responsável por permitir que os usuários produzam conteúdo e distribuam ideias para outros internautas. Um blog possui uma estrutura bem diferente de outros sites, como os institucionais ou portais de notícias mais tradicionais. Ele pode ser disponibilizado na web tanto através de um endereço próprio (registrado pelo próprio dono do blog) quanto através de domínios estabelecidos por plataformas como o Medium, bastante usado nos dias de hoje (2018, s.p.).

E, uma das utilidades é no âmbito da educação como metodologia ativa, pois problematiza os conteúdos a serem pesquisados, estudados e produzidos pelos alunos.

Pois, para manter o blog atualizado é preciso ter assuntos e resultados de pesquisas, produções literárias para serem publicados.

Os *blogs* surgiram como uma alternativa aos espaços virtuais nos primórdios da internet, como fóruns e salas de chat, porque as pessoas começaram a sentir a necessidade de ter um espaço próprio onde divulgar suas ideias. Eles começaram a se popularizar no finalzinho dos anos 1990, ganhando ainda mais popularidade no início dos anos 2000 quando as primeiras plataformas de hospedagem gratuita de *blogs* começaram a surgir.

O termo vem de *weblog*, que significa algo como registro na web. Esse termo foi criado em 1997 por John Barger e abreviado para blog em 1999 por Peter Merholz, que, brincando com a palavra weblog, dividiu-a em duas partes para gerar a frase we blog (nós blogamos). Depois disso, aos poucos todo mundo adotou a abreviação e o termo blog foi disseminado, e os usuários mais comprometidos começaram a ser chamados de bloggers, ou, na versão brazuca, blogueiros. E foi nesse contexto que a plataforma *Blogger* se tornou uma das mais importantes daquela época, permitindo que qualquer pessoa criasse seu próprio blog gratuitamente. Por sinal, a PyraLabs, empresa que criou o *Blogger*, foi co-fundada por Evan Williams, que também é co-fundador do *Twitter* e criador do *Medium*.

No contexto escolar, os alunos podem produzir seus próprios textos e publicá-los no *blog*, assim como, podem explorar diversos assuntos em outros *blogs*. Para isso, eles precisam acessar ter o endereço eletrônico, acessar a rede de Internet, digitar o endereço e navegar pelas páginas do *blog*, abrindo os títulos de acordo com o seu interesse. Pode-se chamar a todo esse processo de metodologia ativa, uma vez que, ele se mantém participativo e envolvido na atividade o tempo todo. No entanto, pelo fato de haver regras para a publicação em *blog*, é preciso que o professor detenha a senha de acesso, corrija os textos e monitore as publicações, evitando-se desse jeito, ferir os princípios da Ética e da Moral.

Vale lembrar que para elaborar textos, os alunos precisam ser constantemente desafiados na prática da leitura. Isso porque não há como escrever sem ter assuntos. Para isso, o professor precisa oferecer diferentes tipos de textos vinculados em diferentes suportes, que podem ser sites, livros, e-books, Revistas em Quadrinhos, *blogs*, jornais, revistas dentre outros. Além disso, é preciso trabalhar com as regras gramaticais, no momento em que os alunos vão reescrever os seus textos para a publicação. Como já foi dito, a internet permite a criação de hipertextos, nesse sentido, o próprio aluno se sentirá mais motivado com a possibilidade de produzir, também, os seus hipertextos,

enriquecendo-os com imagens, sons, para dar a eles maior dinamicidade e atrair leitores para o blog, mantido por ele e o professor, no qual seus textos estão sendo publicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como instituição responsável pela formação das futuras gerações, a escola como instituição pública e privada não pode perder de vista a necessidade de se atualizar, no sentido de inserir recursos tecnológicos em sua rotina, para atender o interesse da demanda, seja aluno com deficiência ou aluno sem deficiência, que se atualiza a passos largos, com os recursos de fora da escola.

É preciso se considerar que o papel da escola é formar o cidadão que seja capaz de continuar aprendendo mesmo depois de concluir o seu estudo. Para isso, é preciso se considerar o tratamento metodológico que é dado à leitura e a produção de texto, pelo corpo docente, em especial o professor do AEE, para com o aluno Deficiente Intelectual Leve.

Além de traçar objetivos bem claros para o ensino da leitura e da escrita, o professor precisa se utilizar de redes sociais, por exemplo, o blog para incentivar o aluno a querer aprender mais, dar visibilidade ao seu trabalho e, sobretudo inserir a tecnologia de forma positiva dentro do processo de ensino aprendizagem.

Além do mais, não se pode perder de vista a importância de se conhecer o aluno, seu interesse, seu contexto social, o seu projeto de vida, acreditar, sobretudo, em seu talento inteligência e criatividade e, com isso trabalhar o texto verdadeiro e a produção de texto por meio de técnicas e oficinas, de modo a torná-lo autônomo e capaz de buscar sua autoformação e autoeducação contínuas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos: deficiência mental. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Brasília MEC/SEESP, 1998.

Brasil. Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. Deficiência mental (atendimento educacional especializado). Brasília MEC/SEESP, 2007.

ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. DUFFY & COLS.; BROWN; PELLGRINI; KOPKE, 2001. A leitura no contexto das comunidades indígenas. Anexo 3: Estratégias de antecipação, inferência e verificação - atividade prática. Disponível http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre2016/anexo3_fa_indigena.pdf. Pesquisado 14 de agosto 2022.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Leitura e letramento: espaços, suportes e interfaces. In: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia. O jogo do livro. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica/CEALE/FaE/UFMG, 2007.

LAJOLO, Marisa citada por Ezequiel Theodoro da Silva. Elementos de pedagogia da leitura: a presença e o lugar da leitura na escola. Livraria Martins Fontes Editora LTDA. São Paulo. 1994.

LÓPES, Teresita de Jesús Gallardo. Tesis (en opción al Título de Máster en Ensenãnza Comunicativa del Español y la Literatura). La lectura literaria y su contribución a la formación de valores: una estrategia metodológica para los estudiantes de los institutos superiores pedagógicos. La Habana: Felix Varela - Facultad de Humanidades, 2001.

MORALES, Alfredo Gonsales. La promoción de la lectura: un reto para Tercer Milenio. S.L.: Tese de Doutorado, 2000.

SCHLIEBE-LIPPRET e A. BEINLICH citados por R. Bamberger. Como incentivar o hábito de leitura. São Paulo: Ática / Unesco, 2000. [Série Educação em ação].

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura na escola e na biblioteca. Editora Papirus. 2. Ed. Campinas, São Paulo, 1998.

SOLÉ, Izabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre, 1998.

STAIGER, Ralph, 1973, citado por BAMBERGER Richard. Como incentivar o hábito de leitura. Série Educação em Ação. São Paulo: Editora Ática / UNESCO.

VELASCO Ariane. Disponível em https://canaltech.com.br/ de 18 de Dezembro de 2019, pesquisado em 13/04/2021.

AUTORES

Adenilton Moises da Silva

Doutorando em Ciencias da Religião, na UNICAP. Ms. em Ciencias da Religião, na UNICAP. Licenciatura em Filosofia, no INSAF e Bacharel em Teologia pelo ITEC. adenilton.silva80@gmail.com

Ana Rita Cesar Lustosa

Licenciada em Arte e mestranda em Artes pelo Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora da Rede Estadual de Educação do Estado do Espírito Santo. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7290358656070206. E-mail: lustosaanarita@gmail.com.

Cezar Cardoso de Souza Neto

Professor na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP – USP); Pós Doutorando em Direito na FDRP USP; Doutor em Direito pela UFMG; Mestre em Filosofia pela PUC Campinas. Endereço eletrônico: prof.cezarneto.direito@gmail.com

Maria Nazaré Ribon Silva

Graduada em Letras – Português/Português. Mestre em Educação pelo Instituto IPLAC - Cuba. Professora de Língua Portuguesa efetiva da rede pública estadual. Atualmente, atua como professora do Atendimento Educacional Especializado - AEE. E-mail: nazareribonsilva@hotmail.com. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/1143785802367605

Rita Mychelly dos Santos Salles

Bacharel em Artes Plásticas e mestranda em Artes pelo Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora da Rede Particular de Educação do Estado do Espírito Santo. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5099469795286805. E-mail: ritamychelly@yahoo.com.br

Rondinele Felipe

Bacharel em teologia, bacharel e licenciado em filosofia, especialista em ciência da religião, mestre em ciência da religião e doutorando em ciência da religião.

Sérgio Rodrigues de Souza
Licenciado em Filosofia. Doutor em Ciências Pedagógicas (UCPEJV - La Habana - CU). Pós-Doutor em Psicologia (UAJFK - Buenos Aires - AR). E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

Vinícius da Silva Santos
Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré. Licenciado em Biologia, Professor regente de Biologia na Rede Estadual de Educação e Ex-secretário Municipal de Educação e Cultura. viniciusbiologo33@gmail.com.

ISBN 978-658601325-2